ANO XXXV – NÚMERO 57
1983
RODRIGUÉSIA
REVISTA DO JARDIM BOTÂNICO
RIO DE JANEIRO
BRASIL

INFORMAÇÕES GERAIS

Rodriguésia é publicação periódica de 4 números por ano, publicados em março, junho, setembro e dezembro, sem publicidade, editada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A divulgação de dados ou de reprodução desta publicação deve ser feita com referência à revista, volume, número e autoria.

Para assinatura dirigir-se a:
For subscription apply to:

Biblioteca do Jardim Botânico
Rua Jardim Botânico, 1008
22460 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
JARDIM BOTÂNICO

RODRIGUÉSIA

ANO XXXV – NÚMERO 57

RIO DE JANEIRO
BRASIL
1983

SUMÁRIO

Aspecto de uma das vias internas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Foto: Mário Silva 27/07/82).

EMENDA AO GÊNERO *FURARIUM* RIZZ. (LORANTHACEAE)

Carlos Toledo Rizzini *

Em 1956, descrevi o gênero *Furarium* como parente próximo de *Oryctanthus* (Gris.) Eichl., pois ambos possuem espigas semelhantes, sobretudo devido à presença de cavidades no eixo, em cujo interior se inserem as flores. A distinção das duas entidades genéricas ficou por conta das brácteas bem desenvolvidas e imbricadas, das flores tetrâmeras e das anteras com lóculos separados de *Furarium*. Todavia, um outro caráter foi agregado a tal elenco: a ausência de bractéolas reconhecidamente presentes nas fóveas de *Oryctanthus* sob a forma de mínimas linguetas ligeiramente exsertas das bordas das cavidades axiais das inflorescências.

Em época mui recente, reexaminando espécime dos mais favoráveis à análise organográfica, verifiquei não só que há bractéolas como também que as flores se unem em tríades. Cumpre, portanto, corrigir o erro e emendar a diagnose genérico-específica. Tal exemplar conduz, concomitantemente, fóveas ampliadas pelos frutos maduros (presentes e caídos), flores na antese e botões em crescimento.

Viu-se que as brácteas, conforme descrição anterior, são deltóides, espessas, carnosas, cordadas na base, apertadamente imbricadas para o ápice, pelo que a espiga é estrobiliforme (as próprias brácteas recordam escamas dos cones das coníferas). Por dentro de cada bráctea há uma tríade composta de 3 flores e inserida no interior de uma *cúpula bracteolar* – pois as bractéolas de cada flor coalescem pela base para constituir dita cúpula (as flores ficam separadas entre si por uma espécie de septo ou parede formada pelas bractéolas). As cúpulas medem ca. de 2mm de comprimento, tendo as margens lácero-erosas. Por detrás, a cúpula bracteolar é livre e as bracteolas bem visíveis. As brácteas, externas, são pouco mais altas do que as cúpulas, as quais ocultam. Quejando tipo estrutural é peculiar ao gênero *Phthirusa* Mart., achando-se descrito e figurado por Eichler (1868).

As flores mostram-se tetrâmeras e unissexuais. Os estaminódios (como os estames da flor masculina) levam anteras que não passam de corpos distintos, separados pelo conectivo; no caso dos etaminódios, vêm a ser massas hialinas, elipsóides e estéreis. O estilete é crasso e curto; o estigma , ligeiramente capitado. O calículo revela-se

---

* *Botânico – Bolsista do CNPq.*

evoluído, eroso-crenulado. O frutoé elipsóide; em seco colapsado-quadrangular, ca. de 4 (5-6) mm de comprimento, com a superfície levissimamente granulosa, na porção suprema exibindo o calículo aberto.

Agora, a emenda das diagnoses genérica e específica originais.

Furarium Rizz. e F. *Disjectifolium* Rizz. Rodriguesia, 30-31: 154, 1956, emend. Rizzini

Habitus, folia floresque ut supra indicavi exceptis notis insequentibus: spicae bracteis basi cordatis apicem versus arcte imbricatis strobiliformes; flores in ternationibus; ternationes in cupulis bracteolaribus insertae; cupulae bracteolarum (bractearum sec. Eichler, ib.) bene evolutae, inter singulos flores in modum dissepimentorum productae ad separandos flores; cupulae cc. 2mm longae, margine eroso-lacerae; staminodiorum floris masculi antherae cassae loculis hyalinis inter sese valde separatis gaudent; stylus crassus brevisque, stigmate brevissime capitatulo; fructus siccitate collapsato-quadrangulatus, superficie laevissime granulosus, supra calyculo hiante ornatus.

Specimen siccitate inspectum — Rio Siapa, in savanna ripae sinistrae fluvii Caño Hechimni, 100-130m. s. m., legerunt B. Maguire, J. Wurdack & G. Bunting 37661.

Furarium est genus interpositum inter *Phthirusam* ternationibus in cupulis bracteolaribus insertis et *Oryctanthum* spicis rachi foveolata praeditis. Ab ambobus seponitur spicis apicem versus bracteis pro rata conspicuis imbricatisque strobiliformibus et antheris thecis divergentibus omnino remotis. Praeterea, a *Phthirusa* axe inflorescentiae foveis perforato; ab *Oryctantho* floribus tetrameris unisexualibus, bracteolis tribus in cupulas basi connatis atque triadum floribus in cupulis istis insertis.

Summary

The loranthaceous genus *Furarium* was formerly described (Rizzini, 1956) as devoid of bracteoles in the cavities of the rachis in which the flowers are inserted. Recent reexamination of an extremely favorable specimen has shown that such bracteoles do exist and are even well developed. Moreover, it was disclosed that the flowers are both unisexual and arranged in ternations. In view of these new features the generic and specific diagnoses have to be amended in certain details. As a result, *Furarium* has got intermediate between *Phthirusa* (by the ternations inside bracteolar cups and dicline flowers) and *Oryctanthus* (by the excavated inflorescence axes). It differs from both of them by its conspicuous, closely imbricate bracts toward the spike apex (hence strobiliform spikes) allied to the amply divergent anther thecae.

Bibliografia

Eichler, A.W. 1868 — Loranthaceae. Fl. Bras., 5 (2):

Rizzini, C.T. 1956 — Prodromus Monographiae Loranthacearum Brasiliae Terrarumque Finitimarum. Pars Systematica. Rodriguesia, 30-31: 87-234.

Rizzini, C.T. 1982 — Loranthaceae. Flora de Venezuela, 4 (2): 7-316.

CONTRIBUIÇÃO AO CONHECIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS *LAURACEAE* VIII

IDA DE VATTIMO-GIL
Bolsista do CNPq

RESUMO

Este trabalho é o oitavo de uma série, que estamos publicando com dados que julgamos importantes para a ciência botânica, no que diz respeito a espécies de *Lauraceae* adiante relacionadas, por nós identificadas ou que tiveram suas identificações por nós revisadas. Além das novas localidades de ocorrência, relacionamos material de importância histórica e os herbários onde todos os exemplares estudados se acham depositados.

Foram identificadas e estudadas exsicatas das seguintes espécies: *Aiouea saligna* Meissn., *Aniba affinis* (Meissn.) Mez, *A. albida* Mez, *A. burchellii* Kosterm., *A. canelilla* (H.B.K.) Mez, *A. citrifolia* (Nees) Mez, *A. coto* (Rusby) Kosterm., *A. cylindriflora* Kosterm., *A. desertorum* (Nees) Mez, *A. duckei* Kosterm., *A. elliptica* A.C. Smith, *A. excelsa* Kosterm., *A. firmula* (Nees et Mart.) Macbride, *A. fragrans* Ducke, *A. gardneri* (Meissn.) Mez, *A. gigantifolia* O.C. Smith, *A. heringerii* Vattimo, *A. hostmanniana* (Nees) Mez, *A. kappleri* Mez, *A. megaphylla* Mez, *A. muca* (R. et P.) Mez, *A. ovalifolia* Mez, *A. panurensis* (Meissn.) Mez, *A. parviflora* (Meissn.) Mez, *A. Permollis* (Nees) Mez, *A. perutilis* Hemsl., *A rosaeodora* Ducke. *A. salicifolia* (Nees) Mez, *A. terminalis* Ducke, *A. trinitatis* (Meissn.) Mez, *A. viridis* Mez, *Beilschmiedia emarginata* (Meissn.) Kosterm., *Nectandra arnottiana* Nees, *N. cuspidata* Nees, *N. falcifolia* (Nees) Castigl., *N. grandiflora* Nees, *N. japurensis* Nees, *N. lanceolata* Nees, *N. latifolia* (H.B.K.) Mez, *N. leucantha* Nees, *N. leucothyrsus* Meissn., *N. magnoliaefolia* Meissn., *N. martinicensis* (Jaq.) Mez, *N. myriantha* Meissn., *N. nitidula* Nees, *N. pichurim* (H.B.K.) Mez, *N. psammophila* Nees, *N. puberula* Nees, *N. reticulata* (R. et P.) Mez, *N. riedelii* Meissn., *N. rigida* (H.B.K.) Mez, *N. venulosa* Meissn. e *N. viburnoides* Meissn.

INTRODUÇÃO

Conforme esclarecemos na Contribuição VII (Rodriguésia XXXII-54, 1980), nosso objetivo é fornecer dados importantes sobre distribuição geográfica das Lauráceas, seu habitat, época de floração e frutificação, porte, altitude de ocorrência etc. A importância florestal e econômica desta família vegetal foi por nós esclarecida em nossa contribuição anterior.

Os dados aqui fornecidos, sobre as espécies que identificamos, são uma contribuição para futuros levantamentos de floras regionais, organização de listas florísticas, estudos sobre recursos naturais e reconstituição de floras destruídas, levantamentos fenológicos e mapeamento de ocorrência das espécies.

É dada sob cada espécie a referência bibliográfica, que tem a literatura mais completa sobre a mesma, e seus sinônimos, entre os quais não foram destacados os basônimos, por serem óbvios para os botânicos.

MATERIAL E MÉTODOS

O material estudado constou de exsicatas dos herbários: IAN, INPA, R, RB, SP, Parque Nacional do Itatiaia, Hatschbach (brasileiros) e K, G-D, S, G-R (estrangeiros), que são citados após a relação de cada exemplar identificado ou revisado, entre parênteses, com sua sigla internacional.

Foram estudados exemplares dos seguintes coletores: Agostini, Asrisits, G.A. Black, Burchell, Claussen, Czermak, Dusén, E.L. Ekman, W. Ehrhardt, Freyreis, Gardner, Gaudichaud, Glaziou, Guppy, J.H. de Haas, Hassler, A. Heiner, J. Huber, J.G. Jack, Jelski, Jobert, Jonsson, Jorgensen, A. Kappler, B.A. Krukoff, Leprieur, Lindberg, J.C. Lindeman, Lewelyn Williams, Loefgren, G.A. Malme, R.C. Marshall, Monachino, Mosén, Osten. F. Plaumann, Pére Duss, Rendle, Reineck, M. Rose, H. Schenck, Schwacke, A. Sehnem, A.E. Severin, Sintenis, L.B. Smith, Spruce, Steyermark, O. Sufridini, Swartz, G. Tessmann, Tweedie, Warming, Widgren, W.S. William, L.O. Williams, C. Wright, J.J. Wurdack, Ynes Mexia, Zehntner, R. Zermata (estrangeiros) e Antenor, Araujo, M. Arrojado Lisboa, J. Badini, M. Bandeira, J.C.H. Barbosa, W.D. de Barros, V.M. Bastos, G. Bondar, A.C. Brade, Bresolin, L. Caldatto, G. Cecatto, D. Constantino, L. Damazio, A.P. Duarte, A. Ducke, J. Dutra, J. Falcão, Frazão, Freire Allemão, R.L. Froos, Godoy, E. Goeldi, O.C. Goes, J.C. Gomes, F. Gonçalves da Silva, L. Gurgel, O. Handro, D. Hans, G. Hatschbach, E.P. Heringer, Hoehne, J.A. Jesus, R. Klein, J.G. Kuhlmann, L.F.G. Labouriau, C.A. Lage, Liene, A. Lima, J. Lima, A. Macedo, M. Magalhães, M. Maia, H.F. Martins, A. de Mattos Filho, A. Mazzini, Mello Barreto, W. Mors, Navarro de Andrade, J.M. Nunes, P. Occhioni, Pabst, Paulino Rosa, E. Pereira, B. Pickel, J.M. Pires, R.S. Pinheiro, P.C. Porto, B. Rambo, D. Rau, R. Reitz, G. Rocha Prata, W.A. Rodrigues, A. Roma, A.J. Sampaio, T.S. Santos, A. Schultz, E. Silva Araujo, N.T. Silva, O. Lopes da Silva, A. Silveira, A. Simões, J. Simões, R. Siqueira, R. Souza, Souza Sob., H.E. Strang, D. Sucre, Vasco Gomes, Vicente Assis, J. Vidal (do Brasil).

O método usado para identificação do material foi o comum:

a — amolecimento do material seco de herbário, através rápida fervura em água, a fim de permitir a abertura das flores, com estiletes, para exame ao microscópio estereoscópico.

b — emprego de chaves para identificação, as chaves de Kostermans 11. cc. para os gêneros *Aniba* Aubl. e *Beilschmiedia* Nees e a de Mez 1. c. para *Nectandra* Rol. ex Rottb.

RESULTADOS

Um grande número de dados novos foram obtidos, não só quanto á ocorrência das espécies, mas também sobre habitat, floração e frutificação, altitude, que constituem contribuição valiosa para o estudo das Lauráceas, nos campos da Fitogeografia, Morfologia, Fenologia, Ecologia, Engenharia Florestal, Recursos Naturais e Levantamentos Florísticos, podendo trazer um maior aproveitamento econômico das espécies nos campos da bioquímica, indústria de óleos essenciais e outras, como perfumaria e cosmetologia, construção civil, marcenaria etc.

Todos os dados são constantes das etiquetas e não viriam a público, para estudo de outros especialistas, se as espécies não fossem identificadas. Nossa grande contribuição é a classificação do material botânico, que possibilitou relacionar as informações das etiquetas de herbário às espécies, a que correspondiam.

Passamos à relação das espécies e dos dados a elas correspondentes:

AIOUEA AUBL.

1 — Aiouea saligna Meissn.

Meissn. in DC Prod. XV(1): 82, id., in Mart. Fl. Bras. V (2): 160.

Brasil — Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, Floresta da Covanca, Jacarepaguá, árvore de porte pequeno, 6-8m de altura, folhas glaucas *in vivo*, A.P. Duarte 4811 e E. Pereira, junho 1959 (RB); Estrada da Gávea, flanco da montanha, árvore, mata, J.G. Kuhlmann s.n., fevereiro 1940 (RB).

2 — Aniba affinis (Meissn.) Mez

Mez, Jahrb. Bot. Gart. Berlim V: 63; Kosterm., Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 53, 1953; id., in Med. Bot. Mus. Utrecht 25: 32, 1936 e 48: 891-2, 1938.

Sin.: *Aydendron affine* Meissn.; *Aniba riparia* (Nees) Mez, in Mez 1.c. 62 (quoad cit. spec. Spruce 3769, cet. excl.).

Brasil — Amazonas: Rio Negro, Padauiri (ant. Padauiry), Baruri (ant. Barury), árvore de 25 pés e 5 polegadas, flores amareladas, terra baixa, floresta, margem de rio de água esbranquiçada, R.L. Froes 22678, outubro 1947 (IAN); Rio Negro, Padauiri, Castanha, árvore de 30 pés e 6 polegadas, flores brancas, margem de rio de água esbranquiçada, floresta de igapó bastante alta, Froes 22579, outubro 1947 (IAN); Rio Negro, Padauiri, Tapera, árvore de 25 pés e 8 polegadas, flores amarelo-esbranquiçadas, mata, terra baixa, margem de rio de água esbranquiçada, Froes 22714, novembro 1947 (IAN); margens do Rio Negro, próximo a São Gabriel das Cachoeiras, abaixo das Cachoeiras, Spruce 3769, dezembro 1854 (K); Município de Humaitá, próximo a Livramento, em terra firme, Krukoff 6752, outubro 1934 (RB).

Obs. — Esta espécie lembra *Aniba citrifolia*, pelo habitus, diferindo pelas folhas mais cartáceas, rosadas na face ventral e retículo e nervuras medianas rosados em ambas as faces (em *citrifolia* são amarelados) e pelos râmulos escuros. O tipo é o material citado para Spruce 3769, do Rio Negro (K).

3 — Aniba albida Mez

Mez, 1.c. 64.

Brasil — Loc. n. ind., Burchell 3521, Catalogus geographicus, Plantarum Brasiliae Tropicae (K, holótipo).

Obs. — Mez atribui este exemplar ao Estado de São Paulo. Examinamos o holótipo e a etiqueta não traz indicação da localidade brasileira, em que foi coletado. Traz apenas os dizeres acima transcritos. O exemplar apresenta-se muito semelhante às *Aniba* spp. da Amazônia, sendo que, pela cor um tanto rosada da face dorsal de algumas folhas, se aproxima de *Aniba affinis* e pela cor da maioria das folhas, assim como pelo fato de o tubo do perianto atenuar-se subitamente em pedicelo, aproxima-se muito de *Aniba burchellii*. É possível que *A. albida* e *A. burchellii* sejam a mesma espécie. Neste trabalho as mantemos separadas, porque só examinamos botões de *albida*.

4 — Aniba burchellii Kosterm.

Kosterm., in Med. Bot. Mus. Utrecht 25: 27, 1931; id., ibid. 48: 1938; id., in Bol. Inst. Agron. Norte 28: 53, 1953.

Sin.: *Aniba firmula* (Nees et Mart. ex Nees) Mez p. p. (quoad cit. spec. Burchell 9620); *Aniba duckei* Kosterm. (quoad cit. spec. HJB 19228 et 19929, cet. excl.).

Nomes vulgares: preciosa (Amazonas); pau-rosa, louro-rosa (Pará).

Brasil — Amazonas: Município de Humaitá, no Platô entre o Rio Livramento e o Rio Ipixuna, árvore de 40 pés de altura, em campinarana, B.A. Krukoff 7133, novembro 1934 (G-D, K); ibid., no platô, entre o Rio Livramento e o Rio Ipixuma, árvore de 75 pés de altura, em terra firme, B.A. Krukoff 7050, novembro 1934 (G-D); ibid., próximo a Livramento, no Rio Livramento, "preciosa", árvore de 70 pés de altura, em terra firme, B.A. Krukoff 6731, outubro a novembro 1934 (G-D); Parintins, restos de mata de terra firme, árvore mediana, flor verde-ferrugínea, A. Ducke s.n., agosto 1932 (RB); Manaus, mata de terra firme, além do Mindu, árvore pequena, flor cor de ferrugem pálida, A. Ducke 1439, novembro 1943 (RB); Manaus, igarapé do Goiabinha, terreno firme, arenoso, capoeira aberta, flores amarelas, árvore de 6m, "louro", Pessoal do Centro de Pesquisas Florestais leg., março 1965 (INPA).

Pará: Juruti Velho (ant. Juruty Velho), "pau rosa", árvore de cerca de 30m, A. Ducke s.n., maio 1927 (RB; Juruti Velho, mata do planalto argiloso, ao sul da cabeceira do Janari (ant. Janary), árvore de cerca de 30m de altura, "pau rosa", A. Ducke s.n., maio 1927 (RB); Serra de Santarém, Piquiatuba, mata da Chapada, árvore mediana pouco aromática, flor pardacento pálido, "louro rosa", A. Ducke s.n., setembro 1923 (RB).

Obs. — Esta espécie é facilmente confundida com outras conhecidas como "pau rosa", tais como *Aniba parviflora, Aniba fragrans* e *Aniba duckei*, pela semelhança de habitus. Distingue-se delas imediatamente pelos estames do verticilo III de anteras subquadráticas e locelos pequenos, característicos da Seção *Microporanthera* Kosterm.

A coloração das folhas em material seco é muito semelhante à das folhas de *Aniba parviflora*. As flores de *A. parviflora*, entretanto, não apresentam pedúnculo nítido como *A. burchellii*, mas seu pedúnculo passa quase imperceptivelmente para o tubo do perianto. Os pecíolos das folhas de *A. parviflora* apresentam lenticelas em forma de fendas transversais. É afim ainda de *A. albida*, quanto à forma da flor e dos estames, sendo provável que se trate de uma só espécie.

5 — Aniba canelilla (H.B.K.) Mez

Mez, 1.c.: 53; Kostermans, Med. Bot. Herb. Utrecht 48: 898, 1938 e Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 53, 1953 (excl. *Aniba elliptica* A.C. Smith); Bernardi, Lauraceas: 256, 1962 (excl. *Aniba elliptica* A.C. Smit).

Sin.: *Cryptocarya canelilla* H.B.K., *Cryptocarya pretiosa* Mart. ex Nees.

Nomes vulgares: casca preciosa (Martius, Burchell, Ducke); casca do Maranhão (Riedel); pau precioso (Martius); louro precioso (Krukoff); preciosa (Kauffmann).

Brasil — Amazonas: Alto Rio Negro, acima da foz do Curicuriari (ant. Curicuriary), mata de terra firme alta, árvore acima de mediana, flor verde, "casca preciosa", A. Ducke s.n., dezembro 1931 (RB, R); Manaus, além da Colônia João Alfredo, mata das terras altas, árvore grande, flores verdes, "casca preciosa", A. Ducke 746, junho 1941 (R); Manaus, cabeceira da Cachoeira Alta do Tarumã, terra firme, árvore de 12m, fruto verde, a casca tem cheiro próximo a canela, o chá é redutor de albumina, "preciosa", W.A. Rodrigues s.n., março 1955 (INPA 902); Manaus, km 9 da BR 17, Campos Sales, "casca preciosa", terra firme, árvore de 30m de altura, usada em esteios e vigamentos, casca com cheiro de canela, W.A. Rodrigues s.n. (INPA 108).

Pará: Rio Tapajós, Repartição, mata de terra firme alta, árvore mediana, flor verde, "casca preciosa", A. Ducke s.n., outubro 1922 (RB, R).

Obs. — O tipo desta espécie é do Orenoco, Venezuela, onde foi coletado por Humboldt 1018 (B).

6 — Aniba citrifolia (Nees) Mez

Mez 1.c.: 74.

Sin.: *Aydendron citrifolium* Nees (nec. Gris.).

Brasil — Território do Amapá: Ambé, mata ciliar, beira do campo, Município de Macapá, R.L. Froes e G.A. Black 27349, julho 1951 (IAN).

Pará: Campos inundados do Jutaí (Almeirim), margem, árvore pequena, flor esverdeada, A. Ducke s.m., abril 1923 (RB); Monte Alegre, margem de campo arenoso alto, na várzea do Igarapé do Ereré, árvore mediana, A. Ducke s.n., março 1923 (RB); Rio Oiapoque, Beira, fortemente aromática, A. Ducke s.n., junho 1904 (RB); Laranjeiras, Marajó, Jobert-Schwacke 309, ano 1877 (R.).

Amazonas: Rio Antimari (ant. Antimary), igapó, afluente do Purus, J. Huber s.n., abril 1904 (Herb. Mus. Pará 4316, RB).

Maranhão: Codó, capoeira, árvore pequena, Ducke s.n. 1907 (RB).

Obs. — Esta espécie se confunde com *Aniba trinitatis*. Distingue-se facilmente das outras espécies pelo pecíolo da mesma textura dos râmulos, distinto da nervura mediana da folha (caráter que também aparece em *Aniba bracteata*). Apresenta os lobos do perianto com glândulas translúcidas e o tubo do perianto diferenciado do pedicelo. O holótipo foi coletado por Martius s.n., no Rio Negro, Brasil (M).

O material coletado no Maranhão por Froes 1730 (Região do Maracassumé) e no Rio Amazonas, próximo a Borba, por Riedel s.n., em setembro, deve pertencer a esta espécie e não a *Aniba trinitatis*, como julga Kostermans. O exemplar de Riedel pode ser ainda *Aniba parviflora*, cuja localidade típica são as proximidades de Borba (AM), onde foi coletada por Riedel 1381 (G.BB, K, L).

7 — Aniba coto (Rusby) Kosterm.
Sin.: *Nectandra coto* Rusby.
Nome vulgar: amarillo de peña
Colômbia — Popaya, 1600-1800 msm, Lehmann 9094, ano 1906 (K).
Bolívia — Loc. n. ind., 1800 msm, White 2184, agosto 1921 (K).

8 — Aniba cylindriflora Kosterm.
Koster., in Med. 48: 912, 1938.
Brasil — Amazonas: Rio Preto, Maboabi (ant. Maboaby), árvore de 30 pés, flor amarela, terra firme, floresta, flor em botão, R.L. Froes 22870, novembro 1947 (IAN).
Obs. — Afim de *Aniba parviflora* diferindo dela pelas folhas coriáceas, tépalos iguais e ovário glabro de estilete longo e grácil. Observamos no material acima citado: râmulos acastanhado-avermelhados ferrugíneo-tomentelos; folhas na face dorsal acastanhado-amareladas, ápice delicadamente agudo-acuminado, limbo passando quase abruptamente para o acúmen, margem da folha bastante revoluta; flores em botão; inflorescências avermelhado — ferrugíneo — tomentosas.

9 — Aniba desertorum (Nees) Mez
Mez 1. c.: 76
Sin.: *Aydendron desertorum* Nees, *Ocotea desertorum* Mart. ap. Nees, *Ocotea obtusifolia* Mart. ap. Nees.
Brasil — Goiás: Filadélfia, Município de Filadélfia, árvore dos baixios, flores amarelas, agosto 1955, A. Macedo 4027 (RB); ibid., árvore de terras úmidas, flores amareladas, A. Macedo 4041, agosto 1955 (RB).
Maranhão: Barra do Corda, árvore alta, beira do rio, região de carrascos e caatingas, só vista à beira de água, solo arenoso, M. Arrojado Lisboa, julho 1909 (Herb. Mus. Pará 2461, RB).
Bahia: próximo a Riacho Novo, próximo a Rio Preto, Santa Rita, Zehntner 403, outubro 1912 (RB, R); próximo a Barreiros, Zehntner, 490, outubro 1912 (RB).

10 — Aniba duckei Kosterm.
Kosterm., in Med. Bot. Mus. Utrecht 48: 924, 1938 (excl. cit. spec. HJB 19223); id., in Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 54, 1953.
Brasil — Amazonas: São José, Lago Mamori (ant. Mamory), sítio Pancrácio Ferreira, árvore derrubada para extração de essência, "pau rosa", A. Ducke s.n., maio 1932 (RB, R); Lago Mamori, região de Autaz (sic), mata de terra firme, árvore bastante grande, A. Ducke 726, maio 1941 (R); Maués, Lago Massauari (ant. Massauary), mata de terra firme, da cabeceira do Muaná, árvore bastante grande, "pau rosa", A. Ducke s.n., junho 1927 (RB); Manaus, Estrada Campos Sales km 25, mata das terras altas argilosas, árvore bastante grande, derrubada para extração de essência (linalol), "pau rosa", A. Ducke 1988, setembro 1946 (R).
Pará: Juruti Velho (ant. Juruty Velho), mata do planalto argiloso ao sul da cabeceira do Janari (ant. Janary), árvore 20-30m, "pau rosa", A. Ducke s.n., maio 1926 (RB); ibidem, árvore cerca de 30m, "pau rosa", A. Ducke s.n., maio 1927 (RB); Juruti Velho, mata do planalto argiloso ao Sul da cabeceira do Janari, "pau rosa", A. Ducke s.n., dezembro 1926 (RB); ibidem, mata do planalto argiloso ao sul da cabeceira Pompom, árvore de mais de 20m, A. Ducke s.n., maio 1926 (RB); ibidem, mata do planalto argiloso, ao sul da cabeceira Pompom, árvore de 30m, A. Ducke s.n., maio 1926 (RB).
Obs. — Esta espécie se distingue de imediato dos outros "paus rosa", pelas folhas castanho-ferrugíneas, quase concolores em material seco.

11 — Aniba elliptica A.C. Smith
A.C. Smith, in Phytologia 1: 115, 1935; Ducke, in Arq. Serv. Flor. 1 (1): 28, 1939; id., in Trop. Woods 60: 5, 1939.
Sin.: *Aniba canelilla* (H.B.K.) Mez (quoad cit. spec. . Krukoff 5601, cet. excl.), in Kosterm., Med. Bot. Herb. Utrecht 48: 898, 1938; id. in Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 53, 1953.

Brasil — Acre: próximo à boca do Rio Macauã (ant. Macauhan), tributário do rio Iaco (ant. Yaco), em terra firme, Krukoff 5601 (RB, tipo).

Obs. — Esta espécie difere de *Aniba canelilla*, por não apresentar a flor com estilete glabro, apenas o ovário é glabro. Segundo Ducke (Trop: Woods 1.c.) difere de *A. canelilla* graças ás suas particularidades de cheiro diferente e folhas maiores.

12 — Aniba excelsa Kosterm.

Nome vulgar: "long leaved yellow silverballi".

Guiana Inglesa — Mazaruni Station, Forest Dept 4098, junho 1943 (K); Rio Essequibo, Moraballi Creek, próximo a Bartica, próximo ao nível do mar, árvore grande, cerca de 100 pés de altitude, folhas acastanhado-tomentosas inferiormente, N.Y. Sandwith s.n. (Oxford Univ. Exp. to Brit. Guiana nº 431, ano 1929), outubro 1929 (K).

13 — Aniba firmula (Nees et Mart.) Macbride

Macbride, in Publ. Field Mus. Nat. Hist. Bot 13 (2): 855, 1938; Ducke, in Trop. Woods 60: 4, 1939; Bandulska, in J. Linn. Soc. 47: 388, 1926.

Sin.: *Aydendron firmulum* Nees (e.p.), *Aydendron sellowii* Meissn., *Aydendron laevigatum* Meissn., *Aniba laevigata* (Meissn.) Mez.

Nomes vulgares: canela rosa (RJ), canela sassafrás (ex Glaziou).

Brasil — Rio de Janeiro: Petrópolis, Itatiaia, Itaoca, mais ou menos 900msm, árvore grande, flor amarela, W.D. de Barros 330, julho 1941 (RB, Herb. PNI); Pandiá Calógeras, Fazenda São José, árvore do campo, J.G. Kulhmann s.n., novembro 1938 (RB); Petrópolis, Independência, Paulino Rosa s.n., julho 1932, árvore de tamanho regular a grande (RB); Teresópolis, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, W.D. de Barros 1016, setembro 1942 (RB); ibidem, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Dionísio e Octavio 42 (RB); ibidem, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Dionísio e Constantino 142 (RB); ibidem, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Dionísio e Octavio s.n., maio 1942 (RB); Petrópolis, Carangola, O.C. Goes e Dionísio 255, julho 1943 (RB); Parque Nacional do Itatiaia, Itaoca, mais ou menos 850msm, árvore, flor amarela, W.D. de Barros 143, dezembro 1940 (RB); Petrópolis, Quitandinha, O.C. Goes e Octavio 133, 1948 (RB); Petrópolis, Quitandinha, O.C. Goes e Octavio Alves da Silva 39, fevereiro 1948 (RB); Petrópolis, Retiro, mata, O.C. Goes e Dionísio 742, novembro 1943 (RB); Petrópolis, Correas, terra seca, O.C. Goes e Dionísio 573, setembro 1943 (RB); Petrópolis, Quitandinha, O.C. Goes e Octavio 111, 1948 (RB); Petrópolis, Glaziou 8104 (RB); cidade do Rio de Janeiro, entre Jardim Botânico e Vista Chinesa, Schwacke s.n., junho 1889 (R); ibidem, mata do Horto Florestal, flor amarelada, árvore de 10m, Kuhlmann s.n., fevereiro 1926 (RB); ibidem, Estrada da Vista Chinesa, Gávea, árvore de 10m, M. Bandeira e A. Ducke s.n., janeiro 1929 (RB); ibidem, Morro do Queimado, Vista Chinesa, árvore, A.C. Brade 20075 e A.P. Duarte, setembro 1949 (RB); ibidem, caminho da Vista Chinesa, Paulino Rosa, nome vulgar "canela rosa", novembro 1933 (RB); ibidem, mata do Horto Florestal, árvore de 7 a 8m, Kuhlmann s.n., novembro 1926 (RB); ibidem, Gruta da Imprensa, A.P. Duarte 69, março 1946 (RB); ibidem, Grotão do Horto Florestal, árvore até 10m, mata, "canela rosa", setembro 1927, col. var. (RB); ibidem, Estrada da Vista Chinesa, árvore até 10m, lenho e casca aromáticos, col. var., abril 1928 :RB); ibidem, grotão do Horto Florestal, col. var. s.n., "canela rosa", árvore até 10m, na mata, setembro 1927 (RB); ibidem, rumo á mata de Teixeira Borge, perto da sede do Horto Florestal, árvore cujo tronco, ramos, folhas e frutos rescendem fortemente a essência de rosas, "canela rosa", col. var. s.n., março 1928 (RB); ibidem, mata do Horto Florestal, árvore de 5-7m de altura, na mata, fevereiro 1928, Antenor s.n. (RB); cidade do Rio de Janeiro, J.G. Kuhlmann s.n., ano 1956 (RB); ibidem, loc. n. ind., Bowie e Cunninghan s.n. (sub *A. sellowii*) (British Museum).

São Paulo: cidade de São Paulo, Jabaquara, árvore na mata, tronco com casca fina, verrucosa e aromática, flores amarelas, O. Handro s.n., dezembro 1934 (RB, Jardim Botânico de São Paulo); Jardim Botânico de São Paulo, planta viva nº 147, F.C. Hoehne s.n., novembro 1931 (RB, Jardim Botânico de São Paulo); Mogi das Cruzes, capões, árvore vistosa, ramosíssima, abril 1889, ex Herb. Schwacke 6608 (RB); Mogi das Cruzes capões, ex Herb. Schwacke s.n., abril 1889 (R); Pirapessaro, novembro 1929, F.C. Hoehne s.n. (RB).

Minas Gerais: Rio Novo, Araujo s.n., agosto 1888 (R); Ouro Preto, Gambá, Gomes 1776 (R); Viçosa, árvore até 10m, mata secundária, Irwin 2220, dezembro 1958 (R); Viçosa, terra da Escola de Agricultura, morro a nordeste dos edifícios principais, remanescente de floresta em pasto aberto, 675msm, árvore de 15m, fruto laranja quando maduro, Ynes Mexia 5112, setembro 1930 (British Museum); Viçosa, terras da Escola de Agricultura, morro a noroeste dos edifícios principais, margem de matas derrubadas, 670msm, árvore de 7m com copa arredondada, frutos esparsos, Ynes Mexia 5163, outubro 1930 (British Museum).

14 — Aniba fragrans Ducke

Ducke, in Arch. Jard. Bot. Rio de Jan. IV: 189, 1925; Kostermans, in Med. Bot. Mus. Utrecht 25: 28, 1936; id., in Pulle, Fl. Surin. II: 300, 1936.

Sin.: *Aniba firmula* (Nees et Mart.) Mez (in Kosterm. 1.c., quoad cit. spec. HRJ 18349, 19978, cet. excl.).

Brasil — Pará: Belém, cultivada, proveniente de Santarém, árvore pequena de flor verde, depois pardacenta, "macacaporanga", A. Ducke s.n., junho 1927 (RB); Serra de Santarém, mata da Chapada entre Piquiatuba e Mararu, árvore pequena, muito aromática, flor amarelo-pardacento pálido, "macacaporanga", A. Ducke s.n., setembro 1923 (RB); Serra de Santarém, mata da margem do Planalto de Piquiatuba, árvore pequena, "macacaporanga", A. Ducke s.n., janeiro 1933 (RB).

Obs. — A madeira, menos amarela que a de *A. parviflora*, desprende, assim como todas as partes da planta, um aroma que lembra o de "bois rose femelle" da Guiana ou o "pau rosa" do Oiapoque. A "macacaporanga" é conhecida somente nos arredores de Santarém, onde seus pequenos ramos e folhas secas fornecem o principal material para os "sachets" para perfumar roupas, os quais contém mistura de várias cascas de madeiras odoríferas" (Ducke 1.c.). O tipo foi coletado em Belém, Pará, por Ducke nº. 202.

Pudemos observar nos exemplares estudados: face superior das folhas de verde-glaucina a acastanhado-avermelhada e beje-avermelhada, podendo apresentar manchas castanho-rubiginosas escuras; nervura mediana impressa amarelado-alaranjado. Face dorsal da folha dando a impressão de acamurçada.

A espécie é muito afim de *Aniba parviflora*, da qual se distingue de imediato: a) pelo ovário tomentoso; b) pelos locelos das anteras externas mais escavados, não mostrando parede posterior; c) pelo botão ferrugíneo-tomentoso; d) pelo tomento dos râmulos mais longo e ferrugíneo (o de *Aniba parviflora* é mais raso, os pelos mais curtos e flavescentes); e) os pecíolos tomentosos a glabrescentes, podendo apresentar-se entumescidos (*A. parviflora* apresenta-os com fendas transversais e lenticelas); f) flores um pouco menores; g) frutos menos amarelos e mais glabros.

15 — Aniba gardneri (Meissn.) Mez

Mez, 1.c.: 60; Bandulska, in J. Linn. Soc. 47: 385, 1926.

Sin.: *Aydendron gardneri* Meiss., *Aniba firmula* (Nees et Mart.) Mez in Kosterm. 1.c. 48: 921, 1938 (quoad cit. spec. Gardner 5156, cet. excl.).

Brasil — Minas Gerais: Estação Experimental de Café Coronel Pacheco, árvore de grande porte, folhas muito cheirosas, flores pequenas, cremes, quase marrons, "canela abacate", "folha cheirosa", E.P. Heringer 396, setembro 1940 (RB); Serra da Lapa, próximo a Ouro Fino, Gardner 5156, outubro 1841 (tipo, K); Gambá, próximo a Ouro Preto, ex Herb. Schwacke 9903, árvore vistosa, janeiro 1894 (RB); Ouro Preto, Gambá, ex Herb. Magalhães Gomes s.n., ano 1776 (R); Ouro Preto, L. Damazio 318 (RB); Ouro Preto, Ribeirão, próximo a Rio Novo, em mata primária, árvore, ex Herb. Schwacke 10917, setembro 1894 (RB); Morro de São Sebastião, próximo a Ouro Preto, planta muito odorífera, flores amarelas, árvore, L. Damazio 1675, fevereiro 1908 (RB); Rio Novo, Araujo s.n., agosto 1888 (R).

Nota: Os râmulos podem ser mais densamente tomentelos, as folhas verde-oliváceas até bem escuro, na face ventral e a nervura mediana, na face ventral, pode apresentar-se escurecida, tomentosa. As folhas podem, ainda, apresentar-se de duas cores, na face ventral mais para o verde e na dorsal acastanhado-amarelado ou rosado.

O exemplar de Jelski s.n., de Tambillo, Peru, citado por Mez 1.c., possivelmente pertence à espécie *Aniba muca* Mez. Os exemplares de Glaziou 861 (Corcovado), 8104 e 12118 (Petrópolis) devem pertencer a *Aniba firmula*, assim como o de Bowie e Cunninghan (todos citados por Mez, 1.c., para *Aniba gardneri*).

16 — Aniba gigantifolia O.C. Schmidt

Schmidt, in Notizbl. Berlin-Dahlen 10: 225, 1928; Kosterm., in Med. Bot. Mus. Herb. Univ. Utrecht 48: 882, 1938; id. in Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 55, 1953; Macbride, in Publ. Field Mus. Nat. Hist. Bot. 13 (2): 864, 1938.

Sin.: *Aniba pittieri* O.C. Schmidt, *A. williamsii* O.C. Schmidt, *A bracteata* Rusby (non Mez).

Nome vulgar: louro ebacate (Pará).

Brasil — Amazonas: São Paulo de Olivença, igapó dum riacho da terra firme, árvore mediana, casca muito cheirosa, A. Ducke s.n., agosto 1929 (RB); Fonte Boa, mata da terra firme, árvore mediana, flor amarelo-pardacenta, quase áurea, A. Ducke s.n., setembro 1929; Município de Humaitá, próximo a Livramento, no Rio Livramento, em terra firme, Krukoff 7026, outubro 1934 (RB).

Nota: Esta espécie é muito semelhante a *Aniba hostmanniana*, dela se distinguindo pela pilosidade do ovário.

17 — Aniba heringerii Vattimo

Vattimo, in Rodriguesia 35 e 36: 253, 1961.

Nome vulgar: canela de remédio (ex Heringer).

Brasil — Minas Gerais: Fazenda de Pontinha, Paraopeba, 18km da cidade, mata ciliar, em montes, sobre rochas marmóreas, árvore elevada, E.P. Heringer s.n., agosto 1960 (RB); Fazenda da Pontinha, Paraopeba, 18km da cidade, mata ciliar da serra, árvore grande, E.P. Heringer 7692, agosto 1960 (RB).

Góias: Rio Corumbá, a 10km de Brasília, árvore grande, de mata ciliar, folhas e lenho perfumados, fruto procurado por passarinhos, E.P. Heringer 9177/1367, março 1963 (RB).

Obs. — Difere de todas as outras espécies de *Aniba* Aubl. pelas inflorescências, flores e filetes dos estames lanosos.

18 — Aniba hostmanniana (Nees) Mez

Mez, 1.c.: 67; Kosterm., in Med. Bot. Utrecht 48: 881, 1938; id., in Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte 28: 55, 1953; Bandulska, in J. Linn. Soc. 47: 390, 1926.

Sin.: *Aydendron hostmannianum* Nees

Nomes vulgares: louro amarelo (Manaus, Ducke), louro rosa (Manaus, Ducke); waikarra pisi, waikiarra sipiropipo, kanoaballi, apisie-ie, banba apisie-ie (Surinã).

Brasil — Amazonas: Manaus, matas de terra baixa, na margem do igapó, na Estrada do José Romão, árvore mediana, flor esverdeado-pardacento claro, "louro amarelo", Ducke s.n., março 1932 (RB); Manaus, Estrada do Aleixo, km 7, mata de terra firme, lugar úmido, árvore bastante grande, flores adultas cor de ferrugem, "louro rosa", A. Ducke 487, maio 1937 (RB); Manaus, mata de terra firme, arenosa, perto da cachoeira alta do Tarumã, árvore pequena, abril 1932 (RB); Manaus, Igarapé da Cachoeira Alta do Tarumã, "louro amarelo", terra úmida, árvore de 8m, W.S. William s.n. (INPA 949).

Nota: O tipo desta espécie foi coletado por Hostmann nº. 155, no Surinã (B).

19 — Aniba kappleri Mez

Mez, 1.c.: 52.

Sin.: *Ajouea guyanensis* Gris. (nec Aubl.), *Aydendron riparium* Meissn. (nec Nees).

Guiana Inglesa — Mazaruni Station, nome vulgar "ginger gale silverballi", Forest Department of British Guiana leg. s.n., maio 1939 (K).

Nota: O material não apresenta flores, mas râmulos cilíndricos, de avermelhados a cinéreos, lenticelados; folhas jovens obovadas, as adultas elíticas, na face ventral com nervura mediana

amarelada e laterais impressas. Cúpula do fruto subcônica, negra, com pequenas verrugas ferrugíneas.

O tipo desta espécie foi coletado no Surinã, pelo Foresty Bureau nº 6337 (U).

20 — Aniba megaphylla Mez

Mez 1.c.: 67; Kosterm., in Med. Bot. 48: 909, 1938.

Sin.: *Aniba anisopetala* Sand., *Aniba koumaroucapa* Kosterm. *Aniba salicifolia* (Nees) Mez (quoad cit. spec. Mélinon ex Herb. Paris.), *Laurus koumaroucapa* Richard ex Kosterm.

Guiana Francesa — Loc. n. ind., Leprieur 225, ano 1833, (só cúpula do fruto, holótipo, G-D)

Venezuela — Edo. Sucre, Península de Paria, Cerro Patao, Norte de Puerto de Hierro, Noroeste de Guiria, mata sempre verde, árvore de 6-8m de altura, folhas cartáceas, verde escuro em cima e verde mais claro em baixo, inflorescência verde claro, receptáculo do fruto verde-acastanhado, fruto verde claro, 850-860msm, J. Steyermark e G. Agostini s.n., julho 1962 (Herb. Nac. Venez., G).

Nota: Foram observados no tipo os seguintes caracteres: râmulos rubro-acastanhados, angulados para o ápice; folhas obovais de ápice acuminado, base arredondada, 15-25cm longas, 5-9cm largas; nervuras laterais cerca de 12-16 pares, a mediana cor de ferrugem, de achatada a promínula; limbo na face ventral verde-glauco e na dorsal acastanhado; fruto de cúpula com pedúnculo até cerca de 0,7cm longo, verruculosa, cerca de 0,9cm — 1,5cm alta, 0,8 — 1,5cm de diâmetro máximo.

No material da Venezuela se pode observar: Flores subglabras; estames com os filetes ferrugíneo-pilosos, cerca de 0,8mm altos; glândulas globosas, cerca de 0,3mm altas; estaminóidios estipitiformes pilosos. Flores até 4mm de comprimento (Pedúnculo de 1,5mm incluso).

21 — Aniba muca (R. et P.) Mez

Mez, 1.c.: 57.

Sin.: *Laurus muca* R. et P., *Aydendron muca* Nees.

Brasil — Amazonas: árvore em terra de várzea, próxima à boca do Rio Embira, tributário do Rio Tarauaca (Bacia do Rio Juruá), Krukoff 4724, junho 1933 (British Museum, RB).

Peru — Iquitos, árvore de 7-9m, J.G. Kuhlmann 1462, fevereiro 1924, só fruto (RB).

Nota: Observamos râmulos cilíndricos, um tanto avermelhados com lenticelas; folhas elípticas, as jovens estreitamente elíticas, de ápice de acúmen agudo, na face ventral verde-glaucinas, com a nervura mediana amarelada; na face dorsal amareladas; pecíolo escuro, delgado; cúpula do fruto cônica, verrucosa, quase séssil; baga verde-amarelada, de ápice achatado.

22 — Aniba ovalifolia Mez

Mez 1.c.: 77; Kosterm., in Bol. Tecn. Inst. Agron. Norte (Belém) 28: 56, 1953.

Sin.: *Aniba santalodora* Ducke; *Aniba hypoglauca* Sandwith.

Brasil — Amazonas: Manaus, Igarapé da Bolívia, Estrada BR17, "louro umiri", alburno amarelado, cerne amarelo enxofre, casca odorante, caduca, em terra firme arenosa, mata virgem, flores amarelas, árvore de 15m, tronco erecto liso, W.A. Rodrigues s.n., junho 1955 (INPA 1134); Manaus, Rio Tarumã, mata inundável, terras altas além da cachoeira alta, em solo arenoso úmido, árvore bastante grande, lenho muito aromático, flores ferruginoso pálido, "louro umiri", A. Ducke 2110, setembro 1947 (R., IAN, Bo, tipo de *Aniba santalodora*).

Pará: Rio Tapajós, Quetaquara, mata de terra firme baixa, árvore bastante grande com sapopemas, A. Ducke s.n., agosto 1923 (RB).

Colômbia — Rio Caquetá, Cerro de Cupaty, cume, arbusto, flor verde-esbranquiçada, A. Ducke s.n., novembro 1912 (RB).

Guiana Inglesa — Esequibo, enseada no Rio Esequibo, C.W. Anderson s.n., março 1910 (K); Mazaruni Station, nome vulgar "yellow silverballi", Forest Department of British Guiana 2961, julho 1939 (K).

Nota: Esta espécie possui um odor agradável e forte, que lembra o sândalo e é persistente no cerne, mas dura pouco no alburno e na casca. O aspecto da casca do tronco, longitudinalmente

rugosa, se parece com o do "umiri" (*Humiria floribunda*) e também com o da *Manilkara amazonica*, frequentes na região, daí seu nome vulgar "louro umiri". O tipo da espécie foi coletado por Thurn na Guiana Inglesa (K).

23 — Aniba panurensis (Meissn.) Mez
Mez, 1.c.: 58 (quoad cit, spec. Spruce 2603, cet. excl.).

Sin.: *Aydendron panurense* Meissn., *Aniba firmula* (Nees et Mart. ex Nees) Mez, in Kosterm. Laur. V, Med. Bot. 48: 921, 1938 (quoad cit. spec. Spruce 2603, cet. excl.).

Brasil — Amazonas: próximo a Panuré, no Rio Uaupés, R. Spruce 2603, outubro 1852 a janeiro 1853 (K, British Museum, tipo).

Nota: Possivelmente os exemplares citados por Kostermans (Med. Bot. 48) para Trinidad, Tobago, Suriña, Peru e Colômbia, como sendo pertencentes à espécie *Aniba firmula*, correspondam na realidade a *Aniba panurensis*. Retiramos *Aniba panurensis* da sinonímia de *Aniba firmula*, por possuir ovário tomentoso, diferente de *firmula*. O exemplar citado por Mez 1.c. para Minas Gerais pertence a *Aniba gardneri* ou *firmula*, e para São Paulo pertence a *firmula*.

24 — Aniba parviflora (Meissn.) Mez
Mez 1.c.: 56; Kostermans, in Med. Bot. Mus. Utrecht 48: 910, 1938.

Sin.: *Aydendron parviflorum* Meissn.

Nomes vulgares: pau rosa, pau de rosa (Ducke, Krukoff, Pará); louro rosa (Krukoff).

Brasil — Amazonas: Parintins, mata de terra firme, lugar úmido, árvore pequena, flores verdes, depois ferruginosas, "louro rosa", A. Ducke 133, janeiro 1936 (RB, R); Parintins, mata da beira do Campo Grande, árvore pequena, flor verde depois ferrugínea, "louro rosa", A. Ducke s.n., agosto 1932 (RB); Manaus, capoeirão, na terra firme da Estrada Cachoeirinha-Mindu, árvore pequena de flor verde até cor de ferrugem, madeira muito cheirosa, A. Ducke s.n., julho 1929 (RB).

Pará: Rio Tapajós, Flechal, árvore pequena, "louro rosa", "pau rosa", A. Ducke s.n., outubro 1922 (R); Santarém, "pau rosa" ou "louro rosa", margem do igapó do riacho Ipanema, árvore pequena, A. Ducke s.n., setembro 1923 (RB); Faro, mata das nascentes do igarapé Caubi (ant. Cauby), "pau rosa", árvore pequena, flor verde, A. Ducke s.n., janeiro 1920 (RB); Faro, "pau rosa", A. Ducke s.n., agosto 1907 (RB); Rio Tapajós, acima da cachoeira Flechal, no "assaizal", árvore pequena, flor verde, planta aromática, A. Ducke s.n., outubro 1922 (RB); Belém, cultivada no Museu, proveniente de Óbidos, árvore pequena, flor verde, "louro rosa", A. Ducke s.n., julho 1926 (RB); Rio Tapajós, Bela Vista, mata dos arredores da campina do Perdido, árvore pequena, A. Ducke s.n., agosto 1923 (RB); Alto Caruaúna, Santarém, Centro de Treinamento da FAO, árvore de porte médio, mais ou menos 8m, lenho amarelo perfumadíssimo, A.P. Duarte 7366, outubro 1962 (RB); Belém, Museu Goeldi, W. Mors s.n., cultivada, outubro 1962 (RB)

Nota: Esta espécie é a mais dispersa e frequente das lauráceas amazônicas fortemente aromáticas. A face superior das folhas nela se apresenta verde com manchas castanho-avermelhadas; a inferior é castanho-amarelada, em certas partes rubiginosa. A nervura mediana é canelada ou aplanada e os pecíolos apresentam fendas e lenticelas transversais. Este "pau rosa" é facilmente confundido com outras espécies da mesma denominação vulgar, assim como também com a "macacaporanga". Distingue-se das outras espécies, de imediato, pelas fendas transversais dos pecíolos e dos râmulos. Os estames do verticilo III separam-na de *Aniba burchellii* e o ovário tomentelo e gemas flavo a esbranquiçado-seríceo-tomentelas, de ápice aguçado, afastam-na de *Aniba fragrans*, que possui ovário bastante piloso e gemas ferrugíneo-tomentosas, de ápice mais curto. Quanto ao fruto, é elipsóide amarelado, sobre cúpula crassa sub-hemisférica, verruculosa (as verrugas-lenticelas — são muito desenvolvidas e entumescidas), de margem dupla e pedúnculo crasso.

O pó da casca é aromático e pungente, segundo Ducke, usado para perfumar roupas, sobretudo em Santarém. Ainda ex Ducke, a madeira é pesada, amarelada-esverdeada, quase inodora, fácil de trabalhar. O tipo foi coletado no Amazonas, loc. n. ind., por Riedel 1383 (L).

25 — Aniba permollis (Nees) Mez

Mez, 1.c.: 55; Corrêa, Dicc. 1: 47, 1926; Kosterm., in Med. Bot. Univ. Utrecht 48: 896, 1938.

Sin.: *Aydendron permolle* Nees, *Cryptocarya au-uva* Mart. ap. Nees, *Ocotea dealbata* Poeppig ap. Meissn.

Nomes vulgares: au-uva ("árvore da preguiça", segundo Martius), aiúba, aniúba (Pio Corrêa).

Brasil — Amazonas: mata de terra firme, árvore pequena, flor verde depois ferrugínea, "louro rosa", A. Ducke s.n., junho 1932 (RB).

Nota: A semente aromática é usada contra diarréia, cólica etc., segundo Dragendorff (Heilpflanzen 238, 1898).

26 — Aniba perutilis Hemsley

Hemsley, Kew Bull.: 7 e 197, 1897; Bernardi, Lauraceas: 254, 1962.

Sin.: *Aniba compacta* A.C. Smith.

Colômbia — Magdalena Valley, árvore grande que fornece madeira muito útil e durável, usada para carpintaria, dormentes etc., "comino", M.T. Dawe 414, fevereiro 1917 (K).

27 — Aniba rosaeodora Ducke

Ducke, in Rev. Bot. Appl. 8: 845, 1928; id., in Arq. Jard. Bot. Rio de Janeiro 5: 109, t. IV. f. 5, 1930 (excl. var. *amazonica*); Kosterm., in Med. Bot. Mus. Utrecht 25: 298, 1936 (excl. cit spec. B.W. 5729 e 7159).

Sin.: *Aniba citrifolia* A.C. Smith (non Mez).

Nome vulgar: pau rosa (Ducke)

Brasil — Amapá: Loc. n. ind.: Miranda Bastos 2192, ano 1956 (RB).

Amazonas: São José, Lago Mamori, árvore derrubada para extração, maio 1932 (R).

Pará: Museu Paraense, cultivada procedente do Rio Oiapoque, árvore pequena, flores cor de ferrugem pálido, "pau rosa", A. Ducke 1939, abril 1946 (R); Clevelândia, Rio Oiapoque, "pau rosa", A. Mazzini s.n., ano 1927 (RB); Rio Oiapoque, árvore grande, "pau rosa", A. Ducke s.n., ano 1929 (RB); Castanhal, km 72, cultivada proveniente do Rio Oiapoque árvore pequena, "pau rosa", R. Siqueira s.n., abril 1937 (RB).

Nota: O tipo é de Clevelândia, próxima à fronteira entre o Pará e a Guiana Francesa (R).

"Um francês, em 1875, destilou do lenho desta espécie um óleo de perfume doce. É conhecida esta madeira na Guiana Francesa como "bois de rose" e durante muito tempo foi enviada para a França para fabricar móveis. O óleo apareceu pela primeira vez na lista de exportação de Caiena em 1889 sob o nome de "huile de linaloés" ou "huile d'aloés", sendo mais tarde conhecido como "essência de bois de rose" (Kostermans 1.c.)".

28 — Aniba salicifolia (Nees) Mez

Mez 1.c.: 71.

Sin.: *Aydendron salicifolium* Nees (excl. syn. *Laurus salicifolia* Sw., Willd., Sprg.), *Laurus hexandra* Rich. (non Aubl.).

Brasil — Amazonas: Município de Humaitá, próximo a Livramento, Rio Livramento, em terra firme, Krukoff 6560, outubro-novembro 1934, estéril (RB).

29 — Aniba terminalis Ducke

Ducke, in Rev. Bot. Appl. 8: 846, 1928; id., in Arq. Jard. Bot. Rio de Janeiro 5: 111, 1930.

Nomes vulgares: pau rosa (Ducke, Pará); "bois rose mâle" (Benoist, Guiana Francesa).

Brasil — Pará: Belém, margem de igapó, entre Una e Japaná, "pau rosa", A. Ducke s.n., agosto 1922 (RB).

Nota: Espécie afim de *Aniba gigantifolia*, distinguindo-se pela base das folhas longamente cuneada. Segundo Ducke esta árvore fornece madeira castanha escura, aromática, para construções.

30 — Aniba trinitatis (Meissn.) Mez
Mez 1.c.: 68.
Sin.: *Aydendron trinitatis* Meissn., *Aydendron citrifolium* Gris. (nec Nees).
Guiana Inglesa — Mazaruni Station, Forest Department of British Guiana 3235, junho 1940 (K); Mazaruni Station, fruto de cúpula subarredondada lisa, verde glauco pálido, purpúreo quando maduro, "silverballi", Forest Department of British Guiana 3462, junho 1942 (K).

31 — Aniba viridis Mez
Mez 1.c.: 61.
Brasil — Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, Corcovado, Glaziou 12117, janeiro 1880 (K, tipo).

BEILSCHMIEDIA NEES

32 — Beilschmiedia emarginata (Meissn.) Kosterm.
Kosterm., 1.c.: 855-856.
Sin.: *Cryptocarya emarginata* Meissn., *Hufelandia emarginata* (Meissn.) Mez.
Brasil — Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, Silvestre, árvore de 15m mais ou menos, flores esverdeadas, A.P. Duarte 5007, setembro 1959 (RB).

NECTANDRA ROL. EX. ROTTB

33 — Nectandra arnottiana Nees
Nees, Syst.: 289, 1836; Mez, 1.c.: 402.
Sin.: *Pleurothyrium chrysothyrsus* Meissn., *Nectandra chrysothyrsus* Benth.
Peru — Yurimaguas, Huallaga, árvore até 5m, mata, J.G. Kuhlmann 1637, fevereiro 1924 (RB).

34 — Nectandra cuspidata Nees et Mart. in Nees
Nees, Syst.: 330, 1836; Allen, in Mem. N.Y. Bot. Gard. 12 (3): 122.
Venezuela — Sudeste de la Queina, 420msm (sul de Ranch House), Hato la Vergareña, Edo. Bolivar, árvore de flores brancas, na mata e savana, J.J. Wurdack e N.G. Guppy s.n., outubro 1954 (RB); mata a 2-6km a sudeste de Rio Guanamo, El Palmar — Raudal Trail, drenagem do Rio Toro Superior, 270-470msm, Serrania Imataca, Território Delta Amacuro, árvore de 20m, 55cm de diâmetro, lenho mais ou menos macio, J.J. Wurdack e J.J. Monachino s.n., novembro 1955 (RB).
Nota: *Nectandra cuspidata* e *Nectandra pichurim* são muito próximas. O material típico de *cuspidata* é do Rio Negro e do Solimões, no Brasil; o de *pichurim* é da Venezuela.

35 — Nectandra falcifolia (Nees) Castigl.
Castigl., in Bol. Soc. Arg. Bot. 4 (1 e 2): 81, 1951; Vattimo, in Rodriguesia XXXI (50): 41, 1979.
Sin.: *Nectandra angustifolia* (Schrad.) Nees var. *falcifolia* Nees, *N. angustifolia* auct. div. non Nees, *N. membranacea* (Sprg.) Hassl. var. *falcifolia* (Nees) Hassl.
Brasil — Paraná: Município de Loanda, Porto São José, 246msm, flor creme, árvore de ramos longos decumbentes, parcialmente mergulhados nas águas do Rio Paraná (época das cheias), também do lado matogrossense, Hatschbach 5601 (RB, HH).

36 — Nectandra grandiflora Nees
Nees, in Linnaea VIII: 49, 1833; Mez, 1.c.: 437; Vattimo, in Rodriguesia XXXI (50): 41, 1979.
Sin.: *Gymnobalanus regnelli* Meissn. in Warm.
Brasil — São Paulo: Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, Planta viva 52, F.

C. Hoehne s.n., agosto 1935 (RB).; cidade de São Paulo, Jardim Botânico, "canela amarela", Planta viva nº 58, F.C. Hoehne s.n. (RB).

Paraná: Município de Palmeira, Capão Alegrete, árvore 5-7m alta, flor alva, cheirosa, em capão, G. Hatschbach 767, setembro 1947 (RB); Município de Piraí do Sul, Tijuco Preto, árvore de 4m, flor alva, mata ciliar, G. Hatschbach 5101, outubro 1958 (RB, HH); Castro, na entrada da cidade, árvore 5-6m alta, lenho perfumado de cor amarela, A.P. Duarte 5275 e G. Hatschbach, agosto 1960 (RB, HH); Município de Ponta Grossa, Estrada Velha, Rodovia do Café-Itaiacoca, árvore do capão, flor alvescente, comum, G. Hatschbach 11586 (RB, HH); Fernandes Pinheiro, Estação Florestal Irati (do Instituto Nacional do Pinho), E. Silva Araujo s.n., setembro 1949 (R); Fluviópolis, árvore na margem da estrada, L. Gurgel 14659, março 1929 (R); entre Cantagalo e Palmira, Gurgel 11122, novembro 1931 (R); Serrinha, em mata pequena, Dusén 2697, janeiro 1904 (R); Município Fernandes Pinheiro, J. Vidal III-102 e E. Silva Araujo s.n., setembro 1951 (R).

Santa Catarina: Serra da Boa Vista, São José, capão do campo, 1000msm, arbusto 3m alto, flor branca, Reitz e Klein 10.160, outubro 1960 (RB, HBR); ibidem, São José, beira de rio, 700msm, arvoreta de 4m, flor branca, Reitz e Klein 10241, outubro 1960 (RB, HBR); ibidem, São José, mata, 1000msm, arbusto de 3m, Reitz e Klein 10785, março 1961 (RB, HBR); ibidem, São José, matinha 800msm, arvoreta de 4m, Reitz e Klein 9916, setembro 1960 (RB, HBR); ibidem, São José, mata, 1300msm, árcore de 10m, "canela amarela", R. Reitz 5402, fevereiro 1953 (RB, HBR); Município de Chapecó, pinheiral, próximo a Campo Erê, 900-1000msm, "canela fedida", L.B. Smith, R. Reitz e L. Caldato 9607, outubro 1956 (RB, HBR); Mun. de Chapecó, pinheiral, 8km oeste de São Lourenço, 900-1000msm, árvore de 6m, L.B. Smith 11523 e Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); ibidem, pinheiral, Fazenda Campo São Vicente, 24km oeste de Campo Erê, 900-1000msm, L.B. Smith 9304, R. Reitz e O. Sufridini, anos 1956/57 (RB, HBR); Município de Bom Retiro, pinheiral, e ruderal, Riozinho, 1000msm, L.B. Smith, R. Reitz e R. Klein 7637, novembro 1956 (RB, HBR); Mun. de Bom Retiro, pinheiral, campina, Riozinho, 1000msm, L.B. Smith e R..Klein 7918, novembro 1956 (RB, HBR); Mun. de Xanxerê, pinheiral, Faxinal dos Guedes, 700-900msm, L.B. Smith 9783 e R. Reitz, janeiro a março 1957 (RB, HBR); Mun. Xanxerê, pinheiral, 9km este de Xanxerê, 600-800msm, L.B. Smith 11835 e R. Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); Matador, Rio do Sul, mata, 350msm, árvore de 10m, Reitz e Klein 8383, janeiro 1959 (RB, HBR); Serra das Pedras, Palmeira, mata 1100msm, árvore de 20m, Klein 4609, novembro 1963 (RB, HBR); São Bento, Schwacke s.n., junho 1885 (R).

Minas Gerais: Cascata, Fazenda Experimental do Estado, 750msm, pequena árvore de remanescente de formação ripária, flores alvas perfumadas, A.P. Duarte 3000, agosto 1950 (RB); Lavras, Belo Horizonte, árvore da Mata, na zona dos campos, atacada por fungo, E.P. Heringer 2585, agosto 1948 (RB); Estrada de Monlevade, mais ou menos km 25, A.P. Duarte 8101, junho 1964 (RB).

37 — Nactandra japurensis Nees

Nees, Syst.: 335, 1836; Mez, 1.c.: 440.

Brasil — Amazonas: Furo do Cujubim, Rio Branco (RB); Jubará, Rio Japurá, beira do rio, flor branca, A. Ducke s.n., setembro 1904 (RB); Manaus, igapó perto da Ponte dos Educandos, árvore bastante alta, flor branca, A. Ducke s.n., março 1932 (RB); Boca do Rio Tefé, beira do rio, A. Ducke s.n., setembro 1904 (RB); Rio Purus, Cachoeira Ubi (ant. Uby), mata, árvore, E. Goeldi s.n., junho 1903 (RB); Santo Antonio do Içá, mata árvore média, flor branca, A. Ducke s.n., agosto 1906 (RB).

38 — Nactandra lanceolata Nees et Mart. ex Nees

Nees, in Linnaea 8: 47, 1833; Castiglioni, in Bol. Soc. Arg. Bot. 4 (1 e 2): 86, 1951; Vattimo, in Rodriguésia 44: 285, 1978 e 50: 42, 1979.

Sin.: *Nectandra oreadum* Mart. ap. Nees, *N. lanceolata* var. *paraguariensis* Hassl., *N. weddellii* Meissn.

Brasil — Minas Gerais: Fazenda Bernardino Valadares, margem de Paraopeba, E.P. Heringer 7067, julho 1959 (RB); Sete Lagoas, sobre rochas de calcáreos, E.P. Heringer 7097, maio

1959 (RB); Horto Florestal de Paraopeba, E.P. Heringer 3569, setembro 1954 (RB); Caeira do Nery, Sete Lagoas, na base da rocha de calcáreo, E.P. Heringer 2706, agosto 1957 (RB); Fazenda do Rasgão, 3k de Paraopeba, na mata, árvore bonita, E.P. Heringer 5390, outubro 1956 (RB); Estação Experimental Coronel Pacheco, Vasco Gomes 1094, julho 1955 (RB); Carandaí, A.P. Duarte 600, novembro 1940 (RB); Providência, árvore de crescimento rápido, Virgílio M. Bastos s.n., novembro 1946 (RB); Horto Florestal de Paraopeba, meia cultura, E.P. Heringer s.n., agosto 1955 (RB); Caldas, Araujo 7045, ano 1890 (R); Estrada de Ferro Oeste de Minas, próximo a Ilhéus, Alvaro Silveira s.n., outubro 1896 (R); Sete Lagoas, E.P. Heringer 7124, julho 1959 (RB); Rio Novo, Araujo s.n., ex Herb. Schwacke 7645 (RB); Palmira, mata da represa, árvore de flores alvas, Brade 15933, setembro 1937 (RB); Ouro Preto, Saramenha, beira de córrego, árvore de flor pálida, J. Badini 3256, outubro 1938 (RB), Rio Novo, Araujo s.n., ex Herb. Schwacke 8918 (RB).

Goiás: entre Brasília e Niquelândia, mata ciliar, árvore de 8m, flor branco-esverdeada, J.M. Pires, N.T. Silva e R. Souza 7710, maio 1963 (RB).

Mato Grosso: Loc. n. ind., Guerra 22 (RB).

Espírito Santo: Vargem Alta, M. Rose s.n., junho 1953 (RB).

Rio de Janeiro: Serra do Camori, canela babosa, árvore grande, mata, J.G. Kuhlmann 6252, dezembro 1942 (RB); Avelar, Posse, "canela amarela", floresce em março, fritifica em outubro; J.M. Nunes 84 (RB); Petrópolis, Divino, em morro, O.C. Goes e Dionísio 521, maio (RB); Posse, Avelar, "canela amarela", ano 1930 (R); Teresópolis, 850msm, A.C. Brade 9593, outubro 1929 (R); Loc. n. ind., Widgren s.n., ano 1884 (R).

São Paulo: Brotos, Fazenda Nossa Senhora da Glória, José e Amador Simões 70, setembro 1932 (RB); Alto da Serra, Brotos, "canelão", árvore até 7m, José Simões 4, dezembro 1931 (RB); Serviço Florestal, "canela parda", Jacinta I. de Lima s.n., maio 1945 (RB); Itapecerica (Tabuão), D. Bento Pickel 3450, setembro 1949 (Museu Octavio Vecchi); Pilar, J.G. Kuhlmann s.n., outubro 1922 (RB); Ilha da Cocainha, Cariguatatuba, Pe. Capell s.n., ano 1951 (RB); cidade de São Paulo, "canela amarela", M. Cunha s.n., setembro 1952 (RB); ibidem, Jardim Botânico, Planta viva nº 79, F.C. Hoehne s.n. (RB).

Paraná: Município Prudentópolis, Guamiranda, árvore de 10m, flores alvas inodoras, E. Pereira 7673 e Hatschbach 10290, novembro 1963 (RB); Foz do Iguaçu, árvore de 5-10m, flor branca, E. Pereira 7795 e G. Hatschbach 10411, novembro 1963 (RB); Parque Nacional do Iguaçu, J. Falcão 152, maio 1949 (RB); Fazenda Monte Alegre, Município de Tibagi, G. Cecatto e J.C.H. Barbosa 29, novembro 1942 (Herb. do Museu Paranaense 2258); Rolândia, G. Tessmann (60) 81, fevereiro 1937 (RB); Município de Morretos, Anhaia (ant. Anhaya), árvore de 6m, flor alva, mata às margens de rio, Hatschbach 336, julho 1946 (RB, HH); Dorizon, Mallet, L. Gurgel s.n., março 1929 (R).

Santa Catarina: Joinville, W. Ehrhardt 7, fevereiro 1910 (Jardim Botânico de Hamburgo); Entrada de Capinzal, Capinzal, mata 700msm, árvore de 15m, flor branca, R. Klein 4285, outubro 1963 (RB, HBR); Rio do Sul, árvore 8-10m alta, flores alvas, J.G., Kuhlmann s.n., 1956 (RB); Mun. de Papanduva, pinheiral, norte da Serra Geral na Estrada de Rodagem Federal, 700-900msm, árvore de 15m, flores brancas, A.C. Smith e Klein 8405, outubro 1956 (RB, HBR); Santa Luzia, "canela garuva", árvore de flor branca, Dalibor Hans 288, dezembro 1949 (RB); Mun. de Chapecó, pinheiral a 60km de Chapecó, 400-500msm, L. Smith 11829 e R. Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); Mun. de Lajes, pinheiral, a 8km este de Encruzilhada, 900-1000msm, L.B. Smith 11355 e R. Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); Alto da Serra, Encruzilhada, Lajes, mata 900msm, árvore de 15m, flor branca, R. Klein 3185, dezembro 1962 (RB, HBR); Ponte Alta do Sul,Curitibanos, em pinhal, 900msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 14119, dezembro 1962 (RB, HBR); Serra da Boa Vista, São José, "canela amarela", mata, árvore de 15m, flor branca, 900msm, Reitz e Klein 10989, abril 1961 (RB, HBR); Limoeiro, Itajaí, "canela amarela", beira da estrada, 20msm, árvore de 10m, flor branca, Klein 2289, março 1959 (RB, HBR); Orleães, em capoeira 300msm, árvore de 10m, flor branca, Reitz e Klein 8272, janeiro 1959 (RB, HBR); pinhal da Companhia Lauro Mueller-Urussanga, em pinhal, 300msm, árvore de 20m, flor branca, Reitz e Klein 8501, fevereiro 1959 (RB, HBR); Rio do Meio, Lauro Mueller, "canela de várzea", mata 350msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e

Klein 8458, fevereiro 1959 (RB, HBR); Cunhas, Itajaí, "canela branca", mata 15msm, árvore de 10m, flor branca, Klein 1296, abril 1955 (RB, HBR); Encruzilhada, Lajes, pinhal 900msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 3193, dezembro 1962 (RB, HBR); Serra do Espigão, Papanduva, mata 1000msm, árvore de 15m, Klein 3978, dezembro 1962 (RB, HBR); Campos Novos, pinhal 1000msm, árvore de 20m, flor branca, Reitz e Klein 14331, dezembro 1962 (RB, HBR); Monte Castelo, Papanduva, pinhal 750msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 3957, dezembro 1962 (RB, HBR); Itaiópolis, pinhal 750msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 3947, dezembro 1962 (RB, HBR); Passo do Socorro, Lajes, pinhal 700msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 14533, dezembro 1962 (RB, HBR); Mata da Limeira, Brusque, "canela branca", J.G. Kuhlmann s.n., fevereiro 1950 (RB); Valões, km 16, árvore de 15m, flor branca, Klein 3743, dezembro 1962 (RB, HBR); Rio do Bugre, Caçador, imbuial 800msm, árvore de 20m, flor branca, Klein 3453, dezembro 1962 (RB, HBR); Curitibanos, capão do campo, 900msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 3279, dezembro 1962 (RB, HBR); Porto União, imbuial 800msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 3636, dezembro 1962 (RB, HBR); Anita Garibaldi, pinhal 700msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 14475, dezembro 1962 (RB, HBR); Novo Horizonte, Lauro Mueller, capoeirão 450msm, arvoreta de 8m, flor branca, Reitz e Klein 8240, janeiro 1959 (RB, HBR).

Paraguai — Villa Rica, árvore de 12m, Jorgensen 3924 (S); Villa Rica, flores brancas, em mata, Jorgensen 4929 (S).

39 — Nectandra latifolia (H.B.K.) Mez

Mez 1.c.: 454.

Sin.: *Ocotea latifolia* H.B.K., *Persea latifolia* Srpg., *Nectandra polita* Nees, *Oreodaphne dispersa* Mart. (nec Nees), *Oreodaphne dispersa* var. *grandifolia* Nees ap. Meissn.

Brasil — Bahia: Ilhéus, Município de Água Preta, árvore espontânea em qualquer terreno, 10m alta, flores brancas, "louro graveto", G. Bondar P 3014, fevereiro 1935 (RB).

Nota: É possível que *Nectandra polita* Nees, cujos tipos são da Bahia (Luschnath s.n., Riedel 307, Martius 420), seja na realidade a espécie que ocorre no Brasil, ficando a *Nectandra latifolia* (H.B.K.) Mez restrita à Nicaragua, Panamá e à antiga Nova Granada (constituída pela Colômbia e parte do Equador). Para tal veja-se Mez 1.c. 455. O material de Humboldt e Bonpland foi coletado em Nova Granada, que ocupava à época a Colômbia, o Panamá e parte do Equador.

40 — Nectandra leucantha Nees

Nees, in Linnaea 8: 48, 1833; Vattimo, in Rodriguesia 44: 286, 1978 e 50: 42, 1979.

Brasil — Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, Mesa do Imperador, árvore, flores alvas, Liene, Dimitri, A.P. Duarte e Pereira 3658, abril 1958 (RB); ibidem, Gávea, espécimen grande, M.C. Bandeira s.n., janeiro 1929 (RB); ibidem, mata da Cotia, árvore de flores alvas, E. Pereira 4235 e A.P. Duarte, janeiro 1959 (RB); ibidem, Frazão s.n. (RB); ibidem, Tijuca, Mesa do Imperador, A. Ducke e M. Bandeira s.n., janeiro 1929 (RB); Governador Portela, Monte Sinai, floresce em novembro, frutifica de agosto a setembro (RB); cidade do Rio de Janeiro, base da Pedra da Gávea, árvore nova 5-6m alta, frutos do tamanho de uma azeitona das grandes, A.P. Duarte 5903, julho 1961 (RB); Município de Nova Iguaçu, Tinguá, Sítio da Luz, próximo à Represa, H.E. Strang 299, junho 1961 (RB).

Santa Catarina: Blumenau, Ule 707, março 1888 (Jardim Botânico de Hamburgo).

41 — Nectandra leucothyrsus Meissn.

Meissn. loc.: 160.

Brasil — Ceará: Baturité, "louro bravo", Freire Allemão s.n. (R); Crato, Serra do Araripe, árvore alta, flor alvo-creme, A. Lima e M. Magalhães 52-1119, junho 1952 (R).

Bahia: Porto Seguro, rod. Eunapolis a Salto da Divisa, árvore de 15m, 20cm de diâmetro, flor amarela, capoeira, R.S. Pinheiro 1733, janeiro 1972 (Herb. Centro de Pesq. do Cacau — Itabuna, BA).

São Paulo: Morro das Padras, Município de Iguape, "injuva branca", árvore, A.C. Brade 8094, outubro 1920 (RB, R); Iguape, Morro das Padras, árvore, "injuva branca", A.C. Brade 9061, ano 1925 (R).

Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janairo, matas do Pai Ricardo, árvore granda, flor branca, Occhioni 199, março 1945 (RB); ibidem, Sacopã, A.P. Duarta e C.T. Rizzini 42, março 1940 (RB); Serra de Friburgo, tarras do Sanhor Davide Bacelli, favarairo 1883 (RB); cidade do Rio de Janairo, Mesa do Imperador, col. var., Julho, fruto (Herb. Bradaanum); Parqua Nacional do Itatiaia, lote 26, P. Occhioni 996, em março (Harb. Fac. Nac. Farm. RJ).

Espírito Santo: Sta. Leopoldina, árvore de 5-10m, flor alva, E. Peraira 9830, favaraíro 1965 (RB); de Vitória para Linhares, árvore grande de remanascente, A.P. Duarte 8838, fevereiro 1965 (RB).

Santa Catarina: Blumenau, Schwacke 92 (coll. IV), ano 1884 (R); mata da Companhia Hering, Bom Retiro, Blumenau, mata, 250msm, árvore de 20m, flor branca, Raitz a Klain 9521, fevaraíro 1960 (RB, HBR); Braço Joaquim, Luis Alvas, Itajaí, "canala branca", mata 350msm, árvore de 15m, flor varde-esbranquiçada, Reitz a Klain 2682, feveraíro 1956 (RB, HBR); Morro da Fazenda, Itajaí, "canala branca", mata 200msm, árvore de 12m, Raitz e Klein 1695, março 1954 (RB, HBR); Sanga da Areia, Jacinto Machado, orla da mata, 250msm, árvore de 10m, flor branca, Raitz e Klain 9591, março 1960 (RB, HBR).

42 — Nectandra magnoliaefolia Meissn.

Maissn., in D.C. Prod. XV (1): 154, 1864; Maz, l.c.: 407 (como *magnoliifolia*).

Brasil — Amazonas: Boca do Tefé, beira do rio, A. Ducka s.n., satambro 1904 (RB); foz do Rio Negro, Spruce 1693, agosto 1851 (K).

43 — Nectandra martinicensis (Jacq.) Maz

Mez l.c.: 459.

Sin.: *Laurus martinicensis* Jacq.

Trinidad — Plum Road, Central Range Reserva, R.C. Marshall 12428, setambro 1930 (RB).

44 — Nectandra megapotamica (Srpg. in L.) Maz

Mez, in Bull. Harb. Boiss. ser. 2 (2): 824, 1902 et ibidem 3: 794, 1903; Barnardi, in Candollaa 22 (1): 83, 1967; Vattimo, in Rodriguesia XXXI (50): 43, 1979.

Sin.: vida Vattimo l.c.; *Tetranthera megapotamica* Sprg., *Nectandra saligna* Naas, *Nectandra racemifera* Maissn., *Oreodaphne tweediei* Meissn.

Brasil — São Paulo: Capiruzinho, Rio Branco do Sul, "canala imbuia", capoeirão 950msm, arvoreta, flor esbranquiçada, 5m alta, Klein 2475, agosto 1961 (RB, HBR); Município da São Pedro, Bairro dos Gomes, árvora 8-10m alta, sarve para táboas, lenha, é de crascimento rápido, o fruto serve para criação da porcos, "canala branca", "canela de porco", José a Amador Simões 13, agosto 1932 (RB); Pindorama, Estação Experimantal, "canalinha", O.T. Mendes 2123, agosto 1937 (RB); Brotos, Sítio Santa Amélia, "canela", José e Amador Simões 59, setembro 1932 (RB); Carandiru, dezembro 1912 (RB).

Paraná: Parque Nacional do Iguaçu, foz do Iguaçu, árvore fraquante nas matas do parque, flores alvas, J.G. Kuhlmann s.n., outubro 1946 (RB); Parque Nacional do Iguaçu, J. Falcão 139, maio 1949 (RB); Cerro Azul, Mun. da Cerro Azul, 400msm, G. Hatschbach 6397, outubro 1959, árvore de flor creme, na mata (RB, HH); Porto Amazonas, margem do Rio Iguaçu, mata, L. Gurgel 14652, fevereiro 1929 (R); matas do Ivaí (ant. Ivahy), satembro 1874 (R); Lobato, Fazanda Remanso, Ferraz, Irmãos Ferraz, "canelão", árvore de 12m X 0,40m, madaira da odor desagradável, J.C. Gomes e Mattos Filho 249 e 1179, julho 1962 (RB); Mun. do Rio Nagro, Poço Frio, árvore de 8m, flor creme, na mata rica em imbuia, G. Hatschbach 4171, outubro 1957 (RB, HH); Mun. de Tibagi, Fazanda Monta Alegre, árvore de cerne escuro com cheiro fétido, cerca de 7m alta, flor creme, em mata de Araucaria, "canela preta", G. Hatschbach 7117 e A.P. Duarte (RB, HH); Parque Nacional do Iguaçu, próximo à Sade, "canela preta", árvore de porte regular de 10 a 15m alta, fornace boa madaira, A.P. Duarte 1867 e E. Peraira, maio 1949 (RB); Parque Nacio-

nal do Iguaçu, árvore de 5-15m, flores brancas, E. Pereira 5293, fevereiro 1960 (RB); Loc. n. ind., "canela preta", útil para taboas e caibros, inflorescências em julho, Gil da Rocha Prata 32 (RB).

Santa Catarina: Rio dos Bugres, Caçador, mata 880msm, árvore de 20m, flor esverdeada, Klein 3101, setembro 1962 (RB, HBR); próximo a Concongar, Tubarão, árvore, Ule 1286, agosto 1889 (Herb. Jardim Botânico de Hamburgo); Lajeadinho, Papanduva, mata 750msm, árvore de 20m, flor esbranquiçada, Klein 2996, setembro 1962 (RB, HBR); Serra do Espigão, Papanduva, mata, 1000msm, árvore de 15m, flor esverdeada, Reitz e Klein 13433, outubro 1962 (RB, HBR); ibidem, Papanduva, mata, 1000 msm, árvore de 10m, Reitz e Klein 12499, fevereiro 1962 (RB, HBR); ibidem, Papanduva, mata, 1000msm, árvore de 10m, Klein 2971, setembro 1962, flor branco-esverdeada (RB, HBR); ibidem, Papanduva, mata 1000msm, árvore de 15m, flor branco-esverdeada, R. Klein 2966, setembro 1962 (RB, HBR); Pântano do Sul, Ilha de Santa Catarina, restinga, 2msm, arvoreta de 4m, flor branca, Klein e Bresolin 5408, agosto 1964 (RB, HBR); ibidem, restinga, 2msm, arvoreta de 4m, flor branca, Klein e Bresolin 5400, agosto 1964 (RB, HBR); ibidem, Ilha de Santa Catarina, restinga, 5msm, arbusto de 3m, flor branca, Klein, Souza Sob. e Bresolin 5821, outubro 1964 (RB, HBR); Armação do Pântano do Sul, Florianópolis, árvore de 5-8m, flores esverdeadas, "canelinha", "canela amarela", J.G. Kuhlmann 10, setembro 1945 (RB); Capinzal, 600msm, mata branca, árvore de 15m, flor esverdeada, Reitz e Klein 16212, setembro 1963 (RB, HBR); Caxambu, Tupitinga, Campos Novos, em mata branca, 700msm, árvore de 15m, flor amarelo-esverdeada, frequente, Reitz e Klein 16184, setembro 1963 (RB, HBR); ibidem, Tupitinga, Campos Novos, em mata branca, 700msm, árvore de 15m, flor amarelo-esverdeada, Reitz e Klein 16181, setembro 1963 (RB, HBR); Passo do Socorro, Lajes, pinhal, 800msm, árvore de 20m, Reitz 6556, fevereiro 1963 (RB, HBR); Anita Garibaldi, pinhal, 700msm, árvore de 15m, flor esverdeada, Reitz e Klein 16246, setembro 1963 (RB, HBR); Anita Garibaldi, 700msm, pinhal, árvore de 20m, fruto maduro roxo escuro, Reitz e Klein 14790, abril 1963 (RB; HBR); São Miguel, Porto União, mata, 800msm, árvore de 20m, flor branco-esverdeada, Klein 3087, setembro 1962 (RB, HBR); Pintadinho, Porto União, mata 750msm, árvore de 15m, flor esverdeada, Reitz e Klein 13682, outubro 1962 (RB, HBR); Caxambu, Tupitinga, Campos Novos, mata branca, 700msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 14675, abril 1963 (RB, HBR); Nova Teutônia. Seara, 300-500msm, F. Plaumann 128, agosto 1944 (RB); Valões, km 16, 750msm, árvore de 10m, flor verde claro, R. Klein 3044, setembro 1962 (RB, HBR); Rio do Sul, mata 350msm, árvore de 15m, flor branco-esverdeada, Klein 5753, setembro 1964 (RB, HBR); Serra do Matador, Rio do Sul, capoeira, 400msm, árvore de 5m, Reitz e Klein 8347, janeiro 1959 (RB, HBR); Águas de Chapecó, mata 400msm, "canela louro", árvore de 15m, flor verde-amarelada, Klein 5616, agosto 1964 (RB, HBR); Xaxim, pinhal, 600msm, árvore de 20m, flor branca, Klein 5564, agosto 1964 (RB, HBR); Riqueza, Mondaí, mata 400msm, árvore de 15m, flor verde-amarelada, Klein 5617, agosto 1964 (RB, HBR); Ibirama, margem do rio, 100msm, arvoreta de 8m, flor esverdeada, Reitz e Klein 3724, setembro 1956 (RB, HBR); Peperi, Paraiso, São Miguel do Oeste, mata 600msm, árvore de 15m, flor branco-esverdeada, Klein 5713, setembro 1964 (RB, HBR); Braço Joaquim, Luis Alves, Itajaí, mata 350msm, árvore de 20m, flor verde-amarelada, Reitz e Klein 2059, agosto 1954 (RB, HBR); Seminário Arquidiocesano, Chapecó, mata 450msm, árvore de 15m, flor branca, Klein 5579, agosto 1964 (RB, HBR); Águas de Chapecó, mata 400ms,, árvore de 15m, flor verde-amarelada, Klein 5616, agosto 1964 (RB, HBR); pinhal da Companhia, Lauro Mueller-Urussanga, 350msm, árvore de 10m, flor branca Reitz e Klein 7194, setembro 1958 (RB, HBR); Escado do Brito, Mun. de Palhoça, continente, Florianópolis, árvore pequena (rebrotada), mata secundária, J.G. Kuhlmann s.n., setembro 1950 (RB); Coqueiro, Itapiranga, mata 400msm, árvore de 20m, flor verde-amarelada, Klein 5668, agosto 1964 (RB, HBR); Itapiranga, mata à beira de rio, 200msm, árvore de 10m, flor esverdeada, Klein 5643, agosto 1964 (RB, HBR); às margens do Rio Itapocá, muito abundante, "canela branca", árvore alta, flores brancas, ex Herb. Schwacke 12969, setembro 1897 (R); Estrada D. Francisca, Joinvile, mata 500msm, árvore 10m alta, flor esverdeada, Reitz e Klein 4212, maio 1957 (RB, HBR); ibidem, Joinvile, mata 600msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 5700, dezembro 1957 (RB, HBR); Novo Horizonte, Lauro Mueller, orla da mata, 350msm, arvoreta de 6m, flor branca, Reitz e

Klein 7026, agosto 1958 (RB, HBR); Encano, Indaial, mata 50msm árvore de 15m, flor esverdeada, Reitz e Klein 3753, setembro 1956 (RB, HBR); este de Joaçaba, 19km, Mun. de Campos Novos, pinheiral, 18-33km oeste de Campos Novos, 600-700msm, L.B. Smith 11172 e R. Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); Mun. de Xanxeré, pinheiral, 3-4km sul de Abelardo Luz, 500-600msm, L.B. Smith 11504 e Klein, fevereiro 1957 (RB, HBR); Loc. n. ind., Tweedie 1837 (K).

45 — ***Nectandra myriantha*** Meissn.

Meissn., in D.C. Prod. XV (1): 163; Mez, 1.c.: 452.

Nomes vulgares: canela fedorenta, canela fétida.

Brasil — Loc. n. ind., matas primárias do Rio Paraná, "canela fedorenta", julho 1834 (K).

Distrito Federal: Brasília, norte do Guara, mato, árvore 5m alta, E.P. Heringer 8388/582, maio 1961 (RB); Brasília, saída sul, córrego Vicente Pires, mata ciliar, árvore de 4m, flores esbranquiçadas, Botões verdes, J.M. Pires, N.T. Silva e R. Souza 9287, abril 1963 (RB); Brasília, Fundação Zoobotânica, brejo, margem de mata, árvore de 5m, E.P. Heringer 8423/617, junho 1961 (RB); Brasília, Fundação Zoobotânica, mata, árvore de 5m, E.P. Heringer 8380/ 574, maio 1961 (RB); Brasília, Horto do Guará, árvore do brejo, 8m alta, E.P. Heringer 8288-482, abril 1961 (RB); Brasília, Parque Zoobotânico, "canela", A. Mattos 337 e Heringer, julho 1963 (RB).

Minas Gerais: margem do Paranaíba, Patos, 750msm, árvore de porte médio, em remanescente de formação ripária, pouco frequente, A.P. Duarte 2996, agosto 1950 (RB); de Buriti Grande para Engenheiro Dolabela, Ramal de Montes Claros, árvore de 8-10m mais ou menos, em margem de pequeno ribeirão, A.P. Duarte 7731, maio 1963 (RB); Loc. n. ind., Claussen 173 (K).

46 — Nectandra nitidula Nees

Nees, in Linnaea 8: 48, 1833; Mez, 1.c.: 436; Vattimo, in Rodriguesia XXXI (50): 44, 1979.

Sin.: Vide Vattimo 1.c.

Brasil — Minas Gerais: Parque Municipal de Belo Horizonte, árvore copada, setembro 1929 (RB); Estrada próximo a Barão de Cocaes, pequena árvore de formação secundária, A.P. Duarte 11110, setembro 1968 (RB); em capões, próximo a São Julião, árvore, fruto de cúpula verde, baga negra, ex Herb. Schwacke 7235 (RB); Cachoeira do Campo, flor branca, cúpula e baga verdes, pequena árvore de córtex aromático, L. Damazio s.n., (RB); Cachoeira do Campo, arbusto, em capoeira, L. Damazio s.n. (RB).

Espírito Santo: Vitória, Fazenda Maruipe, flor branca, árvore das matas, serra, J.G. Kuhlmann 4, março 1934 (RB).

Rio de Janeiro: Itatiaia, Monte Serrat, arvoreta, , P. Campos Porto s.n., 1918 (RB).

São Paulo: Cotia, Lagoa do Veado, D. Constantino 98, abril 1941 (RB); São José dos Campos, árvore regular, flor alva, em capoeira arbórea, Loefgren s.n., setembro 1909 (RB); Sant'Ana, setembro 1912 (RB); Campinas, F.C. Hoehne 28336, outubro 1931 (RB).

Paraná: Município de Palmeira, Capão Alegrete, árvore 5-7m, flor branca, cheirosa, em capão, G. Hatschbach 767, setembro 1947 (RB, Instituto de Botânica de São Paulo).

47 — Nectandra pichurim (H.B.K.) Mez

Mez, 1.c.: 449 (excl. cit. spec. Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Argentina); Allen, in Mem. N.Y. Bot. Gard. 10 (5): 114, 1963.

Sin.: *Ocotea pichurim* H.B.K., *Laurus pichurim* Willd.

Brasil — Amazonas: Cassiquiare, margem do rio, Luetzelburg s.n., outubro 1928 (R); Rio Negro, margem do rio, Luetzelburg 22223 (R); Panuré, Rio Uaupés, Spruce 2448, outubro 1852 a janeiro 1853 (K); próximo a Barra, Rio Negro, Spruce Nec. (5), dezembro a março 1850-51 (K).

Panamá — Calzada Larga, árvore pequena 3,50m, D. Sucre 36 setembro 1960 (RB).

Nota: O tipo (P) desta espécie é da Venezuela, coletado em Calabozo, sul de Caracas. É

possível que a espécie *N. cuspidata* Nees é que ocorra no Amazonas. A *N. cuspidata* tem seu material típico coletado no Rio Negro e Solimões (vide Allen 1.c. 114).

Allen 1.c. 119 cita material proveniente da Venezuela, Rio Vasiva, tributário do Rio Casiquiare, leg. Cardona nº 1492 (US), como pertencente a *N. pisi* Miq., cujo tipo é do Surinã.

É necessário um estudo mais profundo sobre *N. pichurim, N. cuspidata* e *N. pisi*, para que possam ser determinados seus limites específicos mais claramente.

48 — Nectandra psammophila Nees

Nees, Syst.: 303, 1836.

Sin.: *Nectandra grandiflora* var. *barbellata* Meissn., *Persea psammophila* Mart. ap. Nees, *Ocotea psammophila* Mart., *Ocotea minarum* Mart. (e.p.) ap. Nees.

Brasil — Minas Gerais: Loc. n. ind., L. Damazio s.n., flores brancas (RB); Ouro Preto, arbusto 2-3m alto, flores brancas, L. Damazio s.n. (RB); Loc. n. ind., arbusto, flor branca, em capoeira (RB); Ouro Preto, Sena s.n., ex Herb. Schwacke s.n. (RB); Ouro Preto, Lavras Novas, árvore de flores alvas, ex Herb. Schwacke 7499, novembro 1891 (RB); Loc. n. ind., L. Damazio 1876 (RB).

49 — Nectandra puberula Nees

Nees, Syst.: 332, 1836; Mez 1.c.: 413.

Sin.: *Nectandra amara* Meissn., *Oreodaphne* (nec *Nectandra*) *angustifolia* Miq. (nec Nees), *Laurus atra* Vell.

Brasil — Rio de Janeiro: Santa Tereza, árvore alta, Schwacke s.n., março 1891 (R). Loc. n. ind.: Glaziou 2671, março 1872 (K); Glaziou 13156, fevereiro 1882 (K); Glaziou 8107, setembro 1876 (K); Glaziou 14215, abril 1883 (K).

50 — Nectandra reticulata (R. et P.) Mez

Mez 1.c.: 404.

Sin.: *Laurus reticulata* R. et P., *Ocotea mollis* H.B.K., *Nectandra mollis* Nees, *Persea mollis* Sprg., *Laurus aestivalis* Vell., *Nectandra villosa* Nees, *Litsaea* villosa Sprg., *Persea incana* Schott in Srpg., *Laurus incana* Domb. ap. Nees, *Nectandra grandis* Kl. et Karst. ap. Nees, *Nectandra laurel* var. *triquetra* Meissn.

Brasil — Loc. n. ind., M.A. Glaziou 2674 (RB).

Minas Gerais: Viçosa, árvore de 15m, em mata secundária, ramos pouco tortuosos, a maioria horizontais, H.S. Irwin 2192, dezembro 1958 (R); Viçosa, árvore regular, até grande, Edgar Alencar s.n. (RB); Rio Novo, flores alvas cheirosas, Araujo ex Herb. Schwacke 9396 (RB).

Bahia: Gongogi, Barragem do Funil, árvore 12m X 30cm de diâmetro, flores creme, perfumadas, plantação de cacau, T.S. Santos 2159, novembro 1971 (Herb. Centro de Pesquisa do Cacau — Itabuna, BA); Ilhéus, CEPEC, plantação de cacau, árvore de 3m X 35cm de diâmetro, flores esbranquiçadas, cálice creme, J.A. de Jesus 209 (Herb. do Centro de Pesq. do Cacau-Ilheus, BA); Itapebi, Itaimbé, plantação do cacau, árvore de 20m, flores brancas, cálice verde, R.S. Pinheiro 404 e T.S. Santos 67, novembro 1967 (Herb. Centro de Pesq. do Cacau — Ilheus, BA).

Espírito Santo: Estrada do Pancas — Colatina, J.G. Kuhlmann 339, maio de 1934 (RB).

Rio de Janeiro: Teresópolis, Fazenda Boa Fé, H.P. Velloso 384 (R); Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, Dionísio e Octavio 151, ano 1942 (RB); Serra dos Órgãos, Parque, área do Jardim, Talhão 8, próxima ao Lago-piscina, mais ou menos 950msm, C.T. Rizzini 383, outubro 1948 (RB); Parque Nacional da Serra dos Órgãos, W.D. de Barros 1109, novembro 1942 (RB); Parque Nacional da Serra dos Órgãos, "canela gosmenta", área do jardim, Talhão 4, próxima à piscina, árvore cerca de 15m alta por 0,40m de diâmetro, A. Mattos Filho 103, janeiro 1958 (RB); cidade do Rio de Janeiro, Estrada do Redentor, árvore grande de porte de 25-30m, A.P. Duarte 4785 e E. Pereira, maio 1959 (RB); ibidem, Vista Chinesa, J.G. Kuhlmann s.n., ano 1948 (RB); ibidem, Horto Florestal, "canela jacu", próxima ao bosque de ipê preto, Clarindo Alves Lage s.n., março 1936 (RB); ibidem, Mundo Novo, Botafogo, árvore de 20m, flor alva odorífera, mata, J.G. Kuhlmann s.n., maio, 1921 (RB); ibidem, Estrada do Cristo Redentor,

km 1, "canela de cacho", maio 1957 (RB); ibidem, Estrada da Vista Chinesa, curva da barreira, "canela de cacho", Francisco Gonçalves da Silva s.n., julho 1941 (RB).

Santa Catarina: km 175, ERF sul de Papanduva, pinheiral norte da Serra Geral, na Estrada de Rodagem Federal, 700-900msm, dezembro 1956, L.B. Smith e R. Klein 8405, árvore de 15m, flores brancas, dezembro 1956 (RB); Rio do Sul, árvore de 8-10m, flores alvas, frequente, J.G. Kuhlmann s.n., ano 1956 (RB).

Nota: O tipo de *N. reticulata* é do Peru, coletado por Pavon (B). O tipo do sinônimo *Ocotea mollis* H.B.K. (e dos sinônimos *Persa mollis* Sprg., *Persea incana* Schott in Sprg.) é de Nova Granada (que corresponde à Colômbia e parte do Equador), tendo sido coletado nas regiões temperadas dos Andes, atingindo altitudes de 6300 pés. O tipo dos sinônimos *Litsaea villosa* Sprg. e *Nectandra villosa* (Sprg.) Nees é do Peru. É impossível que a mesma espécie ocorra no Brasil. É necessário um estudo mais profundo de todos esses tipos e, ainda, sua comparação com a Tab. 54 (Fl. Flum. IV) de Velloso, que desenhou *Laurus aestivalis* Vell., também sinônimo de *N. reticulata*. É provável que *Laurus aestivalis* seja a espécie que ocorre no Brasil e deva ser formada a nova combinação devida, para o gênero *Nectandra*.

51 — Nectandra riedelii Meissn.
Meissn. 1.c.: 161; Mez 1.c.: 434.
Brasil — Loc. n. ind., Riedel s.n. (K).

52 — Nectandra rigida (H.B.K.) Mez
Mez 1.c.: 405-406.
Sin.: *Ocotea rigida* H.B.K., *Nectandra rigida* Nees, *Laurus rigida* (Bonpl.) Willd., *Ocotea ramentacea* H.B.K., *Nectandra oppositifolia* Nees, *Nectandra discolor* var. *subvenosa* Meissn., *Nectandra amazonum* var, *reticulata* Meissn., *Ocotea incana* Schott ap. Meissn., *Nectandra mollis* var. *intermedia* Meissn.

Brasil — Minas Gerais: Mun. São Sebastião do Paraíso, Fazenda da Bocaina, próximo ao Mun. de Guaianazes (ant. Guayanazes), José Vidal I — 387, fevereiro 1945 (R); Jardim Botânico de Belo Horizonte, A.J. Sampaio 7217, fevereiro 1924 (R); Lavras, Escola Superior de Agricultura, Marcelo Maia 93, flores alvas, junho 1944 (RB); Passa Quatro, árvore de flores brancas, Brade 19012 e Silva Araujo, maio 1948 (RB); Ouro Preto, árvore de flores alvas cheirosas, L. Damazio s.n. (RB); próximo de São João Del Rei, em mata ciliar, árvore de flores alvas, sépalas externamente marrom, E. Pereira 3129 e Pabst 3964, abril 1957 (RB); São Julião, em capões, árvore de flores alvas, ex Herb. Schwacke 7220, março 1891 (RB); Mata do Fundão, Estação Experimental Coronel Pacheco, Vasco Gomes 600 — 2339 — 2349, fevereiro 1956 (RB); Conceição do Serro, árvore, Sena s.n. ex Herb. Schwacke, (RB); Machado, C. Carcerelli 20, março 1950 (RB); Rodovia, Juiz de Fora, Rio Pomba, na Fazenda dos Malaquias, floresce em abril, E. P. Heringer 2633, maio 1950 (RB); Rio Pomba, canela ao lado do açude, florescimento em maio, E.P. Heringer 2634, maio 1950 (RB); Estação Experimental de Café Coronel Pacheco, árvore de grande porte, madeira boa, flores cremes, muito comum na região, E.P. Heringer 600, maio 1941 (RB); Rio Pomba, Fazenda dos Dornelas, E.P. Heringer 2631, maio 1950 (RB); Rio Pomba, árvore alta, floresce em maio, E.P. Heringer 2635, maio 1950 (RB); Pabst, s.n., abril (Herb. Bradeanum); Santa Rita de Ibitipoca, árvore alta, de coma vasta, córtex muitíssimo aromático, próxima a riachos, ex Herb. Schwacke 12364, agosto 1896 (RB).

Bahia : Valença, Rodovia saindo para BR 101, árvore de 10m, 20cm de diâmetro, flor amarela, cálice creme, "louro", capoeira, R.S. Pinheiro 1998, outubro 1972 (Herb. Centro de Pesq. do Cacau, Itabuna, BA).

Rio de Janeiro: cidade do Rio de Janeiro, margem da Estrada que parte da Estação Biológica Casuarinas, arvorete mais ou menos 3m alta, cálice ferrugíneo-piloso, corola branca, flores perfumadas, solo arenoso invadido por capim colonião, próximo há *Cecropia*, H.F. Martins 287, março 1963 (RB); Itererê, Fazenda Bela Vista, A.J. Sampaio 2925, fevereiro 1918 (R); Rio D'Ouro, Tinguá (RB); Itatiaia, P.C. Porto 691, "canela amarela", ano 1918 (RB); Itatiaia, Monte Serrat, 820msm, "canela branca", árvore de madeira de casca branca, W.D. de Barros 419, outubro 1941 (RB); entre Cachoeira de Macacu e Magé, pequena árvore, flores brancas, março 1955

(RB); Parque Nacional do Itatiaia, "canela branca", flores amarelas, Cunha Mello s.n. (RB); cidade do Rio de Janeiro, Deodoro, Antonio Roma 122, agosto 1937 (RB); cidade do Rio de Janeiro, J.G. Kuhlmann s.n. (RB); ibidem, Itanhangá, árvore de lenho amarelo, mais ou menos 8-10m alta, A.P. Duarte 4637 e E. Pereira, março 1961 (RB); cidade do Rio de Janeiro, Restinga de Jacarepaguá, arbusto na restinga, "canela amarela", A.P. Duarte 4648 e E. Pereira, março 1959 (RB); ibidem, restinga de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, árvore de flores brancas, Liene, Dimitri, Aparício e E. Pereira 3564, abril 1958 (RB).

São Paulo: Rio Claro, arredores de rio, "canelão" Navarro de Andrade 173 (R); Mun. de Lorena, Vale do Paraíba, H. de M. Bastos 14, janeiro de 1934 (RB); Cotia, D. Constantino 96, abril 1941 (RB); Cotia, D. Constantino 95, abril 1941 (RB); cidade de São Paulo, Jardim Botânico, "canelão", Planta Viva 261, F.C. Hoehne s.n., 1929 (RB); Mun. de Iguape, Morro das Pedras, "injuva vermelha", árvore de flores brancas, A.C. Brade 7888, outubro 1920 (RB).

Paraná: Mun. Paranaguá, Estrada Rio Guaraguaçu-Vila Balneária, árvore de 10m, flor alva, das matas do pântano, G. Hatschbach 3169, abril 1953 (RB, HH).

Santa Catarina: Ilha de Santa Catarina, Lagoa da Conceição, A.P. Duarte e J. Falcão s.n., dezembro 1950 (RB); Tigipió, São João Batista, capoeirão, 50msm, arvoreta de 8m, Reitz e Klein 10869, abril 1961 (RB, HBR); São Francisco, árvore, Ule 346, abril 1885 (Jard. Bot. de Hamburgo); Blumenau, Ule 708, abril 1888 (Herb. Jard. Bot. de Hamburgo); Itajaí, Braço Joaquim, Luis Alves, "canela garuva", 450msm, árvore de 10m, flor branca, Reitz e Klein 2897, março 1956 (HBR, RB); Itajaí, Morro da Ressacada, "canela garuva", "canela branca", mata 150msm, árvore de 15m, Klein 1241, março 1955 (RB, HBR); Itajaí, Morro da Ressacada, mata 200msm, "canela garuva", árvore de 15m, Klein 1870, fevereiro 1956 (RB, HBR); Brusque, mata da Azambuja, "canela garuva", 50msm, árvore de 20m, Klein 22, agosto 1950 (RB, HBR); Barra de Areia, Vidal Ramos, "canela garuva", capoeirão, árvore de 10m, 200msm, flor branca, Reitz e Klein 6591, março 1958 (RB, HBR); Horto Florestal, Instituto Nacional do Pinho, Ibirama, mata 300msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 1654, "canela garuva", março 1954 (RB, HBR); Três Barras, São Francisco do Sul, "canela garuva", capoeirão, 30msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 6611, março 1958 (RB, HBR); Anitápolis, Palhoça, capoeirão, árvore de 8m, mais ou menos 500msm, Klein 487, abril 1953 (RB, HBR); Morro da Fazenda, Itajaí, "canela garuva", árvore, mata 50msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 1833, maio 1954 (RB, HBR); Cunhas, Itajaí, "canela branca", "canela garuva", orla da mata, 10msm, arvoreta 8m alta, flor branca, R. Klein 1207, março 1955 (RB, HBR); Cunhas, Itajaí, "canela garuva", mata 15msm, árvore de 10m, flor branca, Klein 1289, abril 1954 (RB, HBR); Morro dos Conventos, Areranguá, matinha 50msm, "canela garuva", arvoreta de 6m, flores brancas, Reitz e Klein 9636, maio 1960 (RB, HBR); Morro da Ressacada, Itajaí, "canela garuva", mata 250msm, árvore de 15m, flor branca, Reitz e Klein 2916, março 1956 (RB, HBR); Serra do Matador, Rio do Sul, "canela garuva", mata 700msm, árvore de 15m, Reitz e Klein 8367, janeiro 1959 (RB, HBR); Mata da Azambuja, Brusque, "canela garuva", J.G. Kuhlmann s.n., agosto 1949 (RB); Ilha de São Francisco, "niuçara", árvore alta de córtex branco, cúpula verde, baga castanha, na restinga, próximo ao Lago Caraú, ex Herb. Schwacke 13139, setembro 1897 (RB); Barra do Sul, Araquari, mata 5msm, árvore de 10m, Reitz 5781, outubro 1953 (RB, HBR); São Francisco do Sul, "canela garuva", mata 30msm, árvore de 20m, Klein 20, fevereiro 1951 (RB, HBR); Rio do Sul, mata 400msm, árvore de 20m, Reitz e Klein 7391, outubro 1958 (RB, HBR).

Rio Grande do Sul: Mun. de Torres, José Vidal s.n., fevereiro 1939 (R); Porto Alegre, Monte Serrat, "canela amarela", "canela burra", Schultz 236, abril (RB); Mun. de Torres, Itapeva, "garuva", mato, Schultz 82514 (RB); Maquiné, Osório, Schultz 543, abril (RB).

Nota: O tipo de *N. rigida* (H.B.K.) Mez é da Colômbia. Possivelmente os exemplares brasileiros pertençam a *Nectandra oppositifolia* Nees (tipos brasileiros), posta na sinonímia de *N. rigida* por Mez 1.c. 406. Meissner considera *N. oppositifolia* válida (in D.C. Prod. 1.c. 146), englobando espécimes do Brasil tropical e meridional. No presente trabalho seguimos Mez, mas é possível que estudos futuros restabeleçam a validade de *N. oppositifolia*.

53 — **Nectandra venulosa Meissn.**
Meissn., in D.C. Prod. XV (1): 153; Mez 1.c.: 412.
Brasil — Loc. n. ind.: Gardner 5161, agosto 1840 (K).
Nota: Segundo Mez 1.c. esse material foi coletado na Serra do Frio, Minas Gerais.

54 — **Nectandra viburnoides Meissn.**
Meissn. 1.c.: 162; Mez 1.c.: 453.
Brasil — Amazonas: "louro", terra firme, pedregosa, capoeira alta, barranco, flores alvas aromáticas, árvore de 6m, William s.n. leg. (INPA 1797); boca norte do Rio Amazonas, na foz do Rio Negro, Spruce 1679, agosto 1851 (K).
Nota: Observamos no tipo de Spruce 1679 que as folhas ficam dobradas no material herborizado, apresentam a face dorsal castanho-avermelhada e os râmulos angulados.

CONCLUSÕES

Os dados, quanto à parte de sistemática das espécies, permitirão, a estudiosos interessados nesta família botânica, encontrar nos herbários citados material identificado, que lhes sirva de base para estudos iniciais e comparativos.

A relação das localidades dará amplitude aos estudos geográficos sobre a família, permitindo agora, pela grande quantidade de material cientificamente identificado ou revisado por nós, conhecer uma área muito maior de distribuição geográfica das espécies.

Dados sobre altura das árvore e seu habitus, assim como coloração das flores concorrerão para um maior conhecimento morfológico das Lauráceas. Os sobre o mês e ano de coleta trarão melhor compreensão da fenologia dessa família. O habitat, em que as espécies ocorrem, permitirá melhores estudos ecológicos sobre as mesmas.

Àqueles interessados em desenvolvimento florestal, o trabalho é de valia no que se relaciona com levantamentos florísticos sobre esta família, de interesse madeireiro e como fornecedora de óleos essenciais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a Bolsa, que nos permitiu identificar e estudar os exemplares de Lauráceas tratados neste trabalho, assim como às Direções dos Herbários nele citados, pelo empréstimo do material.

ABSTRACT

The list of 54 species of *Lauraceae* identified or revised by the Author is given. Data about geographic occurrence, habitat, habitus etc. are given.

LITERATURA CONSULTADA

Para Literatura completa vide:

VATTIMO, IDA de — Contribuição ao Conhecimento da Distribuição Geografica das Lauraceae I, in Rodriguesia 44, 1978; idem II, in Rodriguesia 47, 1978; idem III, 1.c. 48, 1979; idem IV, 1.c. 49, 1979; idem V, 1.c. 50, 1979; idem VI, 1.c. 53, 1908; idem VII, 1.c. 54, 1980.

UMA NOVA VARIEDADE DE *Vriesea atra* Mez

Gustavo Martinelli *

INTRODUÇÃO

Há seis anos vem sendo realizado o levantamento da vegetação do Morro do Cuca, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, onde ocorre uma interessante flora montana. O local formado por elevações graníticas com alturas superiores a 1200m/s.m., tem seu ponto de maior altitude situado a 1880m/s.m., sendo considerada por diversos autores como pertencente ao sistema orográfico da Serra dos Órgãos.

Em recente excursão ao local, encontraram-se exemplares de *Vriesea atra* Mez cujas folhas diferiam daquelas da espécie típica, que considerou-se uma nova variedade para a Ciência.

Vriesea atra Mez var. *variegata* Martinelli & Leme n. var.
"Differt var. typica foliis variegatis".

HOLOTYPUS: RB nº 207317. Leg: G. Martinelli nº 7793 & Leme, 29-XI-1981.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA: Brasil, Estado do Rio de Janeiro, Município de Petrópolis, Vale das Videiras, Morro do Cuca, 1700m/s.m.

HABITAT: rupícola, heliófila, na vertente de rocha nua do lado Norte, associada a *Vriesea imperialis* Carr., crescendo em touceiras, 1700m/s.m.

OBSERVAÇÕES: Tanto a espécie típica como esta nova variedade possuem flores de hábito noturno. Outro exemplar da variedade em questão está sendo cultivado, permanecendo com as mesmas características da planta quando coletada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Mez, C. in Martius, Fl. Bras. 3 (3): 543, pl. 101, 1894.

---

* Pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Bolsista do CNPq

Foto 1 — Detalhe das folhas de *V. atra* var. *variegata*.

Foto 2 — *Vriesea atra* var. *variegata* com estágio inicial da inflorescência, no habitat.

EXCURSÃO À IGUABA GRANDE

Humberto de Souza Barreiros*

GEOGRAFIA — Iguaba Grande, 1º distrito de município de São Pedro de Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, situa-se a 23° 09'S e 42' 15W e pertence à faixa litorânea que compreende Iguaba Pequena e Iguabinha entre aquele município e Araruama. O percurso foi realizado em automóvel Fiat, 2h 10m, desde Copacabana até o km 100 daquele distrito, com parada em Saquarema para um café. A faixa litorânea citada é cortada pela rodovia Amaral Peixoto e representa como as demais a parte emergente da costa que margeia a parte submersa pelo mar, *ria* — Lagoa de Araruama. O clima é subtropical e o vento dominante é o NE. A área de estudos é próxima do posto da Polícia Rodoviária e possui uma ponta rochosa, saliência da costa submersa, a Lagoa.

GEOMORLOGIA — O local de estudos compreende uma praia estreita e em declive interrompida pela ponta rochosa, os terrenos planos que se estendem da margem oposta da rodovia até a parte colinada-morro do Peró. Os solos são arenosos e/ou arenoso/argilosos à medida que se estente para o interior da costa. A ponta rochosa constitui a parte da Lagoa não inundada pelo mar; parcialmente coberta por sambaquís e solos arenosos. Os terrenos parcialmente urbanizados — casas, apartamentos e loteamentos, mas grande áreas são planícies, terrenos baldios cortados por rio afluente provavelmente do Papicu.

VEGETAÇÃO — Praia: graminoide e ciperoide dominantes no barlavento; graminoide, amarantóide, leguminóide, ciperóide, graminóide, compostas no sotavento; a ornamental arborescente cultivada, *Terminalia catappa* na parte plana com líquenes arbustivos na casca — *Anaptychia* sp. No mar: algas verdes flutuantes ou presas parcialmente às areias do fundo — *Chaetomorfa* sp. e presa à rocha — *Cladofora* sp., submersa. Pontal: graminoide, amarantoide, molugo, hidrocotile, eufórbia, compositas; na parte submersa, algas pardas *Giffordia* sp. presas ao substrato em tufos.

Terrenos de loteamentos baldios, de planícies, margens dos caminhos: gramíneas, amarantas, eufórbias, compositas, catarantus, ciperus, convólvulus, sidas, sendo dominante as gramíneas principalmente nas planícies.

---

* Pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

COMPOSIÇÃO FLORISTICA — O material coletado, total de 65 espécimens compreendeu plantas erbáceas ruderais halófitas de interesse forrageiro e medicinal; o material foi prensado, etiquetado e parcialmente seco em estufa de sauna.

AMARANTHACEAE
Chaemasyne hirta L.
Iresine portulacoide Moq.
Phyllocereusportulacoide
APOCYNACEAE
Catharanthus roseus (L.) Don
COMMELINACEAE
Commelina sp.
COMPOSITAE
Acanthospermun australis Kunt.
Conyza bonariensis (L.) Cronq.
Eclypta alba (L.) Hass.
Emilia sonchifolia DC.
Flaveria bidentis OK
Sonchus oleraca L.
Vernonia cinerea Less.
CYPERACEAE
Cyperus ligularis L.
Cyperus meyenianus Kunth.
Cyperus esculentus L.
GRAMINEAE
Cenchrus echinatus L.
Digitaria sanguinalis (L.) Scop.
Eleusine indica (L.) Gaert.
Eragostis ciliaris (L.) Link.
Paspalum pumilum Nees
Paspalum sp.
Rhynchelytron roseum Stapf. & Hubb.
Sporobolus virginicus Kunth

Outras gramíneas (3)

EUPHORBIACEAE
Euphorbia brasiliensis Lam.
Ricinus communis L.
LEGUMINOSAE
Aeschynomene sensitiva SW.
Cassia tora L.
Crotalaria mucronata Desv.
Desmodim comu (G.) Sch.
Indigofara hirsuta L.
CONVOLVULACEAE
Ipomoea acuminata (Vahl.) R. et Schultz
Conyza bonariensis (L.) Cronq.
Eclypta alba (L.) Hass.
Emilia sonchifolia Benth.
Flaveria bidentis OK
Sonchus oleracea L.
Vernonia cinerea Less.

CONVOLVULACEAE
Ipomoea acuminata (V.) R. et S.
CYPERACEAE
Cyperus esculentus L.
Cyperus ligularis L.
Cyperus meyenianus Kunth.
EUPHORBIACEAE
Euphorbia brasiliensis Lam.
Ricinus communis L.
COMELINACEAE
Comelina sp.
GRAMINEAE
Cenchrus ecinatus L.
Digitaria sanguinalis (L.) Scop.
Eleusine indica (L.) Gaert.
Eragostis ciliaris (L.) Link
Paspalum pumilum Nees
Paspalum sp.

Outras gramíneas (3)

LEGUMINOSAE
Aeschynomene sensitiva Sw.
Cassia tora L.
Crotalaria mucronata Desv.
Desmodium cannun (G.) Sch.
Indigofera hirsuta L.
MALVACEAE
Sida carpinifolia L.
MOLLUGINACEAE
Mollugo verticillata L.
RUBIACEAE
Borreria verticillata (L.) G. et F.
PORTULACACEAE
Portula sp.
VERBENACEAE
Lantana camara L.
UMBELLIFERAE (APIACEAE)
Hidrocotyle umbellata L.

TALÓFITAS

CHLOROFICEAE
Chaetomorfa sp.
Cladofora sp.
PHAEOPHICEAE
Giffordia sp.
LIOUENES
Anaptychia sp.

NOTAS PARA O CONHECIMENTO DE *Dicksonia sellowiana* (Pr.) Hook., 18844

I – OS TAXONÔMICOS E SUA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Odette Pereira Travassos

A espécie *Dicksonia sellowiana* (Pr.) Hook., Sp. Fil. I: 67, tab. 22B, 1844. (*Balatium sellowianum* Pr., Tent. 134. 1835 (nomem); *Dicksonia organensis* Miers, J. Sm., Kibd. Bot. I: 435. 1842 (nomem); *Dicksonia kartenia* Moore, Ind. Fil. 313; *Balatium karteniana* Klota., Bot. Zwigt. V. 693; *Dicksonia organica* Miers, mss.; *Dicksonia riparia* Beyrich, mss.; *Balatium beyrichii* Roem., mss., *Dicksonia arborea* Karsten, mss.).

Conhecida vulgarmente como "bálsamo-do-mato", "chachim", "samambaia-açù", "samambaia-imperial", "samambaiassu", "xaxim", "xaxim-bugiu", "xaxim-gordo" e "xaxim-da-serra".

É uma planta que está sendo completamente destruída, pois é usada para o fabrico de vasos de plantas em que os viveristas estão empregando indiscriminadamente. Não conhecendo suas propriedades, seu desenvolvimento lento e, talvez empreguem por manter melhor a umidade e por não necessitar de limpeza periódica, como os vasos de barro.

Dicksonia sellowiana (Pr.) Kook., 1844 e mais vinte e cinco (25) espécies constituem o gênero *Dicksonia*, tropical, distribuído pela Austrália: Quuensland e N.S. Walles, Tasmania, Nova Zelândia, Nova Guiné, Nova Caledonia, Ilhas de Fiji ou Viti, Havaí, Celebes, Santa Helena, Sumatra, Samoa, Chatan e Juan Fernandes, México, Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Peru, Equador, Brasil e Uruguai. (Mapa 1).

Este gênero *Dicksonia* não tem uma posição sistemática definida, pois DIELS (1898), considera como pertencente a *família Cyatheaceae*, COPELAND (1947), colocou-o *na família Pteridaceae* enquanto REIMERS (1954), SMITH (1955), PICHI-SERMOLI (1958) e SPORNE (1966), consideram como da família *Dicksoniaceae*.

O gênero *Dicksonia* tem como espécie tipo: *D. arborescens* L'Herit., 1788, da ilha de Santa Helena.

O gênero *Dicksonia*, bem como *D. sellowiana* (Pr.) Hook., 1844, apresentam caracteres que facilmente podem constituir uma família independente – *Dicksoniaceae* ou ser colocado, pelo seu porte arbóreo na família *Cyatheaceae* e, pelo tipo e posição dos soros em *Pteridaceae*.

Mapa 1 — Dispersão do gênero.

Dicksonia sellowiana (Pr.) Hook., 1844, é a única espécie do gênero que ocorre no Brasil. É facilmente distinguível de qualquer outro gênero da família *Cyatheaceae*, por um carater muito marcante da família, conforme TRAVASSOS (1978). Este carater é o revestimento do caule e da base dos pecíolos. Em *Dicksonia* encontramos numerosos pêlos macios e ferrugíneos enquanto que nos gêneros de *Cyatheaceae* o revestimento pode ser de escamas ou espinhos.

Dicksonia sellowiana (Pr.) Hook., 1844, apresenta os seguintes caracteres gerais: feto arborescente que pode atingir até 50m de altura, de 0,50-1 m de diâmetro, recoberto por um emaranhado de raízes, restos de pecíolos e abundantes pêlos ferrugíneos. Frondes grandes que podem atingir 2 metros de comprimento, bicompostas e pinulas profundamente partidas e de margem serreada, dispostas em roseta no topo do caule, dando-lhe um aspecto de palmeira. Pecíolo relativamente curto, recoberto de pêlos ferrugíneos que se estendem em menor profusão pelo raquis. De textura semicorriacea, de cor verde brilhante na página ventral e verde fusco na dorsal. Nervação aberta não formando retículos e sem revestimento piloso. Esporângios reunidos em soros, redondos, marginas, protegidos por indúsios valvares. Habitando lugares úmidos, próximo de correntes de água ou de cascatas naturais ou artificiais. Seu desenvolvimento é muito lento.

Apresenta as seguintes utilidades: muito ornamental pelo seu aspecto de palmerinha. Muito utilizada em fabrico de vasos, placas e estacas de plantas ornamentais, principalmente de orquídeas e samambaias em geral. Atualmente muito utilizada não só por paisagistas como por decoradores em revestimento de paredes. Usada em cerca viva que dá um aspecto muito original e o caule é bem mais resistente do que a madeira. Segundo PIO CORREIA (1931), o pêlo é usado como hemostaquio de primeira ordem e devido à queima lenta, os caboclos usam como "iscas" para acenderem seus cigarros.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Foi descrita pela primeira vez, por HOOKER (1846) de um exemplar colhido na Serra dos Órgãos, RJ, por Sellow. Para BAKER (1870): sul do Brasil e do Peru até Guatemala. CHRISTENSEN (1906), indica Brasil e Equador. DIELS (1920), dá sul do Brasil, oeste do Peru indo até Costa Rica e Guatemala. PIO CORREIA (1931), diz que só ocorrem em grandes altitudes desde o estado do Rio de Janeiro até ao Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. LEGRAND y LOMBARDI (1955) cita para o Uruguai. CASTELLANOS (1965) dá: Brasil, Peru, Oriental, Equador, Costa Rica e Guatemala (Mapa 2).

Para este levantamento, além de consultarmos bibliografia, fizemos o levantamento dos Herbários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RB), Museu Nacional do Rio de Janeiro (R) e Herbário Bradeannun (HB). E obtivemos a seguinte distribuição para o Brasil: ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Sellow Organs Mountaisn, J. Miers (HOOKRR, 1844). In Serra dos Órgãos; Miers! Sellow! Beyrich, Glaziou, 1787 (BAKER, 1870). Serra dos Órgãos, Itatiaia. (CASTELLANOS, 1965). Macieira, 1600mts. Alto do Itatiaia, P. Campos, em 18.10.1922 (RB 1108). Serra do Ita-

Mapa 2 — Dispersão de *Dicksonia sellowiana* (Pr.) Baker., 1844.

tiaia, Tamandaré, 783, junho de 1913. (RB 1906). Itatiaia, Macieiras 1900ms. P. Campos Porto, 2603, em 24.05.1932. (RB 26583). Alto do Macae de Nova Frigurgo, Glaziou 3171, 1787, 2281. Det. Brade 1933. (RB 26584). Alto do Macae de Nova Friburgo, 2824. (RB 26585). Caminho das Macieiras. J.G. Kuhlmann, em 18.10.1922. (RB 26587). Nova Friburgo. (RB 77645). Sob o Campo das Antas, 1850m. mato. Mgf. 10503, em 30.12.1952. (RB 81580). Serra dos Órgãos, Therezopolis até 1880m about 5400 feet forest. Bertha Lutz 2203. 21 nov 1946. (R). Therezopolis. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Inspetoria da Pesca. Gabinete de Botânica nº 28. Abril de 1868. Colhida por I.G. em 1868. (R 8716). Serra dos Órgãos, Campos das Antas. Gabinete da Escola Polythechnica nº 6689. Ex-herbario J. de Saldanha, 18 de janeiro 1883. Exercícios práticos (R 67763). Therezopolis. Gabinete da Escola Polythechnica nº 6690, em 1883, 15 de janeiro. Exercícios práticos. (R). Cat. 600. Brasil, Itatiaia, Retiro de Ramos, in terra silva 2200ms, 25 05 902. Dusen, 171. (R). Margem do Rio Beija-flor, Cachoeira das Yaras, Therezopolis, alt. de cerca 1000. Bertha Lutz, 2047, julho 1943. (R 67803). Gabinete da Escola Polythechnica nº 1004, ex-Herb. Saldanha. Serra dos Órgãos. Glaziou 1873. (R). Terezópolis, P.N.S. Órgãos prox. Abrigo 2, Lana Sobrinho 34, em 9.12.50. (HB 35117). ESTADO DE MINAS GERAIS: prope Minarum prope Caldas: Lindeberg n. 649! Serra da Mantiqueira: Riedel n. 317. (BAKER, 1870). Bois da "fazenda do Manso", leg. L. Damazio nº 96. (Herb. de l'Ec. de Mines). Bois du Custodio leg. J. Badini nº 2303. (Herb. de l'Ecol Pharmacie). (LISBOA, 1956). Caldas, Passa Quatro. (CASTELLANOS, 1965). Ouro Preto, J. Badini, 109, em 1936. (RB 30086). Serra do Caparaó 2.200mts, tronco de 1,5m. A.C. Brade, 17025, em 27.09.941. (RB 45085). Minas Gerais, Caldas, A.F. Regnell nº H 321. (RB 67820). Caldas (Minas Gerais) Dusen, 10.09.1873. Ex-herb. Reg. 2049. (R). ESTADO DE SÃO PAULO: Cultivada também na entrada da picada Veitch de exemplares colhidos em Itapecarica. (HOEHNE, 1942). Apiaia, Faxina, Rio Grande, Pilar, Campos do Jordão, Bocaina. (CASTELLANOS, 1965). Serra da Bocaina. Ex-herbário Damazio, Schwacke, em 1877. (RB 36108). Campos do Jordão. Planta nº 227. Vale Dicksonia, em 4.Or.56. (RB 14316). Prov. de São Paulo, Serra da Bocaina, Glaziou, Schwanke, 1879. (R). Serra da Bocaina: folhas de 2m a mais, a maioria sem soros. B. Lutz, 21.01.1925. (R 67758). Serra da Bocaina, Est. de São Paulo, B. Lutz, 726. Dez. 1931. (R 29363). Prov. de São Paulo. Serra da Bocaina. Glaziou, Schwacke. Set. 1879. (R). ESTADO DO PARANÁ: Serra do Mar. (HOEHNE, 1942). "Xaxim", Curitiba, Portão. Herb. do Museu nº 1422, R. Hertel nº 11, em 21.08.1943. (RB 48941). Curitiba, Estr. Fed. Rio Negro, Zona de Araucarias, 12k. do centro a margem de um córrego, raro. Gunter Tesmann, 336, em 27.12.1950. (RB 74963). Iguassú, Vargem Grande, "xaxim", Rizzini e Labouriau nº 652, em 12.12.1948. (RB 166659). Plantas Paranaensis. A.P. Dusen Collectae. Paraná, Marechal Mallet in silva primaeva. I/904. (R 665). Plantas Paranaensis A.P. Dusén collectae, 3501. (R). ESTADO DE SANTA CATARINA: Fritz Mueller. (BAKER, 1870). Serra do Mar (HOEHNE, 1942). Santa Catarina (CASTELLANOS, 1965). BR-2, a 26km de Mafra, G. Pabst, 6037, Ed. Pereira, em 26.10.1961. (HB 22022). Rio Irani, A. Castellanos, 24617, em 27.02.1865. (HB 32238). Ex-herbário Damazio (Schwacke 337). Fritz Muller. (RB 36109). Fachinal, Biguassú, no mato, cerca de 600ms. Pa-

dre Raulino Reitz, H. 285, em 04.03.1943. (R8 50110). Rancho Queimado. P. João Alfredo Rohr, S.J., em 27.07.1948. (RB 72407). Santos, 453, Flaster 411, Pabst, 6037, E. Pereira, 6210, em 20 X 61. (R). Santa Catarina, Mun. Dionisio Cerqueira, alt. 900-1000. Pinheiral, 2km west of Rio Capetinga on the road to Dionisio Cerqueira. L.B. Smith, Pe. R. Reitz 7 O. Sufridini, 9613. Dec. 29, 1956. Det. C.V. Morton. (R). Fachinal, Biguassú, Santa Catarina, mata, 600m., árvore 5m, R. Reitz, 1376, em 17.01.45. Det. Brade. (R). Prov. Santa Catarina, Therezopolis, Morro de Capivary, "xaxim", Fr. Muller nº 161. (R. 8718). Santa Catarina. Mun. Bom Retiro, Pinheiral and ruderal, Riozinho, alt. 1000m. L.B. Smith, Pe. R. Reitz & Klein 7636, Nov. 16, 1950. (R 6778). ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Bom Jesus, Carauna, Dutra, 247. Gravatahi, Via Machado Dutra 8, P. Alegre J & S. 214. Santa Maria, Ex-colonia Silveira Martins Lindman 1307. Cachoeira Trombudo, Matschink, 42. Nordeste do Planalto do Rio Grandense (DUTRA, 1938). Bom Jesus, Gravatai, P. Alegre, Sta. Maria, S. Leopoldo, Santa Cruz, Montenegro, Gramado, S. Francisco de Paula. (CASTELLANOS, 1965). São Francisco de Paula, ref. fits. 4802801-41. A. Mattos Fº e L. Labouriau, em 08.12.1948. (RB 64764). São Francisco do Sul, ref. fets 48021101-45. A. Mattos Filho e L. Labouriau, em 11.02.1948. (RB 64765). "Samambaiassú", "Xaxim". Canela. No pinheiral recentemente desvatado. Ref. Fits 235. A. Mattos Filho e L. Labouriau, em 05.12.1948. (RB 68301). Inst. Geológico "La Salle", Canoas, Galopis, Irmão Teodoro Lins F.S.C., em 18.04.1949. (RB 71607). Prope Farroupilha, 8. Rambo, 45529, em 13.07.1949. (R8 82761). Vila Olivia p. Caxias. R. Rambo 43151, em 28.08.1949. (R8 82762). Nova Petrópolis, 8. Rambo, 41972, em 13.06.1949. (R8 82763). Ex-herbarium Florae Rio Grandensis, J. Dutra. S. Leopoldo nº 247. 8om Jesus, Faz. Caruno. (R 30063). EXTRA 8RASIL: Praetera in parte continentis occidentali inde a Peruvia usque Guatemala. (BAKER, 1870). Equador. (CHRISTENSEN, 1906). Ostperu längs den Anden (in Equador bis über 3000m) bis Costa Rica und Guatemala (DIELS, 1920). Uruguai, vive bajo arboles en quebradas húmedas (Tacuarembó, Treinta y Tres, Cerro Largo. (LEBRAND y LOMBARDI, 1955). Costa Rica, Guatemala, Equador, Peru, Uruguai. (CASTELLANOS, 1965).

SUMARY

The present paper is the first contribution to the knowledge of *Dicksonia selloviana* (Pr.) Hook., 1844.

Treat from the systematics of the specie and the geographical distribution in Brazil.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui os meus agradecimentos ao CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS, ao Prof. JESUS CARLOS COUTINHO BARCIA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro e funcionários da Biblioteca do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, também a todos aqueles que me auxiliaram na execução deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BACKER, J.G. – 1874 – *Polypodiaceae* in C.F.P. MARTIUS, Fl. Brasiliensis, 1 (2): 339-342, tab. 50.

CASTELLANOS, A. – 1965 – Catálogo dos Peteridófitos. Pteridophyta I. Parq. Nac. Itatiaia. Dep. Rec. Nat. Ren. M.A., Brasil, nº 8, 44 pp.

CHRISTENSE, C. – 1906 – Index Filicum sive Enumeration omnium generum specierunque Filicum et Hidropteridum ab Anno 1753 ad finem Anni 1905 descriptorum Adjectis synonymis area geografica. Hafiniae. 736 pp.

– 1913 – Index Filicum Supp. 1906-1912. Hafiniae. 132 pp.

– 1917 – Index Filicum Supplementum Préliminaire pur les annés 1913, 1914, 1915, 1916. Hafiniae. 60 pp.

– 1934 – Index Filicum Supplementum Tercium pro Annis 1917-1933. Hafiniae. 220 pp.

COPELAND, E.B. – 1947 – Genera Filicum The Genera of Ferns. The Ronald Press Company, New York. Ann. Cryp. et Phyt. 5: 48.

DIELS, L. – 1902 – *Cyatheaceae, Polypodiaceae, Parkeriaceae, Schizaeaceae* in S. ENGLER und K. PRANTL, Die Natürlichen Pflanzenfamilien. Leipzig, 1 (4): 113-371. 121 figs.

DUTRA, J. – 1935 – A Flora Pteridófita do Estado do Rio Grande do Sul. Ann. 1ª Reun. Sul-Am. Bot. Rio de Janeiro, Vol. 2: 19-68.

EAMES, A.J. – 1936 – Morphology of vascular plants. Lower Groups. Lst. ed. 4th impr. New York. 434, 215 figs.

FOSTER, A.S. and E.M. GIFOORT Jr. – 1947 – Comparative Morphology of Vascular Plants. 2nd ed. San Francisco. USA. 556 pp.

HOOKER, W.J. – 1842 – Genera Filicum or Illustrations of Ferns. London.

– 1846 – Species Filicum. London. Vol. 1.

HOOKER, W.J. and J.G. BAKER – 1883 – Synopsis Filicum or A synopsis of all knowns Ferns. London.

HOENE, F.C., M. KUHLMANN e O. HANDRO – 1942 – O Jardim Botânico de São Paulo. Dep. Bot. Est. Secr. de Agr. Ind. e Com. de São Paulo. 655 pp.

LEGRAND, D. y A. LOMBARDO – 1958 – Floral del Uruguay. I. Preridophyta. Mus. Hist. Nat. Montevideo: 19.

LISBOA, M. do A. – 1956 – Pteridophytes de Ouro Preto. Anais da Esc. de Minas de Ouro Preto. Minas Gerais.

PICHI-SERMOLLI, R.E.G. – 1958 – The Higer Taxa of the Pteridophyta and their classification. Acta. Univ. Upsal. 6: 70-90.

– 1965 – Index Filicum Supplementum quartum. Pro Annais 1934-1960. Reg. Veg. Netherkands. 37. 370 pp.

PIO-CORRÊA, M. – 1931 – Diccionario das Plantas Uteis do Brasil e das Exoticas Cultivadas. Min. Agricultura, Rio de Janeiro. Vol. 2: 209-210.

REIMERS, H. – 1954 – *Pteridophyta* in A. ENGLER, Syllabus der Pflanzenfamilien. 12ª ed., Band. I: 299-300.

REITZ, P.R. – 1959 – Os nomes populares das Plantas de Santa Catarina. Sellowia, 11: 9-148.

SEHNEM, S.J., A. – 1972 – Pteridacáceas. Fl. Illustr. Catarinense, Itajai, SC.

SMITH, G.M. – 1955 – Botanica Criptogamica, Vol. II: 33-335, fig. 224-225.

SPORNE, K.R. – 1962 – The morphology of Pterophytes. London.

TRAVASSOS, O.P. – 1978 – Contribuição ao estudo das Peteridófitas. I. Chave para determinação das Famílias. Rodriguesia, Rio de Janeiro, 30 (45): 365-379.

UPHOF, J.C. Th. – 1968 – Dictyonary of Economic Plants.

WILLDENOW, C.L. – 1810 – in C. LINNE, Species Plantarum 4ª editio pos reichardiana quinta adjetives vegetalibus. Tomus 5: 1.

Parte do laminário do Setor de Anatomia Vegetal do JBRJ, que possui cerca de 18 mil lâminas, examinado pelo Pesquisador Chefe de Estudos de Anatomia de madeira, Armando de Mattos Filho. (Foto Cynthia Kremer, 18/10/82)

OBSERVAÇÕES FITOGEOGRÁFICAS

APPARICIO PEREIRA DUARTE*

Platyciamus regnelli Benth.

Esta planta constitui um gênero monotípico dentro da grande família das *Leguminosas*. Trata-se de uma árvore de porte médio, isto é, de 10 até 15m mais ou menos, o tronco com um diâmetro que pode atingir cerca de 40 a 50cm, em indivíduos anosos, produz um lenho rosado tirante a vermelho de textura grossa mas, com larga aplicação em construções civis, desde a ponte até a casa, esteios peças para carros de bois no tempo que tal utensílio era muito usado no interior de Minas Gerais.

Árvore, com grande copa, costuma se ramificar mais ou menos 3 a 4 metros acima do solo; os ramos saem em relação ao eixo principal, formando ângulos de mais ou menos 45-60°. A copa em indivíduos que crescem isolados, pode atingir mais de 20m de diâmetro. Este gênero apresenta comportamento biológico particular; tem raízes gemíferas de modo que uma só árvore pode formar uma grande colônia constituída de vários indivíduos. Tem floração tipo terminal, grandes paniculas de mais de 40cm de comprimento com flores atroviolaceas. Frutos medem cerca de 10cm com poucas sementes medindo cerca de 1, até 1,5cm de comprimento, são reniformes, protegidas por uma testa fina de cor castanha, germinação fácil.

Nomes populares mais comuns: Folha larga, folha de bolo, mangalô, pereiro, etc. Cresce em solos argilosos, de cultura e fertilidade média. Clima: Prefere temperatura amena, média de 22°.

Áreas de Ocorrência: Existe um belo exemplar nas matas do Sumaré, vertente ocidental voltada para o Bairro da Tijuca, na Base da torre da antiga T.V. Rio com Tupy, único assinalado para a região e não está assinalado na literatura clássica. Serra de Terezópolis no trecho denominado Barreira, onde hoje existe o Museu Martins. Vertente ocidental da Serra do Itatiaia, quase na base para chegar a Itanhandu, onde se encontra uma belíssima colônia representada por vários indivíduos, daí para diante a ocorrência é mais ou menos freqüente em todo ou quase todo o circuito das Estáncias Hidrominerais; São Lourenço, Caxambu, Cambuquira ao longo da BR Fernão Dias, depois de Bragança até bem próximo de São Paulo. Volta a reaparecer na área do Município de Carandaí onde a espécie foi abundante outrora. É uma árvore magnífica, não só pelo formato de sua copada constituída de grandes folhas trifolioladas, mas pelo aspecto extraordinário de sua floração; constituída de grandes panículas terminais, que nos dá uma impressão muito agradável. Esta árvore deveria urgentemente ser introduzida nos programas de reflorestamento; em virtude de seu crescimento mais ou menos rápido, sua utilidade como madeira e sobretudo pelo valor decorativo, fixação de solos, isto é, proteção contra a erosão, tão freqüente nas regiões onde a planta cresce. A espécie ainda pode ser observada na serra que fica ao norte de Carmo de Minas, constituindo grandes colônias, em pastagens e solos de cultura.

---

* Botânico e Bolsista do CNPq.

Cariniana legalis (Mart.) O. Ktze.

Esta árvore é uma das maiores ou seja, a maior das matas atlânticas. Não foi sem razão ter sido denominada o gigante das matas brasileiras. Naturalmente sem falarmos de outros gigantes da Amazônia que teremos ocasião de nos referir no correr destas notas. O Jequitibá é uma árvore de rara importância, com um fuste que pode ultrapassar de muito os 20 metros, só acima desta altura aparecem as primeiras pernadas, as quais costumam formar ângulos retos ou quase em relação ao eixo principal. O Jequitibá tem ritidoma espesso, profundamente rimoso, isto é, sulcado no sentido longitudinal, bastante áspero, de coloração cinza clara. O liber é fibroso, o que acontece em todos os representantes da família das *Lecythidaceae*, por este característico ou qualidade de comportamento, pode ser transformado em estopa. Empregada para calafetar pequenas embarcações, confeccionar cabos para amarrar barcos nos ancouradouros; na Amazônia, o liber do Castanheiro do Pará, tem largo emprego para esta finalidade, isto é, calafetar embarcações.

O gênero *Eschweilera* no Sul da Bahia é largamente empregado para cordas, pequenos cabos, para embalagem de pequenos fardos. Ali naquela região as plantas deste gênero têm o nome popular de Biriba. Na Amazônia o nativo aproveita o liber da planta que ele tem à mão, mas, sendo particularmente desta grande família. O parêntese aberto foi para dar uma ligeira informação da aplicação dada pelo homem que vive em contato com a natureza; dos materiais que têm à sua disposição. Voltemos ao nosso Jequitibá para darmos mais algumas informações. Vimos que a árvore atinge grande altura, formando o estrato superior, destacando-se nas matas pela sua copada, que se eleva acima das demais. Apresenta também um aspecto que o torna conspícuo, é a coloração da folhagem que apresenta um tom singular; na primavera, no início da brotação ou abrolhamento, e a concomitante floração. A árvore se veste com uma folhagem de um verde-alface, que a destaca das demais, tornando-se inconfundível. O Jequitibá, como vimos em linhas acima, pela textura de sua córtex (ritidoma), permite o acúmulo de detritos orgânicos sobre os seus galhos, permitindo assim o estabelecimento de uma flora epifita, desde as criptogâmicas, até as fanerogâmicas, como por exemplo: as *Bromeliáceas, Orquidáceas*, e até mesmo arbusto como as *Moráceas* e *Bombáceas*, como a *Ceiba rivieri*. Nas matas do Pai Ricardo, entre a Mesa do Imperador e o Morro Queimado, existe um Jequitibá que sobre seus galhos tem um verdadeiro jardim botânico representado pelas *Bromeliáceas* de várias espécies, *Orquídeas* do gênero *Laelia crispa*, várias espécies de gênero *Maxilaria, Sofronites*, etc. Na dita localidade ocorre um dos maiores exemplares da espécie, com um diâmetro na base que deve ultrapassar os 2 metros, na vizinhança crescem outras árvores menores da mesma espécie. No fim da Rua Icatu, no Largo dos Leões, ocorre também um dos mais belos exemplares, na ponte do Inferno, Estrada do Redentor existe outro exemplar onde cresce uma *Ceiba rivieri*, sem falar em outros que aparecem dispersos pela mata, geralmente na encosta oriental voltada para o mar. Quando subimos a Serra de Petrópolis a cerca de 2km antes de atingirmos a Estrada do Contorno, existem várias árvores e sobre as quais crescem exemplares de *Ceiba rivieri*, que pelo mês de julho a agosto estão cobertas de flores vermelhas. O Jequitibá era há cerca de 15-20 anos muito abundante nas matas do Estado do Espírito Santo, mas hoje se encontra no limiar da extinção, pela exploração descontrolada, pelos madeireiros inescrupulosos. Na Serra dos Órgãos, Terezópolis e Tinguá, a planta está representada, mas se não houver providências enérgicas por parte dos Órgãos de proteção, em breve, não haverá mais um único exemplar da espécie, o que será um grande desastre. Hoje em dia, a madeira da espécie é largamente empregada na confecção de marcos, alisares, portas, etc.

Sinonímia vulgar de *Cariniana legalis*; Jequitibá vermelho, Jequitibá branco, Sapucaia de apito e Pau carga.

Cariniana rufescens Berg.

A espécie se caracteriza pela sua grande raridade, trata-se de árvore de grande porte, mas, pela sua extrema raridade não se conhece a sua aplicação. Na Serra da Carioca, ao que pudemos verificar durante os anos que temos visitado as matas da região, só temos notícia de dois exemplares da espécie, sendo que um deles já desapareceu há mais de 20 anos. A árvore em apreço crescia na Estrada da Gávea, na última curva para atingir o alto da Rocinha. Com o alargamento da estrada houve um deslisamento e a árvore caiu. O segundo exemplar encontra-se acima do Hotel das Paineiras à margem da Estrada do Bondinho que leva ao Corcovado. Trata-se de um belo exem-

plar. O que caracteriza esta espécie, é que ela produz flores amarelas cor de ouro; enquanto qua a totalidade dos representantes da família *Lecythidaceae*, as produz rosadas. Tem um caráter que a destaca também, entra as suas congêneres, as folhas são da tamanho muito grandes em relação à maioria dos representantes da família, muito particularmente no gênero *Cariniana* e *Lecythis*. A espécie está representada no Jardim Botânico do Rio da Janeiro, por um jovem examplar, localizado próximo dos viveiros velhos. Esta maravilhosa planta, deva ser protegida por todos os meios, e incentivada a sua raprodução por parta do I.B.D.F. (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), com a finalidade de preservá-la do total desaparecimento, visto tratar-se de raridade botânica e florestal. O nome vulgar nessa região, é Jequitibá de manta.

As *Vochysláceas* da Serra da Carioca, Tijuca e Corcovado, estão representadas por três (3) gêneros com cinco (5) espécies. Sendo duas (2) *Vochysias*, duas (2) *Qualeas* a um (1) *Callisthene*. Todas apresentando comportamento ecológico, na sua destribuição, muito singular.

Vochysia oppugnata (Vell.) Warm., crescem nas encostas orientais, desde a base da serra até mais ou menos 200m acima do nível do mar dificilmenta poderá atingir altitude superior a 500m acima daquele nível. Planta muito rara. Trata-sa de árvore da porte pequeno a médio, caule cinza claro, ritidoma constituído da córtax macio que se desagrega com facilidada, algumas vezes o caula nos locais onde recebe abundante umidade, vinda do mar, o tronco pode tomar cor de ferrugem, pelo acúmulo da algas do gênero *Tentrepolia*. Esta espécie tem folhagem de um verde escuro saturado. A árvore apresenta copa plana. Na extremidade superior, quando em plena floração, torna-se da efeito extraordinariamente decorativo. Com grandes panículas terminais, amarelas cor de ouro. A floração desta espécie coincide com a de duas (2) outras espécies da região, são elas: *Cassia multijuga*, também com floração amarela; distinguindo-se da *Vochysia*, pelas panículas mais longas e laxas; isto, a distância, quando da perto, pela folhagem. A outra é a *Tibouchina granulosa*, (Quaresmeira) planta qua também não atinge grande altitude, não indo além da 250 a 300m acima do nível do mar nas encostas das serras. A *Tibouchina* que aparece na Serra de Petrópolis acima deste limite, é *Tibouchina estrellensis*, com uma variedada de flores quase alvas. Voltando às nossas considerações sobre *Vochysia*, temos ainda a acrescentar que a espécie produz madeira branca, macia e muito leva, ampregada em caixotaria a para confeccionar pequenas caixas para doces em pasta. O seu noma popular é Caixeta, justamente pelo emprego. Também o taboado da espécia é empregado para forros de casas, devido a sua extrema leveza e durabilidade.

Vochysia laurifolia, Warm., esta aspécia como sua congênare, aparece depois da Vista Chinesa, nas circunvizinhanças da Gávea Pequena, até ao Alto da Boa Vista, a planta forma algumas vezes pequenas colônias. O tronco desta, atinge pequeno diâmetro, copa mais ou menos rala, inflorescências mais difusas a menores, providas de flores também menores. Trata-se de árvore de porte modesto, córtex (ritidoma delgado) da cor cinza com manchas mais claras ou mais escuras. Cresce em solos mais pobres, onde predomina o arenito. Esta espécie apesar de seu valor decorativo, não a conhecemos em cultura, o fato deve estar ligado ao problema da coleta de sementes e de suas exigências, pois para cultivar tais plantas, torna-se necessário uma dadicação muito especial. Como seja a observação para a coleta das sementes. O preparo das sementeiras e o transplante no tempo certo. O que exige conhecimento da biologia do comportamento de plantas dessa família. A coleta de sementes das *Vochysiaceas* exiga trabalho permanenta de observação, do desenvolvimento dos frutos, para poder colhê-los em tempo certo.

Além das localidades assinaladas, ainda podemos citar a subida da Serra de Petrópolis na variante que passa pelo Vale dos Ingleses, ou do Jacó para quem parte das Araras a planta naquelas localidades aparece em grande abundância sendo porém, na vertente oriental qua olha para o Vale de Petrópolis a planta é menos abundante, mas quando se atinge o ponto culminante da estrada a direita da quem vem de Minas Gerais, apresenta-se nos meses da fevereiro a março um espetáculo de rara beleza, visto que a planta aí ocorra am formação quase gregária, formando grandes massas da floração da um amarelo cor da ouro indescritível, digna de um pincel de Batista da Costa. Na mesma associação aparece a *Melastomataceae* do gênero *Miconia candoleana* que tam-

bém costuma aparecer em formação gregária. Esta espécie produz madeira branca muito linheira empregada em construções abrigadas das intempéries, a espécie responde pelos nomes populares de Voadeira ou Murici.

Qualea gestasiana St. Hil., árvore de porte médio, tronco medindo cerca de 30-40cm de diâmetro, fuste reto, ramificando-se acima do solo cerca de 4-5m, copa densa, folhas pequenas, congestas, crescendo em solo quartzítico; no espigão do Sumaré, onde se erguem as torres das TV Tupi e antiga TV Rio. Trata-se de planta rara, conhecida talvez de um só exemplar. As *Quáleas* constituem um grupo de plantas que apresentam comportamento singular não só quanto ao habitus mas quanto a distribuição geográfica e ecológica. A ocorrência principal deste gênero tem sua área nas regiões de campos e cerrados dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, para as floras da região centro-oeste. Onde se observa nos campos de Minas e Goiás, espécies subarbustivas até árvores de porte, nos caapões de campos ou constituindo os cerredões. Ao lado de *Vochysias*, pertinentes a mesma família botânica, na região Amazônica a família é muito bem representada.

Qualea glaziovii Warm., árvore de porte médio, cerca de 10-15m, folhas mais ou menos grandes, isto é, medindo uns 10cm de longo, por 3-5cm de largura, limbo com a superfície irregular, flores em inflorescências curtas de coloração violácea clara. Espécie mais ou menos rara, o exemplar nosso conhecido, cresce no caminho que leva do Restaurante dos Esquilos à Gruta de Paulo e Virgínia. Localiza-se a pouco mais ou menos 1km acima do Restaurante, ficando à margem da estrada. O que dissemos para *Q. gestasiana*, serve para esta espécie. Caracteriza-se pela pobreza de representação. Durante os anos que trabalhamos no levantamento da Flora do antigo Estado da Guanabara, não tivemos oportunidade de localizar outros exemplares além do já citado.

Callisthene dryadum A.P. Duarte, árvore de porte pequeno a médio, se ramificando à cerca de 1,50-2m acima do solo, com ramos laxos, floresce despida da folhagem ou quase, flores alvas, cresce em comunidade de vegetação pobre, em solo pouco profundo e mais ou menos seco, com exposição ao ocidente, em encosta, na base do Morro dos Cabritos, a meio da subida que atinge o talwegue que verte para Copacabana. Trata-se de planta rara, condenada ao desaparecimento; causado pela ganancia da expansão urbanística. Acreditamos que a esta hora a planta já não exista mais; dado as numerosas construções realizadas no Bairro do Sacopã, atingindo a vertente que olha o Bairro de Copacabana. Esta espécie deveria ser protegida pelo Serviço de Proteção à Natureza, não só está como muitas outras espécies raras da flora brasileira. O que havíamos previsto já aconteceu; a planta foi destruída. Hoje só consta a sua descrição científica e o seu material guardado no Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Bombacáceas.

As *Bombacáceas* do Estado do Rio de Janeiro têm representantes dos seguintes gêneros: *Chorisia, Bombax, Ceiba* e *Quararibea*. O gênero *Chorisia* está representado por 2 espécies: são elas *C. crispiflora* e *C. speciosa*, ambas de grande valor ornamental. *C. crispiflora* H.B.K. cresce desde a planície até meia encosta, atingindo acima do nível do mar, pouco mais de 200 a 300m. Árvore de porte médio, com o tronco eriçado de numerosos acúleos, cobrindo todo o tronco até a extremidade dos ramos. Produz flores róseas, que variam de tonalidade; desde o róseo-claro até ao róseo-vivo. Os pétalos são irregularmente contorcidos ou encrespados, daí o nome dado à espécie, o qual baseou na forma daqueles, isto é, *crispiflora*. Sua distribuição se dá ao longo da costa, da Serra do Mar, em solos mais ou menos pobres e secos.

Chorisia speciosa St. Hil. é a segunda planta do gênero. Esta espécie cresce nas regiões altas, seu aparecimento começa nos arredores de Petrópolis, naturalmente cultivada, distribuindo-se ao longo da antiga União e Indústria. Sua área nativa está compreendida entre os Estados do Rio de Janeiro, nas costas acima de 900m, Estado de São Paulo e Minas Gerais. Devido à devastação, a espécie se encontra particularmente em cultura, mas tudo indicando que ela se encontra

em seu habitat natural. A espécie tem o nome botânico bem justificado; trata-se de planta de rara beleza quando em plena floração. As *Chorisias* são plantas que florescem, às vezes, completamente desprovidas de folhas, mas, também acontece florescerem enfolhadas (floração tardia) dando-nos o aspecto de um grande ramalhete, a árvore difere de sua congênere por apresentar o tronco mais robusto, elgumas vezes ventricoso e com poucos acúleos, algumas vezes estão ausentes. As flores são de cor róseo-vivo intenso quase tendendo ao vermelho. Existe uma espécie deste gênero, com uma variedade nos Estados de Mines Gerais, Goiás e Bahia.

A espécie *Chorisia pubiflora* St. Hil. cresce nos afloramentos de calcário no ramal de Montes Claros, igualmente interessante, se aproxima muito de *C. speciosa*, só se afastando desta pela estrutura floral, apresentando a ventricosidade do tronco mais desenvolvido; a ponto de ser denominada barriguda na região de Dolabela Portela e Várzea da Palma, onde a planta é freqüente. A espécie ainda aparece nos arredores de Brasília igualmente em efloramento de calcário, como em Dolabela Portela.

E por último, a variedade do gênero que ocorre no sertão baiano para quem sai de Feira de Santana em direção a Capim Grosso. Trata-se de árvore de caatinga de porte pequeno, diferindo-se, porém, dos binômios prescedentes, por possuir flores alvas. Pode ser depois de um exame de gabinete mais ecurado, tratar-se de um binômio distinto. Este é um trabalho para Taxinomista que queira deslindar o problema.

O gênero *Ceiba*, para es matas atlânticas, está representado por duas (2) espécies.

Ceiba erianthos K. Schum. e *Ceiba rivierii* K. Schum., embos apresentando habitus e habitat muito distintos. A primeira das espécies cresce nas formações rochosas que correm ao longo da costa, que orla a Avenida Niemayer em direção à Barra da Tijuca e Jacarepaguá, ramificando-se em direção à Grumari, etc. Esta espécie apresenta habitus muito particular; trata-se de árvore casmofita com a base do tronco anormalmente hipertrofiada. Este aspecto ocorre desde a fase jovem da planta; característico muito freqüente entre as *Bombacáceas*, pois muitas delas medrem em ambiente onde e água é escassa, em certas épocas do ano. A garantia da sobrevivência corre por conta da água armazenada no tronco. Fato bastante singular, nas *Ceibas* de outras localidades, como se pode observar nas *Ceibas* que medram sobre rochas. Comportamento interessante é que, além da ventricosidade da base do tronco, o crescimento vertical é reduzido, porém, observando-se grande expansão no sentido lateral, pode-se ainda verificar que o tronco é exaustivamente coberto por grandes acúleos. Fato que se dá não só na *Ceiba erianthos*, mas numa outra espécie que ocorre no norte de Minas Gerais, no Município de Pedra Azul, cuja espécie se encontra cultivada no sítio do paisagista Roberto Burle Marx, em Campo Grande. Levamos sementes de Pedra Azul para Salvador para cultivar no Horto de Patamares, propriedade da Empresa de Loteamento Urbaniza, onde pudemos observar que a ventricosidade se desenvolve nas plantas ainda muito jovens, ficando assim provado que é um caráter genérico adaptativo.

A segunda espécie do gênero, é *Ceiba rivierii* K. Schum., de comportamento semi-epifítico, suas sementes germinam na bifurcação dos galhos de árvores enosas de flora primária, principalmente em Jequitibás. As sementes desta planta, como de quase os representantes da família, são envolvidas por tufos de pélos denominados paina, e este material còm auxílio das correntes aéreas, leva es sementes a grandes distâncias, fora da área da planta mãe que,ao caírem em solo formado pela decomposição de folhas, germinam se as condições de clima forem favoráveis. As plentinhes emitem suas raízes de cima para beixo eté atingirem eo solo na base de árvore hospedeira. Desta maneira transforma-se numa ervoreta que produz belas flores vermelhas. A *Ceiba rivierii* também essume a forma ventricosa do caule, visto que ao germinar em elturas superiores a 15 até 20 metros, onde levam muito tempo até que suas raízes mestras atinjam o solo. O caule se hipertrofia, para que a planta possa esperer até o momento de chegar eo solo, onde poderá se tornar independente do falso hospedeiro. As plantas que apresentam semelhante comportamento são denominedas: Hemi-epifitas ou falsas epifitas. Este comportamento é muito freqüente também ne família das *Moráceas*, particularmente o gênero *Ficus* e nas *Clusias* da família das *Guttiferae*.

A terceira espécie do gênero *Ceiba*, é a famosa Sumauma, *Ceiba pentandra* K. Schum., da planície amazônica. Árvore muito freqüente no Vale do Rio Madeira, onde pudemos observá-la várias vezes, quando se desce ou sobe àquela artéria fluvial no trecho compreendido entre o Território de Rondônia e o Seringal das Três Casas, abaixo de Humaitá, velha cidade decadente.

A *Ceiba pentandra* K. Schum., naquelas paragens, assume grandes proporções e constitui grande perigo para a navegação de pequenas embarcações, particularmente no período das cheias, por causa do feñomeno da terra caída que naquela época do ano é muito freqüente. A água aumentando o volume e a velocidade, intensifica a erosão, solapando o talude dos rios, visto que o solo das planícies via de regra é constituído de argila arenosa, portanto muito incoerente, tornando-se presa fácil da ação erosiva das águas, fato muito freqüente no Vale do Rio Madeira e do Solimões, onde se pode observar a queda de solo em grandes extensões ao longo da margem. Pode-se observar ainda um aspecto de grande significação; as árvores não apresentam sistema radicular axial, por causa da pouca profundidade do lençol freático, enquanto que o sistema plegiotrópico é muito desenvolvido. Em 1962, tivemos ocasião de observar com muita nitidez o fenômeno no Vale do Rio Madeira, grandes árvores que se encontram à margem do Rio com o sistema radicular todo descalçado, preste a ruir. O Rio Madeira, de fato tem o seu nome bem justificado, observamos pouco acima de Humaitá, grandes ilhas totalmente formadas de troncos desarraigados e transportados pelas águas na época das cheias. A nossa viagem, naquele rio deu-se no mês de setembro de 1962, quando as águas já estavam bem baixas, próximo do seu nível normal, por esta razão pudemos ter uma visão bem nítida do fenômeno das terras caídas.

Callycophyllum spruceanum, da família das *Rubiáceas*. Já que falamos do Vale do Rio Madeira e da Sumaúma, não podemos deixar de falar do Pau mulato. Esta árvore ali naquela planície, é muito abundante e se encontra representada por grandes e numerosos exemplares, quando olhamos para as margens do rio, observamos quase que uma muralha escura representada pelos belíssimos troncos da *Rubiaceae*, que naquelas paragens se caracteriza pela grande freqüência. É uma espécie das planícies aluvionais, cujas condições ecológicas, são as ideais para a espécie. O local observado se encontra acima da velha cidade de Humaitá. No Seringal das Três Casas, pudemos observar também belos exemplares da magnífica espécie da *Clusia insignis*, de Martius, planta semi-epífita em troncos anosos ou mortos. Trata-se de uma das mais belas plantas, pelas flores atropurpúreas ou vinosas no interior dos pétalos e alvacentas no exterior. Os pétalos da espécie são carnosos e de forma coclear, isto é, de concha.

Clitoria racemosa Mart. Esta espécie ocorre no alto Solimões, no Município de Benjamim Constante, onde aparece representada por numerosos exemplares. A espécie em apreço, hoje em dia se encontra muito difundida nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, nas regiões quentes de todos estes estados. Tem se mostrado a árvore ideal para arborização de rodovias, formações de bosques e reflorestamentos. Trata-se de espécie de grande precocidade, de fácil reprodução e ecologicamente muito plástica. Produz belas inflorescências em panículas violáceas, que aparecem na primavera. A espécie como vimos acima tem sido largamente empregada pelo Departamento de Estradas e Rodagem.

Voltando às *Bombacaceas*, temos ainda que mencionar como mais freqüente e com grande distribuição, o *Bombax cyathophorum* Schum. (*Pachira cyatophora* Casar.).

Árvore de 5 e 6m de altura com ramos um tanto grossos arredondados, cobertos de córtice cor de cinza, os novos com revestimento da cor de cera e pintado; estipulas de 6mm de comprimento e 4mm de largura, triangulares agudas, glabras; folhas compostas de 7 a 9 folíolos não-articulados, oblongos ou levemente acuminadas, inteiramente glabros nas duas faces, atenuados e meio truncados na base, ferrugíneos; pecíolo de 9 a 20cm de comprimento e 2mm de grossura, dilatado no ápice em disco de 4 a 10mm de diâmetro, lâmina dos folíolos com 6 e 20cm de comprimento e 3 a 8cm de largura no meio ou no terço superior; pecíolos de 7 a 12mm de comprimento e 1mm ou pouco mais de largura, aplanado nos dois lados; cálice de 2cm ou mais de comprimento e igual diâmetro no ápice, da forma de cúpula, de limbo denteado com a idade, assinalado por 7 a 10 glândulas na base; pétalas de 15cm de comprimento e 2cm de largura, linear

ou obtuso-lanceolados, oliváceo-tomentelados e escamosos por fora, tomentelados por dentro, glabros na base; tubo estaminal com 4cm de comprimento e 5mm de diâmetro, saindo no ápice em falanges pouco distintas; filamentos de 8 a 9cm; anteras de 2mm de diâmetro; ovário de 1cm de comprimento e 5 de diâmetro na base; fruto cápsula de 13cm de comprimento e 2 a 3cm de diâmetro, pentagonal, costada, cheia de paina amarela; sementes de 5mm de comprimento e 3 a 4mm de largura, ferrugíneas, pontilhadas de preto. Cresce em Minas Gerais nas zonas de Lagoa e Patos; Estado do Rio de Janeiro, nos arredores da capital, em São Paulo nos de Ipanema. Sinonímia vulgar: Paina do arpoador, Paina amarela e Imbiruçu vermelho. Esta espécie, quando em flor, apresenta cálices de tamanho grande e providos de glândulas vermelhas como se fossem feridas, estas glândulas são grandes nectários que atraem os morcegos ao anoitecer os quais vêm lamber estes nectários, provocando assim a fecundação das flores que são constituídas de feixes de longos estames. A espécie produz madeira macia e branca, a córtex produz líber que serve para a confecção de cabos ou cordas.

Bombax wittrockianum Schum., árvore de ramos um tanto grosso, redondos, glabros quando novos, depois cobertos de córtex negra quando seca, ornada de longas lenticelas estriadas, amarelas; pecíolo com 6cm de comprimento e 2mm de menor, de grossura; peciólulos com 5mm a 2cm de comprimento; folíolos, regularmente 5, com 7 a 18cm de comprimento, 23 a 25mm de largura no meio ou no terço superior e rede venulosa distinta em ambas as faces; pedúnculo com 2 a 3cm de comprimento e 2mm, ou mais, de grossura, guarnecido perto do ápice, por 3 bractéolas membranáceas, muito pequenas, amarelas e persistentes; cálice campanulado, com 12 a 14mm de comprimento e 13 e 15mm de diâmetro no ápice, 3 ou 5 lobos no terço superior; pétalas com 40 a 43mm de comprimento e 13 a 15mm de largura no quarto superior; tubo estaminal com 1cm de comprimento e 4mm de diâmetro, vermelho ao secar; pistilo com 32 a 34mm de comprimento; ovário com 3 a 4mm de diâmetro, ovóide, fosco-tomentoso, obtuso no ápice; estigma truncado. Habita as margens do Rio Boturoca, perto de Santos, São Paulo e a Baixada Fluminense. Além das zonas mencionadas, habita também nas matas da Serra da Carioca ao longo da estrada que leva ás torres das TVs no Estado do Rio de Janeiro.

Cassia macranthera DC. (*C. multijuga* Vog., *Chamaefistula prominens* Don.), da família das *Leguminosas Cesalpiniáceas*. Árvore de folhas pinadas, compostas de folíolos bijugos, oblíquos, oval-lanceolados, acuminados, pubescentes na página inferior; flores amarelas em racemos dispostos em amplas panículas; fruto vagem cilíndrica. Tem a variedade venenosíssima. A espécie tipo e a variedade são comuns desde a Bahia até São Paulo e Minas Gerais. Sinonímia vulgar: Ipê-falso. Esta espécie pode ainda ser chamada de Fedegoso grande, com larga distribuição. A planta é encontrada em plena floração nos meses de fevereiro até princípios de março. Em Minas Gereis aparece em formações secundárias, pois trata-se de planta muito precoce, às vezes em formações gregárias nos municípios de Santos Dumont, Carandaí em direção a Cristiano Otoni. O lenho desta planta produz substância amarela que deve ser quimicamente estudada.

Sessea brasiliensis Toledo, da família das *Solanaceas*. Árvore de 15 a 16 metros de altura, tronco direito e cilíndrico de 30 a 50cm de diâmetro na base, casca rugosa e fendida, copa um pouco irregular e galhos tortuosos; folhas alternas, pecioladas, lanceoladas e inteiras, glabras na face inferior com pêlos nas exilas das nervuras, em geral com 10 a 20cm de comprimento por 3 a 6,5cm de largura; flores esverdeadas tubulosas pequeninas, de 12mm de comprimento, com cálice e corola glabros; 5 estames inclusos; ovário glabro e globoso com estilete alongado e estigma de 2 lobos desiguais, sendo essas flores dispostas em curtos cachos axilares, densifloro; fruto cápsula cilíndrica, até 20mm de comprimento, septífragas, com 2 valvas lisas e bífidas; sementes 3 por lóculo, lineares com ápice e base alados. Floresce em junho e julho. Sinonímia vulgar: Peroba d'água, em São Paulo e Pau novo. Trata-se da maior espécie da família das *Solanaceas*, no nosso entender a planta pode atingir até cerca de 10 metros de altura com mais ou menos 20 cm de diâmetro. Produz madeira branca que é empregada na construção de cercas de grande durabilidade, madeira de grande precocidade, produz boa lenha e regenera-se por brotação rapidamente.

Esta planta ocorre também no Estado de Minas Gerais, nas localidades: na base da Serra do Espinhaço, no Município de Carandaí, na Fazenda Vila Isabel, Dombe e nos espigões que medeia entre a Fábrica de Cimento Tupi e Cristiano Otoni.

Ocotea pretiosa Mez. (*Mespilodaphne indecora* var. *intermedia* Meissn., *M. pretiosa* Nees.). Árvore grande, até 20m de altura, ramos glabros, os jovens subangulosos e os adultos cilíndricos, cinéreos; casca aromática; folhas pecioladas (pecíolo de 2cm, manifestamente canaliculado), esparsas, obovadas ou oblongas ou elíptico-lanceoladas, curto-acuminadas ou estreito-obtusas no ápice e agudas na base, até 13cm de comprimento e 5 de largura, cartáceo-coriáceas, peninervadas, mais escuras na página superior e saliente-reticuladas na inferior; inflorescência fasciculada no ápice dos ramos, formando panícula; flores brancas, hermafroditas, aromáticas; fruto baga elipsóide com cúpula hemisférica, ocráceo-verrucosa. Fornece madeira de cor castanho-claro, às vezes esverdeada e com veias escuras, bastante porosa, de grão fino e regular, belíssima e própria para marcenaria de luxo, dormentes (durabilidade 11 anos) e construção civil. A identidade dos nomes vulgar e científico, assim como o fato de terem aroma idêntico esta e a anterior espécie, deram causa a uma deplorável confusão, à qual nem grandes autoridades escaparam; felizmente ainda é possível ser corrigida, de modo que as propriedades medicinais descritas para a primeira e que freqüentemente têm sido atribuídas à segunda, só o sejam com sucedâneo daquela. A confusão vai mais longe ainda, pois envolve outra espécie distinta, a *Aydendron suaveolens* Nees (*Laurus odorifera* Vell.). Rio de Janeiro até Santa Catarina e Minas Gerais. Sinonímia vulgar: Canela cheirosa, Canela sassafraz, Canelinha, Casca cheirosa, Louro cheiroso, Sassafraz, etc. Esta espécie, no Estado do Rio de Janeiro ocorre na estrada que leva ao Cristo Redentor, em Minas Gerais na estrada que leva ao Circuito das Águas Minerais, tais como Caxambu, São Lourenço, etc., ocorrendo ainda no Município de Carandaí próximo de Cristiano Otoni. A espécie apresenta particularidade, isto é, uma variedade química que ocorre em Santa Catarina onde é explorada pelo óleo safrol.

Cassia appendiculata Vog. (*C. australis* Vell.), da mesma família e divisão. Arbusto de 2,20 e 3,30m com os ramos em ângulo obtuso, os pecíolos e a inflorescência ferrugínea, cobertos de vilosidade de cor variável, ora diminuta, ora mais densa; folíolos tri ou quadrijugos curto-peciolados, obovais ou obovado-oblongos, muito obtusos na ponta, ou arredondados e muitas vezes mucronulados, na base obtusos e desiguais, ou os inferiores quase iguais, ou maiores com 5 a 7cm, os inferiores decrescentes, levemente coriáceos, por cima glabros, luzidios e por fim venulosos, por baixo com pubescência, ora miúda e rala, ora mais densa e ferrugínea; glândulas ovóides ou oblongas entre todos os pares; estípulas reniformes, subulado-acuminadas, descobertas, persistentes muitas vezes excedentes a 15mm; racimos nas axilas superiores, quase sempre mais curtos que as folhas, trazendo poucas flores largas e sendo as pétalas dos superiores muitas vezes reduzidas a estípulas semelhantes a brácteas; as verdadeiras brácteas são apontadas, pequenas e caducas; sépalas internas arredondadas ou largo-ovadas, na margem coloridas, com 12 e 16mm de comprimento, as externas metade mais curtas; pétalas glabras ou um tanto acetinado-pilosas por fora, tendo no máximo 10cm, contraídas em úngula de 2mm de comprimento e sendo as superiores pouco menores; estames maiores em número de 3, com anteras de 12mm de comprimento, curvas para dentro, rostros curtíssimos e oblíquos e os filamentos com 6mm de comprimento; os intermédios em número de 4, com anteras retas, de 6 a 8mm de comprimento e filamentos curtos; lâminas dos estaminódios ovais e marginadas; ovário roxo-sedoso; legume de 15 a 20cm de comprimento e apenas 6mm de largura, quase séssil, reto ou arqueado, glabro, coriáceo, deiscente por sutura superior, oblíquo-quadrangular, com a margem e as valvas médias carenadas. Sementes em sentindo longitudinal. Vegeta nas matas do Estado do Rio de Janeiro, Serra da Estrela, Sepetiba e no Vale do Rio Doce. Sinonímia vulgar: Fedegoso nativo. Esta espécie era muito comum na Barra da Tijuca em quase toda sua extensão, Barra de Sepetiba, etc. Trata-se de espécie de pequeno porte, apresentando valor decorativo e como fixadora de dunas. Esta planta cresce nas formações psamófilas, isto é, arenosas.

Ocotea glaziowii Mez. Arbusto ou árvore de raminhos cilíndricos, glabros ferrugíneo-tomentosos no ápice e com as gemas também tomentosas; folhas pecioladas (pecíolo de 10mm subcanaliculado), esparsas; ovado-elíticas, obovadas ou elíticas curto-acuminadas, agudas na base, até 16cm de comprimento e 7cm de largura, peninervadas, coriáceas, glabras, um pouco luzidias e imerso-costadas na página superior e levemente saliente-reticuladas na página inferior; inflorescência multiflora; flores dióicas dispostas em panículas terminais, ferrugíneo-tomentosas; fruto desconhecido.

NOTA: Coincidência extraordinária; parece que o infatigável botânico Glaziou, descobridor desta planta, fez a sua coleta por quatro vezes, em quatro pontos diferentes, sem haver tido o cuidado de os anotar; ou, se porventura fez essa tão necessária e quase indispensável anotação, ela se extraviou. Certamente não erraremos considerando o Rio de Janeiro e Minas Gerais como os Estados de seu habitat, aliás sem prejuízo de sua maior extensão. Esta espécie ocorre nas partes altas da Serra da Carioca, vai desde pequena, até árvore de porte médio, cerca de 10 a 15 metros de altura nas matas da Mesa do Imperador na descida para a Estação Biológica do Estado do Rio de Janeiro, ao longo da estrada que leva ao Cristo Redentor. Devemos essinalar que o estudo químico revelou substância de valor cardiotônico a ponto de recebermos pedido da Dinamarca solicitando cerca de 3000 kilos de folhas, ao que não atendemos porque seria a destruição de todas as árvores por nós localizadas nas matas da Tijuca sob proteção.

Triplaris macrocalyx Casaretto. Família das *Polygonaceae*. Restinga de Taipu, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de espécie rara para a região e para o gênero. Nos anos de 1960, no nosso trabalho de levantamento da Flora do Estado do Rio de Janeiro, (antigo Estado da Guanabara) tivemos ocasião de assinalar a ocorrência da espécie na costa litorânea intitulada Recreio dos Bandeirantes e no sítio do paisagista, Roberto Burle Marx, na Estrada de Guaratiba. É uma pequena árvore de porte de até 3,5 a 4m de altura, pouco ramificada, vivendo em comunidade rupestre, caracteriza-se pelas suas grandes flores alvas, destacando-se na comunidade por este último aspecto, isto é, flores portadoras de grande cálice dentro do gênero e sobretudo pela cor alva.

Dioclea megacarpa J. Huber. *Leguminosae* do grupo das ascendentes ou grimpantes. Esta espécie caracteriza-se pela sua estranha dispersão geográfica, pois ela foi encontrada e descrita por Jacques Huber, com o nome de *Dioclea densiflora*, posteriormente encontrada por Adolfo Ducke, no Estado do Ceará e depois por nós no Estado do Rio de Janeiro, na encosta rochosa voltada para o sul, localidade ameaçada da destruição pelo estabelecimento de um Camping, que se situa nas proximidades. O acampamento se encontra situado entre o Bar Recreio dos Bandeirantes e o Canal de Jacarepaguá.

Stíftia parviflora, da família das *Compositas*. Planta que se caracteriza pela sua estranha distribuição geográfica, pois ela é típica da flora mineira, tivemos oportunidade de localizá-la nos afloramentos de calcário, na Fazenda da Jaguara, no Município de Matosinhos no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1969 a 1970. Aqui no Estado do Rio de Janeiro, ela está crescendo em solo embasado em gneiss ou granito, nas proximidades do Recreio dos Bandeirentes, em mata baixa de encosta rochosa. Trata-se de árvore de porte pequeno para médio. A planta tem flores alvas, ao contrário de sua congênere que as tem emarelas alaranjadas; denominada *Stíftia chrysantha*, com capítulos de proporções bastante grandes a ponto de se constituir em planta de adorno, sendo largamente comercializada pelos camelôs das feiras livres do Rio de Janeiro. Esta espécie se encontra seriamente ameaçada no sentido de sua desaparição, visto suas flores serem constantemente colhidas, não produzindo sementes, por esta razão. Se os Órgãos responsáveis não tomarem providências, é mais uma das muitas espécies que desaparecerão da nossa flora.

LITERATURA CONSULTADA

Martius — Flora Brasiliensis (vários volumes)
M. Pio Correa Vols.: 1, 2, 3, 4 e 5.

HISTORIOGRAFIA DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, NO CONTEXTO DA FAZENDA REAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

João Conrado Niemeyer de Lavôr *

APRESENTAÇÃO

A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e a posterior chegada da Corte portuguesa em 1808, concorreram para inúmeras modificações e melhoramentos na cidade.

São frutos destes benefícios as vias de acesso que aos poucos surgiram e com elas os veículos, aperfeiçoados progressivamente para melhor atender à população. Graças a isto, foram sendo ocupadas localidades mais distantes, inclusive na direção da zona sul, da qual faziam parte a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Gávea e o Jardim Botânico.

Assim, o Rio de Janeiro foi se transformando, continuando sua história, aqui, parcialmente escrita.

I.01 — MUDANÇA DA CAPITAL PARA O RIO DE JANEIRO

Com a transferência da capital do Brasil da cidade de Salvador, capital da Bahia, fundada por Tomé de Souza em 1549, para o Rio de Janeiro em 1763, o principal centro de decisões da vida do país foi também deslocado para esta cidade.

A crescente cultura da cana-de-açúcar, que concorreu para o aparecimento de vários engenhos de açúcar e aguardente no Rio de Janeiro, serviu para, a partir da segunda metade do século XVI, fazer destes dois produtos os de maior importância comercial da cidade.

Coincidentemente, com a mudança da capital no século XVIII e os ciclos do ouro e diamante, o Rio de Janeiro teve a sua primeira fase de progresso graças ao comércio destes, vindos da Capitania de Minas Gerais para serem exportados pelo porto do Rio de Janeiro, a cidade, graças a isto, teve sua primeira fase de progresso.

---

* Bolsista do CNPq

I.02 – CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA

A ameaça da invasão de Portugal pelos franceses, consumada com a tomada de Lisboa pelo ajudante-de-campo de Napoleão Bonaparte, General Junot, Duque de Abrantes, motivou a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, concorrendo conseqüentemente, para o seu desenvolvimento, início da emancipação brasileira, tendo como fato original a coroação de D. João VI nesta cidade, e, graças à presença do poder real no Brasil, resultou a consolidação nacional, ocasionando a separação de Portugal, sem perda do patrimônio brasileiro, que permaneceu intacto com a fundação do Império cujas bases foram alicerçadas no período de D. João e solidificadas com a elevação da antiga colônia à categoria de reino, ou melhor, à condição de nação em 1816.

Embora já houvesse no Brasil uma classe de aristocratas rurais que vivia confinada em suas fazendas e engenhos, a maioria da população da cidade constituída, na época, de gente miserável e de escravos, pressentiu o progresso que viria, tornando-se, devido a isto, eufórica, antevendo o Rio de Janeiro se transformar em centro das decisões políticas e econômicas.

I.03 – PRIMEIROS ATOS DE D. JOÃO

Correspondendo ao presságio popular, o futuro promissor não se deu apenas no Rio de Janeiro. D. João fundou a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, abriu várias escolas de ensino superior, a Academia de Marinha, Academia de Artilharia e Fortificações, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, posteriormente Academia de Belas-Artes, fundou a Imprensa Régia, a Biblioteca Real e nas terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, uma fábrica para fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia e outra para fabricação de pólvora que funcionou no interior do parque do hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mandado preparar por D. João para servir como jardim de aclimação, visando a introdução de especiarias das Índias Orientais e que, antes de ser conhecido como Jardim Botânico, teve os nomes de Real Horto e Real Jardim Botânico.

Um dos primeiros atos, entretanto, e talvez o mais importante como regente, foi o de declarar livres os portos e a indústria do Brasil, concorrendo, desta forma, para incrementação do comércio.

I.04 – CRIAÇÃO DAS FREGUESIAS APÓS A CHEGADA DA CORTE

A cidade, desde 1569, vinha sendo dividida em freguesias ou paróquias e esta forma de divisão de aspecto eclesiástico, cuja finalidade era melhor administrar a cidade e concorrer para seu progresso, continuou a ser adotada após a chegada de D. João. Foram fundadas as freguesias: da Lagoa em 1809, que pela proximidade com o hoje Jardim Botânico, pode ser considerada como um grande passo no caminho daquela área; em seguida, surgiram as de Santana em 1814, Sacramento em 1826, em substituição à de São Sebastião que foi a primeira; Santa Cruz em 1833; Glória

em 1834; Santo Antônio em 1854; São Cristóvão em 1856; Espírito Santo em 1865 e, finalmente, Engeno Novo e Gávea em 1873, totalizando em 1900, 21 freguesias.

Monsenhor Pizarro, em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", diz o seguinte a respeito da fundação da freguesia da Lagoa:

> "SÃO JOÃO DA LAGOA — Ordenando o Decreto de 13 de junho de 1808, ao Conselho da Fazenda, que se incorporassem, nos próprios da Real Coroa, o Engenho e Terras sitas na Lagoa Rodrigo de Freitas, por sua competente avaliação, para o estabelecimento de uma Fábrica de Pólvora, e todas as demais que fossem necessárias para fundição de peças de artilharia e canos de espingarda, e realizada a incorporação, em conformidade com aquele decreto, a que se seguiram os Avisos de 2 de julho e 6 de novembro do mesmo ano. Daí teve origem o estabelecimento de uma nova Paróquia perpétua, com o título de S. João da Lagoa, na Capela de N. Sra. da Conceição, que era do mesmo engenho, e fora construída muito antes de 1732, enquanto se não edificava outra igreja própria. Por efeito da Consulta da mesa da Consciência e Ordens de 21 de abril de 1809, e Resolução de 3 de maio seguinte, foi erigida por Alvará de 13 do mesmo ano, com os limites desde a Praia de Botafogo, até o sítio da Tijuca ali confinando com a Freguesia de Jacarepaguá, e pela praia, com a de S. José da cidade, da qual se desmembrou o território. No mesmo dia, 13 de maio de 1809, foi apresentado o Padre Manuel Gomes Pinto para ocupar a propriedade da nova Paróquia. Compreende 324 fogos e 1480 almas, devendo aliás contar ao menos, 1944".

O Ato Régio que criou a Freguesia da Lagoa teve a seguinte redação:

"RESOLUÇÃO RÉGIA Nº 10, de 3 de maio de 1809 — Foi ouvida a Mesa da Consciência e Ordens sobre o requerimento dos moradores dos bairros de Botafogo, Praia Vermelha, Tijuca e Freguesia, da Paróquia de S. José desta Corte, em que pedem se erija uma Freguesia no lugar da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Lagoa. Parece à Mesa que o requerimento dos suplicantes está nos termos de ser atendido por Vossa Alteza Real, fazendo-lhes a graça de desmembrar os ditos lugares da Freguesia de S. José, erigindo a nova Freguesia colada com a denominação de São João, em memória do nome de Vossa Alteza Real, que lhe concede este bem, servindo de Igreja Paroquial (enquanto se não edificar outra) a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Lagoa e determinando que o Rev. Bispo faça a ereção, pelo que lhe pertence, e demarque os limites da Freguesia, como lhe parecer mais cômodo e próprio; vencendo o Pároco a côngrua de 200$000, paga pela Real Fazenda, e provendo-se na Igreja o Padre Manuel Gomes Souto, com a pensão de 25$000 anuais para a fábrica da Real Capela. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1809 — Resolução: Como parece, nomeio Manuel Gomes Souto, na forma da consulta — Palácio do Rio de Janeiro, 3 de maio de 1809 — Com a rubrica de Sua Alteza Real".

Eram subordinados à capela de Nossa Senhora da Conceição, do Engenho de Rodrigo de Freitas, as capelas de Nossa Senhora da Cabeça localizada no final da atual rua Faro nº 80, em terreno da Casa Maternal Mello Mattos, a de São Clemente, no caminho do mesmo nome, fundada antes de 1702 e a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, fundada antes de 1746 e que existiu, inicialmente, no pontal onde hoje se levanta o Forte de Copacabana. Posteriormente, em 1918, foi demolida e edificada outra em local próximo e externo dessa Fortaleza, na rua Francisco Otaviano nº 5-A, quase em frente à parte lateral do atual Hotel Rio-Palace, hoje também demolida e substituída por edificações mais moderna, na mesma rua nº 99, sendo conhecida pelo nome de Paróquia da Ressurreição.

A imagem primitiva de Nossa Senhora de Copacabana se encontra exposta na capelinha ao lado da igreja principal onde são rezadas as missas de sétimo dia.

Com o desenvolvimento do bairro e conseqüente aumento populacional, a capela do engenho ficou pequena para abrigar os fiéis, por esse motivo foi edificada outra, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, na rua Marquês de São Vicente, antigo Caminho da Boa Vista, cuja construção terminou em 1857.

A Matriz de São João Batista da Lagoa, na rua Voluntários da Pátria nº 287, em Botafogo, só foi inaugurada em 1873.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, DO ENGENHO DE RODRIGO DE FREITAS
Desenho da Maria Graham, datado de 21 da dezembro de 1821.
— Colação do Museu Britânico.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CABEÇA.
— (Desanho da 1983).

COPACABANA — Vista do Morro do Cantagalo. Desenho de Maria Graham datado de 10 de agosto de 1825 — Coleção do Museu Britânico. Ao fundo, a primitiva igrejinha de Nossa Senhora de Copacabana.

Imagem de Nossa Senhora de Copacabana com a coroa mostrada em ocasiões especiais.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA GÁVEA
(Foto tirada em 1983).

I.05 – OS LOGRADOUROS

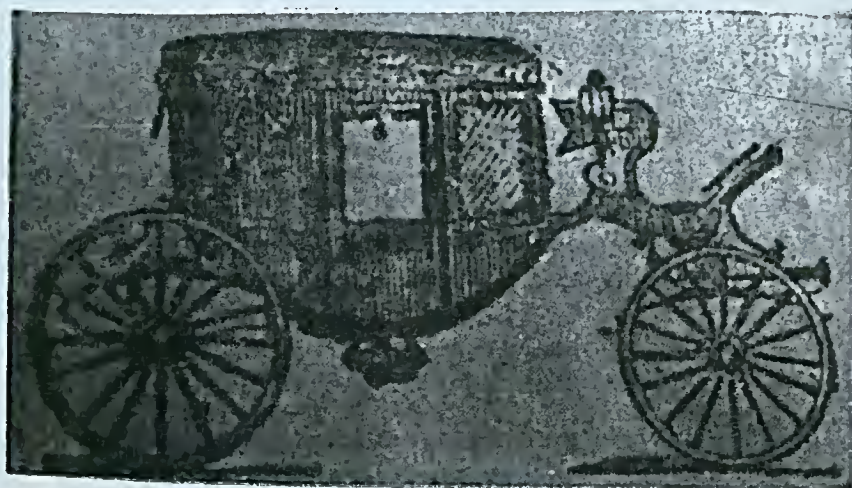
Em 1808, quando aqui chegou a Família Real Portuguesa, a área mais habitada e importante era a circunscrita ao morro do Castelo, hoje demolido, e às ruas que se dirigiam do litoral para o chamado campo da cidade.

É evidente, que para o desenvolvimento de uma cidade são necessárias, entre outras coisas, as vias de acesso e os meios de transporte.

Na data da chegada da Corte, existiam no Rio de Janeiro, constituindo o centro comercial, 75 logradouros assim distribuídos: 46 ruas, 4 travessas, 6 becos e 19 largos e praças. Vários prédios foram levantados para atender ao crescimento da população, com aproximadamente 60.000 habitantes, ocupando 4 freguesias. É interessante salientar que metade da população era constituída de escravos.

Com a publicação da planta da cidade, em 1812, apareceram as ruas que estavam sendo abertas para o Catete e Botafogo, através de chácaras. Partindo do Catete, tinha início a estrada das Laranjeiras. Da praia de Botafogo para o interior, organizava-se o caminho em direção a Copacabana, além da iniciada para o Leme; a estrada para a Gávea, sofria melhorias em terrenos da antiga Quinta de São Clemente.

BOTAFOGO E CAMINHO DE SÃO CLEMENTE
(Fotografia de uma gravura de C.B. Planitz).

Tantos foram os melhoramentos na cidade que Carlota Joaquina, esposa de D. João, resolveu acrescentar à lista de suas moradias, que eram o Paço da Cidade, a casa do Andaraí, a Quinta de São Cristovão e o Palácio na Ponta do Cajú, um palacete em Botafogo, para onde se deslocava aos trancos e barrancos em sua carruagem real, conhecida pelo nome de Calèche. Mais tarde esta casa veio a pertencer a D. Pedro I, foi comprada no 2º Reinado pelo Marquês de Abrantes e transferida nos últimos anos da Monarquia, para o Barão de Cotegipe. Lamentavelmente este prédio foi demolido para construção de um edifício de apartamentos.

CALÈCHE

Grandjean de Montigny, arquiteto que aqui chegou com a "Missão Artística Francesa" de 1816, deu a sua colaboração para valorização do Caminho de São Clemente, com o projeto de um chafariz encomendado em 22 de outubro de 1846 e apresentado em 19 de novembro do mesmo ano.

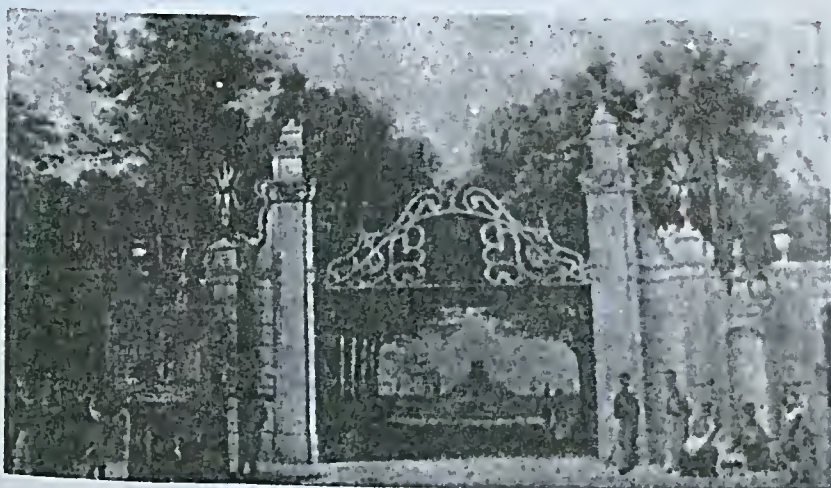
Seu orçamento foi de 2378$000.

Grandjean de Montigny — Projeto do chafariz do Caminho de São Clemente. Traço e aguada de nanquim — Museu Nacional de Belas Artes.

I.06 – OS MEIOS DE TRANSPORTE NO SENTIDO DO JARDIM BOTÂNICO

A cidade do Rio de Janeiro crescia rapidamente, hábitos e costumes se modificavam com o natural progresso. Os meios de transporte se alteravam; no início do século XVIII já se conhecia, no Rio de Janeiro, a Sege, também chamada corriche e caleça, carruagem pequena, de um só assento, dois varais com cortina de couro à frente, e "antigamente – diz Moraes e Silva (Dicionário da Língua Portuguesa) – com vidraça". Lateralmente fechada e apoiada sobre duas ou quatro rodas grandes, e puxada por dois cavalos.

TIPO DE SEGE FECHADA

D. João, por coincidência, possuiu um desses modelos antigos com quatro rodas. A Sege era utilizada em pequena área da cidade, poucos entretanto, tinham veículos só as pessoas abastadas podiam se dar ao luxo de possuir condução própria, ainda que modesta; cadeirinhas e liteiras supriam as necessidades de transporte; quanto aos pobres só andavam a pé.

CADEIRINHA, ao lado do portão do Passeio Público – 1835.

Conduzido através da rua São Clemente em direção ao caminho para a Gávea, surgiu no Rio, em 1846, o Tilbury, viatura ligeira puxada por um animal, sem boléa, com duas rodas e dois assentos interiores. Os cocheiros sentavam-se ao lado dos passageiros e eram dois os inconvenientes deste veículo: entrada difícil e transporte de apenas uma pessoa.

As Diligências, veículos de quatro rodas, com duas menores à frente, puxada por quatro cavalos, servia para transportar seis passageiros e foi utilizada também, no transporte de malas dos correios.

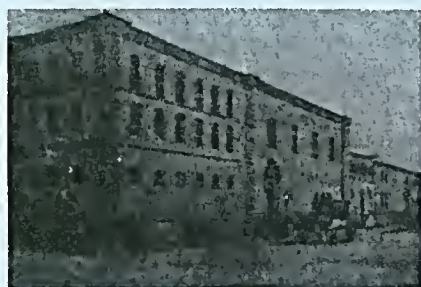
As linhas para Botafogo, São Cristovão e Tijuca, foram inauguradas pouco antes de 1850 e em 1854, os carros da Sociedade Lagoense, ligaram o centro ao Jardim Botânico.

DILIGÊNCIA FRANCESA

Os omnibus, de aspecto completamente diferente dos atuais, eram viaturas fechadas, com quatro rodas, sendo duas menores na frente, puxados por quatro animais e tinham em seu interior dois bancos de cada lado, transportando oito passageiros. O acesso se fazia através de uma escada com três degráus fixada na parte posterior direita.

OMNIBUS

Em 1868, deixando de trafegar no centro da cidade, permaneceram ligando a praia de Botafogo às Três Vendas, ou Largo das Três Vendas, na Gávea, lugar depois chamado de Nossa Senhora da Conceição, Ferreira Viana, do Hotel do Amaral, por pertencer ao capitão Vitorino do Amaral e, finalmente, Praça Santos Dumont, onde estão localizadas as Tribunas do Jóquei Clube Brasileiro. Aos poucos o tráfego desta linha foi diminuindo e se extinguiu.

Até 1870 o Jardim Botânico, entre outros bairros, foi ligado também, pelas Gôndolas que nada tinham a ver com as embarcações de Veneza, pois eram veículos fechados em forma de coche, puxados por parelhas de cavalos, servindo para transportar até nove passageiros, quatro de cada lado e um no fundo, parecendo com os omnibus.

GÔNDOLA – diante do Convento da Ajuda.
(hoje demolido)

Finalmente, com a assinatura do Decreto nº 4145, de 5 de abril de 1868, foi concedida autorização à Botanical Garden Rail Road, para exploração do serviço de carrís no Rio de Janeiro, inaugurado no mesmo ano; foi a primeira linha de bondes de tração animal do Brasil.

BONDES, PUXADOS A BURRO.
(da Companhia de Carrís Urbanos)

Para concretização desse empreendimento teve grande participação, o engenheiro norte-americano Charles B. Greenough, avaliador das possibilidades econômicas, com o levantamento do número de habitantes e a inspeção à zona sul da cidade, percorrendo as freguesias de São José, Glória e Lagoa, incluindo o Distrito da Gávea a ela subordinado.

Às 11:30 horas do dia 9 de outubro de 1868, com a presença do Imperador D. Pedro II e autoridades, foi inaugurada a linha de bondes da companhia norte-americana partindo da rua Gonçalves Dias em direção ao Largo do Machado.

Embora inicialmente puxados a burro, os bondes, graças à sua comodidade, espaço mais amplo, maior arejamento limpeza e preços módicos, e, por poderem transportar trinta pessoas, contribuiram para a construção de novos prédios e o início do comércio nos bairros.

Concorrendo para estimular o progresso na direção da Lagoa, do Jardim Botânico e do bairro da Gávea, foi inaugurado em 1 de janeiro de 1871, uma linha com 5230 metros de extensão, ligando a praia de Botafogo ao Jardim Botânico. Sua eletrificação no entanto, só se deu em 1902 e a da Gávea em 4 de setembro de 1904.

PRIMEIROS BONDES ELÉTRICOS

Até hoje continua a evolução nos meios de transporte acompanhando o crescimento urbano que se deslocou para a zona sul e atualmente para São Conrado e Barra da Tijuca. Graças à evolução tecnológica, foi possibilitada a instalação de novos meios de condução, como o Metrô.

TIPO MAIS MODERNO DE BONDE ELÉTRICO

I.07 – AUMENTO DA POPULAÇÃO

O primeiro censo regular foi dirigido pelo ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro e realizado em 1821, encontrando uma população de 112 695 habitantes, assim recenseados: 79 321 moradores na zona urbana, residentes em 10 151 lares e fora da cidade, 33 374 habitantes, distribuídos em 3 492 imóveis.

Em 1838 a população dentro da cidade e nos bairros do Engenho Velho, São Cristóvão até o Engenho Novo e da Glória até a Gávea, que já começava a aparecer, era de 97 162 pessoas e existiam 13 423 prédios, acusando uma diferença de 3 370 moradores a mais do que em 1828.

A cidade inteira tinha 137 078 habitantes e 17 356 prédios, mais 24 383 recenseados do que em 1821.

No distrito da Lagoa haviam apenas, 2 casas em 1839, número aumentado para 69 em 1843.

II. – O ENGENHO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FAZENDA DE RODRIGO DE FREITAS

II.01. – AS TERRAS DO ENGENHO

Embora o Rio de Janeiro tenha sido habitado pelos índios Tamoios e a Lagoa Rodrigo de Freitas apresenta-R na época as condições ideais para fixação de tribos em suas margens, não se tem, até esta data, notícia da existência de qualquer aldeia, o que não impediu que o nome primitivo do local fosse indígena. Assim alguns historiadores ao se referirem a ela, o fazem chamando-a de Sapopenipã, Sacopenapã ou Sacopan.

João Barbosa Rodrigues, entretanto, em sua obra Hortus Fluminensis, diz que seu nome era Capôpenypau, analisando a grafia da palavra da seguinte maneira: capô que significa raiz, peua, chato, ypau, lagoa, ou: lagoa das raízes chatas, mesmo significado mencionado pelos outros historiadores, sendo que uns preferiam dar-lhe o nome de Socós, aves existentes em grande quantidade.

Posteriormente foi também conhecida como Sapopemba, Amorim, Fagundes Varella e finalmente Lagoa Rodrigo de Freitas.

ÍNDIO TAMOIO — retratado por Rodolfo Amoedo no quadro "O último Tamoio" — Museu Nacional de Belas Artes.

A fazenda que tinha o mesmo nome da lagoa e depois passou a ser chamada de Fazenda Nacional, em planta levantada em 1844, por P. Gaignoux aparece com os seguintes limites para quem a lê:

Ao Norte as vertentes do Corcovado, Paineiras e morro da Tijuca; a Oeste as terras do Visconde de Asseca ou D'asseca, o morro da Boa Vista, no final do Caminho da Boa Vista, hoje rua Marquês de São Vicente, Morro Dois Irmãos, sítio do Céu e Forte do Vidigal; ao Sul a praia do Arpoador, que ia desde a hoje Avenida Niemeyer, no final do Leblon, até a pedra do Arpoador e no mapa de 1794 figura com o nome de Praia da Lagoa, atualmente, do Leblon e Ipanema; a Leste começava na pedra de Nossa Senhora de Copacabana, até encontrar as vertentes da chácara do Cantagalo, seguindo até a Praia Funda, onde estavam as terras de D. Isabel, prosseguindo até o morro da Urca, próximo da chácara das Catacumbas, percorrendo as vertentes até encontrar o Caminho de São Clemente, no Forte com o mesmo nome, também chamado da Piaçava, localizado na rua Humaitá nº 229.

PLANTA CADASTRAL
DA
FAZENDA NACIONAL
DA
LAGOA DE RODRIGO DE FREITAS
LAGOA DE RODRIGO DE FREITAS
OCEANO

É interessante esclarecer que o Morro da Urca era o que ficava próximo da Lagoa e não o da Praia Vermelha.

Suas terras serviram de pastos e lavouras, mas a principal cultura foi a da cana de açúcar.

No início do século XVII, existiam nas margens dessa lagoa três engenhos: o de Nossa Senhora da Conceição, o de Nossa Senhora da Cabeça e o do Vale da Lagoa.

O primeiro foi fundado pelo Governador Dr. Antônio Salema que atendendo às ordens do Rei de Portugal, no final do século XVI vendeu-o a Diogo de Amorim Soares, que mais tarde negociou-o com seu genro Sebastião Fagundes Varela, o qual por cartas de aforamentos de 22 de junho de 1609, de 23 de setembro de 1611 e 19 de julho de 1617 conseguiu ampliá-lo desde o Pão de Açúcar até Copacabana.

Mais tarde seu proprietário passou a ser Rodrigo de Freitas Mello e Castro que ao voltar para Portugal deixou-o administrado por seu filho e mais tarde seus netos de nomes Rodrigo de Freitas, ficando por este motivo conhecido como Engenho de Rodrigo de Freitas.

Já o de Nossa Senhora da Cabeça que confinava com o de Nossa Senhora da Conceição, foi fundado por Martim de Sá e nele se desenvolveu grande criação de gado para abastecimento da cidade.

O do Vale da Lagoa segundo os historiadores Felisbelo Freire e Melo Morais devia situar-se entre o Morro Dois Irmãos e os morros opostos, no espaço cultivável percorrido pelo rio Branco e seus afluentes, uma vez que as demais terras já eram ocupadas pelos engenhos já citados.

Vieira Fazenda acha que há confusão entre os engenhos de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Cabeça e que existia realmente o primeiro, com duas capelas: as de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Cabeça.

Com o passar dos anos esses três engenhos tornaram-se propriedades da família Rodrigo de Freitas e quando o último destes retornou a Portugal ficou como encarregado o Capitão Domingos Pinto de Miranda ou a ele arrendados por D. Maria Leonor de Melo e Castro e sua irmã Maria do Ó, suas herdeiras e últimas proprietárias antes da desapropriação.

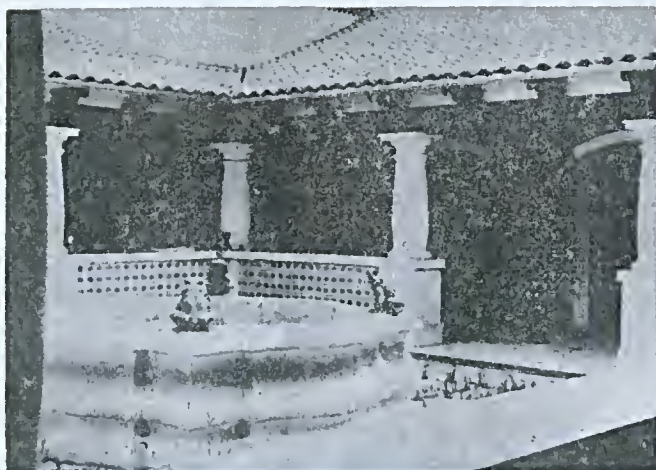
Aos poucos, a fazenda que passou a ser chamada de Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas, foi sendo dividida, inicialmente, em 148 chácaras e alguns trechos da lagoa aterrados, permanecendo esta prática odiosa até hoje. Na planta de 1868 que retifica a de 1844, começam a surgir estas descaracterizações entre as chácaras 4, 5 e 19, e as de número 73 e 79.

Devido a isto foram desaparecendo as várias praias, como as de nomes Funda, localizada em terras de Dona Isabel; e das Pitangueiras da qual entre outras, fazia parte a chácara 135, tendo como primitivo morador o Conselheiro Serra Lisboa e onde se encontrava a Fonte da Saudade, retratada por Maria Graham em seu diário, em torno da qual, segundo contam, se reuniam lavadeiras portuguesas que, enquanto trabalhavam entoavam cânticos de seu país, que por sua tristeza, deram origem ao nome Fonte da Saudade.

FONTE DA SAUDADE.
(Desenho de Maria Graham — Coleção do Museu Britânico)

A Praia da Piaçaba, Piaiçaba, Piaçava ou Piassava, abrangendo as chácaras 1, início do Caminho de São Clemente, partindo da Lagoa em direção a Botafogo onde existia o Forte de São Clemente, na planta com o nome de Forte da Piaçava e as chácaras de números 2 e 3, esta última chamada da Bica, em que foi construído em 1928 e existiu até a década de 70, o Solar Monjope residência de José Mariano Filho, grande amigo do Jardim Botânico, Presidente do Conselho Florestal Federal e defensor da tradução da "Flora Brasiliensis" de von Martius em linguagem correta e edição modesta, conforme seu pensamento externado em discurso proferido no Jardim Botânico em 31 de janeiro de 1940.

ARCO DA FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE.
(Segundo Augusto Moreau — 1845)

CÓPIA
PLANTA
DA
FAZENDA NACIONAL NA LAGÔA DE RODRIGO DE FREITAS
CONTENDO AS ALTERAÇÕES POSTERIORES ATÉ
PELO ENGENHEIRO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
LAGOA

ÁREA INTERNA DO SOLAR MONJOPE.
(Residência de José Mariano Filho — Hoje demolida).

Após a chácara da Bica vinha a do Padeiro tendo como limite na lagoa, a praia do mesmo nome, indo até a chácara 5, onde existiu a Pedra Santa que D. João VI julgava poder rolar a qualquer momento sobre a estrada em direção ao Jardim Botânico, o que fazia preferir a travessia por barco partindo da Fonte da Saudade, local em que deixava sua carruagem, até chegar às margens próximas do Jardim que tanto amou e onde passava dias para melhor lhe dar atenção; finalmente a Praia do Pinto posteriormente ocupada em parte pela Favela do Pinto, cujos terrenos hoje abrigam o Mercado COBAL do Leblon e a faixa em que se erguem os prédios componentes do conjunto conhecido como Selva de Pedra, entre a rua Fadel Fadel e parte da rua Afrânio de Melo Franco chegando ainda à praça Ministro Romeiro Neto e terminando na rua Gilberto Cardoso.

Fato interessante é que no governo do Marechal Deodoro teve início a construção de uma estrada de ferro entre Botafogo e Angra dos Reis projetada por Carlos Morsing e Conrado Niemeyer, numa extensão de 193 quilômetros.

Oitocentos (800) metros do lado do Leblon já tinham sido iniciados quando a Companhia de Melhoramentos da Lagoa reclamou do traçado, por julgá-lo prejudicial às suas obras.

Intimada a reformular o projeto, a Companhia Viação Férrea Sapucaí desistiu de levá-lo adiante.

No início deste século o Leblon era como continuação do bairro da Gávea, seu nome se deve ao francês Carlos Le Blon proprietário de boa área conhecida como Campo do Leblon e surgiu do desmembramento de cerca de 100 chácaras da Fazenda Nacional.

Ipanema era chamada de Vila de Ipanema, ou no dizer dos índios: água ruim, água tola; a ela só se chegava em canoas ou barcos. Esta vasta extensão também componente da Fazenda Nacional deve praticamente seu início como bairro ao Barão de Ipanema e ao coronel José Silva que, pretendendo vender seus terrenos levavam seus fregueses em um bondinho puxado a burro.

Finalmente vinha a Gávea, assim chamada devido a pedra do mesmo nome entre os rios Cachoeira e a ponta do Marisco. Para alguns haviam duas Gáveas, uma partindo desta pedra, a verdadeira e a outra falsa, composta de ruas e praças com início na Fonte da Saudade, finalizando na rua Marquês de São Vicente.

Na várzea, em trecho próximo ao prédio construído para depósito do Salitre é que residiu em casa ainda existente no interior do Jardim Botânico, Diogo de Amorim Soares, um dos proprietários do Engenho de Nossa Senhora da Conceição.

O bairro Jardim Botânico surgiu da sub-divisão da falsa Gávea, parte da Fazenda da Lagoa.

A rua que levava a esse maravilhoso Jardim, não tinha o mesmo traçado atual. Seu início em 1860 era na rua do Oliveira, próxima da chácara de Antonio Martins Lage posteriormente do Industrial Henrique Lage, hoje conhecida por Parque Lage, se estendendo até a embocadura do rio Cabeça, afastando-se das margens alagadiças da lagoa, seguindo até encontrar o rio do Macaco onde mais tarde foi construída a ponte de madeira chamada Ponte de Tábuas, daí prosseguindo até o Jardim.

II.02 – PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS

Em 1596, quando Governador do Rio de Janeiro, Francisco Mendonça de Vasconcellos, Diogo de Amorim Soares, fundou o engenho de cana que deu o nome de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa; em 1609 passou a ser proprietário, seu genro Sebastião Fagundes Varella e em 1660 essa posse foi transferida para Rodrigo de Freitas Mello e Castro que ao voltar para Portugal, passou o engenho para dois de seus filhos que mantiveram a propriedade e assim também seus herdeiros.

Parte da planta de 1794, que serviu ao Plano Hidrográfico do Porto do Rio de Janeiro, onde aparece a Lagoa Rodrigo de Freitas como era chamada, e o engenho, entre outras indicações.

II.03 – O CEMITÉRIO DA SENZALA

Segundo o Professor Honório Monteiro Neto, pesquisador do Jardim Botânico, próximo à cerca-viva existente diante do prédio da Administração Central do Jardim Botânico e até a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), teria existido outrora o cemitério da senzala do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda de Rodrigo de Freitas.

Em 1979 quando reformaram o restaurante daquela empresa, foram encontrados naquele local e entregues ao Jardim Botânico, ossos humanos que ficaram guardados até 1981 quando passaram às minhas mãos.

A 15 de janeiro deste mesmo ano, iniciou-se a restauração do prédio da Administração Central do Jardim Botânico e na parte posterior deste imóvel foram feitas escavações para passagem de tubulação subterrânea e orientadas por mim recolhidas novas ossadas.

Solicitei ao Museu Nacional datação do material através do teste de carbono 14 e no dia 25 de agosto de 1982 recebi a visita dos Professores João Carlos Golberg, estagiário do setor de Arqueologia do Museu Nacional e Angela Maria Camardella Rabello, estagiária também daquele setor e Professora Auxiliar do convênio MEC/SESU, que examinaram as ossadas, uniram algumas partes separando outras e sugeriram que procurasse o Professor Tarcisio Torres Messias, Professor Adjunto da UFRJ, lotado no setor de Antropologia do Museu Nacional, que, atendendo ao meu pedido, procedeu ao exame dando o seguinte parecer:

"1º – Pela reconstituição do material ósseo podemos dizer que se tratava de pessoas de complexão robusta de estatura mediana, mais ou menos 1,70m, do sexo masculino, pragmatismo acentuado, fronte inclinada, abertura periforme larga (camerrinos), sendo por estes dados classificáveis como negróides.

2º – Os ossos apresentam alto teor de material orgânico o que diz não serem muito antigos, mas não podem ser considerados contemporâneos, regulando entre 200 a 300 anos, sendo perfeitamente plausível terem existido durante o período de escravidão. Não há nenhum vestígio de má formação ou doença óssea".

Esses dados e mais a planta da área em que aparece a senzala, vêm comprovar a existência do cemitério.

Cópia da planta de 1844 em que aparece a senzala.

Uma das covas, na parte posterior do prédio da Administração do Jardim Botânico, onde, em abril de 1981 foram encontrados ossos.

Ossos encontrados em abril de 1981, no Jardim Botânico.

Professores João Carlos Goldberg, Angela Maria Rabello e o autor, em 25 de agosto de 1982, quando do exame preliminar procedido pelos dois professores, nos ossos encontrados.

Local da EMBRAPA, onde foram encontrados ossos.

II.04 – A DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS

As constantes tentativas de invasão ocorridas desde o século XVI por corsários de diversas nacionalidades, principalmente francesa em busca de madeira e outras matérias-primas, concorreram, ainda que tardiamente, para que o Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, resolvesse desapropriar o engenho que havia sido de Rodrigo de Freitas, pagando aos herdeiros a quantia de 42 193$430 para nele instalar uma fábrica de pólvora e outra para fundição, forneação e perfuração de peças de artilharia visando defesa dos seus Estados.

II.05 – A FÁBRICA DA PÓLVORA

O Decreto de criação dessa fábrica data de 13 de junho de 1808 e mandava incorporar aos próprios da Coroa o engenho de terras da Lagoa de Rodrigo de Freitas, determinando o seguinte:

> "Sendo-me presente a grave e urgente necessidade que há de erigir sem perda de tempo uma fábrica de pólvora, onde se manufature este tão necessário gênero para defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fábrica para fundição, forneação e perfuração das peças de artilharia, o que tudo exige não só um local espaçoso, mas ainda abundância de águas para o movimento

das diferentes máquinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessárias operações; e constando-me outrossim que o engenho de terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, seja o lugar mais próprio para esses grandes estabelecimentos; sou servido ordenar que pelo Conselho da Fazenda se proceda logo a incorporar nos próprios da minha Real Coroa e a escrever nos livros deles o sobredito engenho e terras da Lagoa de Rodrigo de Freitas, procedendo-se primeiro a competente avaliação, cujo valor com o aumento estabelecido pelas minhas Leis que mando sempre dar aqueles cujos bens se tomam para o serviço público, será pago pelo meu Erário Régio, logo que seu dono, ou quem por ele se achar legitimamente autorizado, assim o requerer e mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega; ordeno outrossim, não havendo embaraço legal, que até a época em que possa ser embolsado, se lhe pague sempre o mesmo que atualmente percebe do arrendamento que tem feito o que também se continuará, se a sobredita fazenda for vínculo, até que possa mostrar a compra de outra do mesmo valor que possa subrogar-se a esta que ora mando tomar para o meu Real serviço e público, dando todas estas providências a fim de que o legítimo proprietário ou administrador, não sofra dano em seu haver, e dispensando para o preciso efeito destas minhas Reais Ordens em todas e quaisquer Leis que possa haver em contrário, como se das mesmas aqui fizesse expressa menção. O Presidente do meu Real Erário e do Conselho da Fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808".

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Na mesma data, o Príncipe Regente assinou outro Decreto, mandando tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, determinava ele:

"Sou servido ordenar que o Meu Conselheiro Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, mande logo tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e apropriá-las aos fins por mim determinados noutro Decreto da data deste, havendo toda a atenção em indenizar o arrendatário de tudo aquilo a que possa ter direito. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1808".

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Após terem sido baixados estes Decretos, foi nomeado o General de origem italiana, Carlos Antônio Napion, para dirigir a primeira fábrica de pólvora instalada no Brasil e que funcionou no interior do atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em local em parte ocupado hoje pelo play ground, sendo transferida em 1826, segundo dizeres de uma placa aí existente, para a Vila Inhomirim, na raiz da serra de Petrópolis, onde ainda permanece com o nome de Fábrica da Estrela, embora outras informações mencionem uma explosão em 1831 na construção onde funcionou a Fábrica da Pólvora do Jardim Botânico, o que significa que o local não estaria totalmente desativado. Tanto assim, que o Anuário do Museu Imperial, ano 1972 volume

33, publicado em 1974, estampa fotografia da Casa Grande da Fazenda da Cordoaria, sede da Fábrica da Pólvora da Estrela, segundo este anuário, desde 1831.

Os trabalhos de instalação desta fábrica e de obtenção de locais para moradias de todas as pessoas envolvidas em seu funcionamento foi dificultado pelos ocupantes das terras e proprietários que só concordavam em sair mediante desapropriação e, logicamente, indenizados.

Para solucionar este problema o Príncipe Regente, fez baixar o Decreto de 18 de julho de 1811, nos seguintes termos:

> "Manda desapropriar as benfeitorias da Lagoa de Rodrigo de Freitas, necessárias à Fábrica de Pólvora.
>
> Achando-se estabelecidos na Lagoa de Rodrigo de Freitas, não só muitos rendeiros, mas ainda alguns lavradores que só tinham obrigação de dar canna de assucar, e que, havendo cessado os engenhos de assucar, ocupam estes terrenos sem darem lucro algum à mesma fazenda, sendo entre estes os principais: 1º o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, que cultivava a margem do Rio Branco, como lavrador, para dar canna de assucar para o dono do engenho, que ora não existe, e por cujo serviço nada tem pago há vários annos, sendo indispensável à fazenda parte da mesma vargem; 2º o lavrador Francisco Soares, que debaixo do mesmo título, possue terrenos immensos, parte dos quais faziam grande vantagem à mesma fazenda, e lhe são indispensáveis para pastos; 3º o lavrador João Valladão, de que se deve tirar um espaço indispensável, para que o caminho fique servindo de limite e cesse a interrupção que causa na fazenda; 4º o Lavrador João Guedes, que até comprou esta chácara ao defunto Valerio, depois que a Fazenda Real comprou a fazenda sem pedir o consentimento da Administração Real da mesma fazenda, sendo assim o contrato nullo, visto que a Fazenda Real tem preferência para a compra das benfeitorias, e que muito convêm tomar para a Fazenda Real, para depois distribuir de um modo vantajoso à Fazenda e ao bem público; 5º a chácara de D. Catharina Daurique, que pertence à Fazenda Real, e de que a mesma deve entrar de posse, sendo necessaria para morada de muitas pessoas empregadas nas fábricas, e não convindo que seja arrendada por ser visinha aos mesmos estabelecimentos das fábricas e estar rodeada por elles; 6º algumas pequenas chácaras que não é prudente se concervem nellas moradores perto dos laboratorios da pólvora, e onde só devem existir operarios da fábrica, e em cujo logar e trocas se podem dar alguns terrenos dos que se tirarem aos lavradores; 7º acquisição de algum terreno proprio para o estabelecimento da fábrica de canos de espingardas, e para os brocar e amolar, que tambem será necessario fazer perto de logar onde ha aguas sufficientes para mover engenhos d'aguas, e tudo isto na conformidade do plano proposto pelo Tenente General Carlos Antonio Napion e segundo o mappa que fez juntar ao mesmo plano. Sendo-me tambem presente que os lavradores, ainda mais que os rendeiros, só tenham direito às benfeitorias das suas fazendas, e de modo algum sejam co-proprietarios da Fazenda da Lagôa de Freitas; sou servido ordenar que a Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, que ora mandei crear, principie, auxiliada pelo seu Presidente, o

Tenete General Carlos Napion, e pelo seu Fiscal, o Desembargador Juiz da Corôa, a entrar no exame de todos estes objetos, e conhecer dos terrenos que se devem apropriar para as fábricas, das indemnisações que pelos mesmos se devem dar dos novos arrendamentos que se devem fazer aos lavradores, pelos terrenos de que ficarem gosando, depois, de se incorporarem na Fazenda todos aquelles que convierem à mesma Fazenda, das chácaras que ainda se deverão tomar para o mesmo real serviço, fazendo-se as convenientes indemnisações, ou em outros terrenos pelo justo valor da avaliação de suas bemfeitorias, e que sem perda de tempo me consulte, depois de proceder as devidas avaliações, tudo o que julgar se deve estabelecer a semelhante respeito, afim que em assim mande executar e possam ter effeito as saudaveis providencias que são indispensaveis para a prosperidade deste grande e util estabelecimento, e que todos devem contribuir para o engrandecimento deste ramo do meu patrimonio real. A Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, assim o tenha entendido e faça executar, não obstante quaesquer leis e ordens em contrário, que todas hei aqui por derogadas como se delas fizesse expressa menção. Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1811.

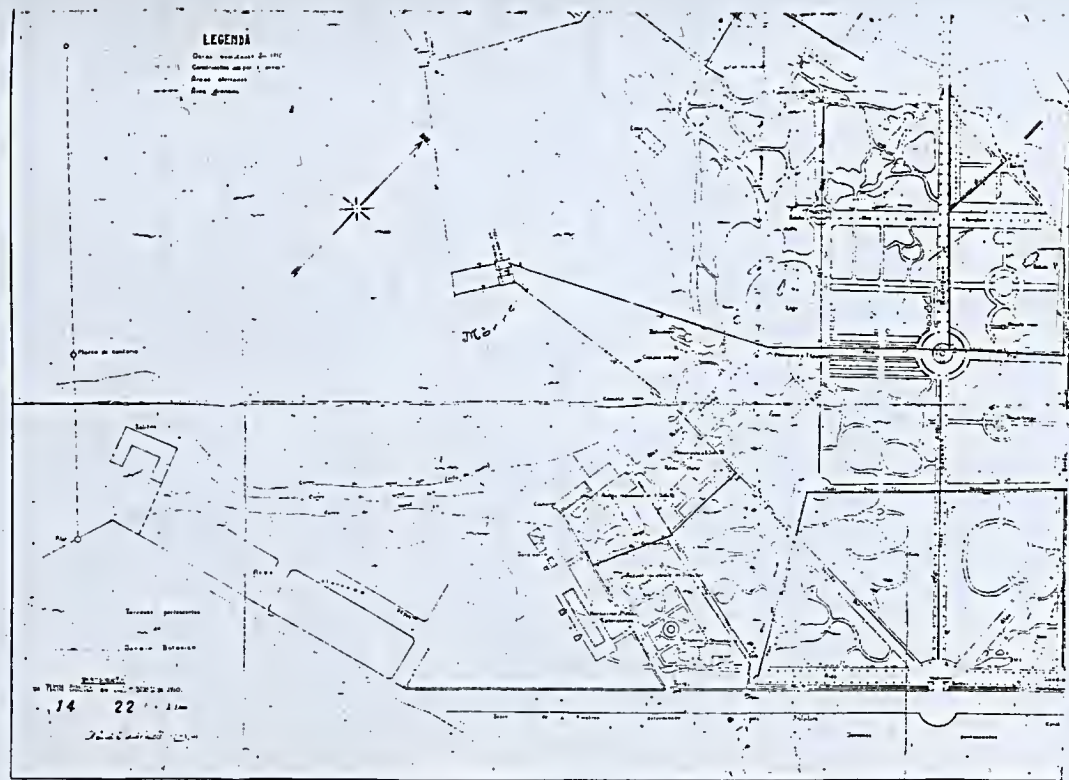
Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor".

Várias edificações compunham o conjunto da Real Fábrica da Pólvora: A casa que serviu de sede do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, onde residiu o General Carlos Antonio Napion, hoje com o aspecto arquitetônico um pouco alterado; a Fábrica da Pólvora propriamente dita, da qual restam os muros de pedra e a portada em arco abatido encimada pela coroa portuguesa, local em que eram misturados o salitre, o enxofre e o carvão para obtenção da pólvora; a Casa dos Pilões, transformada no Museu Botânico Kuhlmann, no interior da qual moíam o carvão, prédio que serviu também como oficina, depósito de instrumentos agrícolas e residência do naturalista João Geraldo Kuhlmann; a Casa do Salitre, ou Depósito do Salitre, mais tarde Asílo Agrícola, construção de 45,50 metros de comprimento por 35,15 metros de largura que existiu na atual rua Major Vaz, em terreno que começava no número 392 onde funciona o Colégio Rio de Janeiro e que ia até perto do parque do Jardim, no número 66, residência do Delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em cujo interior estocavam o salitre importado, até ser transportado por meio de carretas que corriam em trilho, para a fábrica fundada no interior do Jardim Botânico, onde era misturado ao carvão guardado na Casa dos Pilões e ao enxofre.

Em 29 de março de 1864 o Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a quem o Jardim Botânico estava subordinado, desde 18 de agosto de 1861, decidiu opinar pelo estabelecimento da Escola Agrícola chamada Asílo Agrícola e da Fazenda Normal.

O parecer para criação deste asilo foi aprovado em 1867 e na reunião realizada pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura em 10 de dezembro de 1868, foi lido um aviso do Ministério da Agricultura datado de 30 de setembro daquele ano participando achar-se desocupado, inteiramente à disposição do Instituto, a Casa do Salitre, na Lagoa de Rodrigo de Freitas, para ali ser fundado o asilo.

CASA DO SALITRE

PORTAL DA CASA DO SALITRE

LOCALIZAÇÃO DA CASA DO SALITRE

Houve algumas dificuldades iniciais para o seu funcionamento, tais como: o precário estado do prédio e insuficiência de água naqueles terrenos para as diversas ocupações a ele pertinentes, porém o Ministério da Agricultura colocou à disposição do Instituto a quantia de 2000$000 para os reparos necessários e foi trazida água com pouca despesa, de um aqueduto do Jardim Botânico graças a 400 metros de cano de ferro conseguidos também com aquele ministério. Finalmente em 21 de junho de 1869 foi ele inaugurado tendo como primeiro Diretor Antonio Francisco Laczynski e em 28 de junho de 1871 sua direção foi entregue ao Comendador J.A. Azevedo.

No dia 21 de junho de 1872, três anos portanto após sua fundação, foram bentas a capela e a senzala do asilo e nesse mesmo dia foi rezada a primeira missa pelo vigário da freguesia da Lagoa, Padre Francisco Martins do Monte.

O ato contou com a presença de D. Pedro II e o Duque de Saxe, acompanhados pelo Ministro da Agricultura e o Visconde de Itaúna entre outras pessoas.

O aproveitamento da propriedade como asilo, serviu para ensinar o trabalho agrícola a órfãos cujas idades variavam de 9 a 24 anos, inicialmente com 10 internos encaminhados pela Santa Casa da Misericórdia, número posteriormente aumentado para mais ou menos 30 que praticavam os mais aperfeiçoados sistemas de plantío da época, enquanto aprendiam o ensino elementar, recebendo educação moral e religiosa, preparando-se para serem administradores das fazendas.

Em 11 de julho de 1882 foi nomeado o Comendador Nicolau Joaquim Moreira para ser Diretor do Jardim Botânico, do Asilo Agrícola e Fazenda Normal tendo sido empossado em 1 de agosto daquele ano.

Como incentivo à criação de animais foram feitas várias doações àquele estabelecimento. Em 1887 existiam no asilo: 14 animais de raça bovina, 7 de raça lanígera, 7 merinos negretes, 13 de raça suina mineira, 49 galinhas e galos, 1 perú, alguns gansos e centenas de pombos.

Com o desenvolvimento do Asilo, houve necessidade mais tarde de transferí-lo para a Fazenda do Macaco, adquirida em 1874 onde passou a ser chamado Asilo Agrícola do Macaco. O novo edifício aí inaugurado em 28 de novembro de 1884 tinha já desde 15 de outubro do mesmo ano um regulamento provisório aprovado pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura que entre outras coisas, no capítulo III das Disposições Gerais, art. 1º, mandava incorporar ao Asilo Agrícola a fábrica de chapéus-de-chile que utilizava uma Bombonassa chamada Carludovica palmata Rz et Pav. para seu fabrico, cultivada em grande quantidade no Vale de Margarida.

João Barbosa Rodrigues, no seu livro Hortus Fluminensis diz que o asilo Agrícola foi suprimido em 24 de dezembro, sem precisar com exatidão o ano, escrevendo apenas 188. . .

Pesquisando antigos documentos do Jardim Botânico, encontrei no ofício 1728 de 27 de março de 1903 do Diretor interino do Órgão, Dr. João Joaquim Pizarro, ao Sr. Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas, Sr. Lauro Severiano Müller, alusão à localização da Casa do Salitre como sendo à rua Jardim Botânico nº 42 com um grande portão de acesso.

O exame de antigos mapas e plantas revelou que a rua Major Vaz, anteriormente rua 12 de Maio, foi aberta com o corte de parte do terreno onde existiu a Casa do Salitre.

Neste ofício, o Dr. João Pizarro, dá explicação e luta pela não demolição do prédio pretendida pelo Prefeito do então Distrito Federal que vinha solicitando a sua desocupação.

Pela leitura do ofício, toma-se conhecimento imediato da figura humana e zelosa das coisas históricas que foi o médico Dr. João Joaquim Pizarro.

Dizia ele, que o prédio era um monumento histórico que conservava redivivo o nome do Rei D. João VI a cujo zelo e amor pelo engrandecimento do Rio de Janeiro, tanto deveu esta capital.

Reconhecia ser um prédio muito estragado e em ruínas em algumas dependências, mas que além de abrigar 10 trabalhadores do Jardim Botânico, poderia ser facilmente restaurado, conservando-se-lhe a fachada e o grande portão que para ele dava entrada e assim manter de pé uma grande casa, que além de abrigar tantos empregados do Jardim, era um monumento arquitetônico dos tempos coloniais e ligado à história do Jardim Botânico.

Assim, verificou a necessidade imprescindível de atender de pronto a reparação, reconstrução e mesmo a demolição de alguns prédios que por seu estado ruinoso não mais podiam conservar-se de pé. Dois deles já haviam sido condenados pela autoridade sanitária a serem demolidos.

Além disso como médico, tinha verificado também ser insalubérrima a zona em que estava o Jardim Botânico e que este fato era devido em grande parte a represa das águas do Rio Macacos que deixavam no terreno fronteiriço ao Jardim Botânico águas estagnadas servindo como foco da malária.

Os estudos que tinha feito permitiram reconhecer a presença da doença no sangue dos moradores da região.

Devido a tudo isto vinha pleiteando e conseguiu, a verba de 60 contos, quantia exígua mas que serviria para dar início aos melhoramentos de defesa sanitária imprescindíveis e inadiáveis de aspiração também dos moradores da Gávea e começar as obras de restauração da Casa do Salitre.

Lamentavelmente, após tanta luta, o Sr. Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas recomendou que não fossem iniciadas as obras. Vendo ruírem seus esforços, não podendo levar avante o que julgava básico, João Joaquim Pizarro, solicitou sua exoneração, passando para o ajudante Secretário do Jardim Botânico, Sr. Francisco de Albuquerque, o cargo que interinamente vinha exercendo.

As pressões por parte do Prefeito para desocupação da Casa do Salitre, segundo justificava, com fins de embelezamento, continuaram; o Dr. Guilherme Schuch, Barão de Capanema que havia assumido interinamente a direção do Jardim Botânico em 22 de abril de 1903, no ofício 1744, de 5 de maio de 1903 endereçado ao Ministro da Indústria Viação e Obras Públicas, respondendo ao pedido de informação a respeito da não desocupação do prédio da rua Jardim Botânico nº 42, justificou-se dizendo que o imóvel havia sido construído pelo general Napion para atender à Fábrica da Pólvora e que com ele marcava o início de algumas indústrias no Brasil e ao mesmo tempo teve origem a introdução de diversas plantas industriais importadas

pelos portugueses das antigas colonias da Índia e sobretudo de Caiena, plantas que dali foram espalhadas por todo o Brasil.

Além do mais era uma relíquia histórica que convinha ser restaurada e aproveitada como habitação dos trabalhadores do Jardim Botânico, num lugar onde serviam de guardas para impedir os assaltos de malfeitores que pretendiam furtar.

II.06 – SURGIMENTO DO JARDIM BOTÂNICO

Na mesma ocasião da fundação da Fábrica da Pólvora, o Príncipe Regente, D. João, determinou que junto dela fossem aclimatadas as plantas trazidas das Índias Orientais.

Luiz de Abreu Vieira e Silva, aqui chegou com as primeiras espécies, tais como: abacateiros, moscadeiras, caneleiras, turangeiras e pés de litchi, trouxe também sementes da Acacia lebbech Willd (coração de negro), Cycas revoluta Tunb (sagú), Artocarpus incisa Lin (fruta-pão), Spondias sp. (cajá) e Areca (Oreodoxa oleracea) Mart., atualmente Roystonea oleracea (Jacq. O.F. Cook).

Outros exemplares de plantas, foram trazidas pelo Marechal Manoel Marques e Raphael Bottado de Almeida, graças aos quais se plantaram as primeiras sementes de chá (Thea viridis L.) cultivadas com a ajuda de colonos chineses, vindos para ensinar os segredos da sua preparação e plantío; tempo houve em que no Rio de Janeiro só se bebia chá do Jardim Botânico.

Em 13 de junho de 1808 o Príncipe Regente mandou preparar próximo da casa do Inspetor da Fábrica da Pólvora um jardim de aclimação.

Com a assinatura do Decreto de 11 de outubro de 1808, foi tornado público e passou a ser chamado de Real Horto, ficando subordinado ao Museu Real até 29 de fevereiro de 1822, quando passou à subordinação do Ministério do Interior, mais tarde Ministério do Império.

O nome Real Jardim Botânico surgiu, após a coroação de D. João como rei do reino unido de Portugal e Brasil, época em que foi introduzido o cravo-da-Índia, trazido pelos Jesuístas e finalmente Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

II.07 – SUBORDINAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO AO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Em 3 de novembro de 1860, através do Decreto 1681 o Governo Imperial aprovou os estatutos referentes ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que teve como primeiro sócio fundador D. Pedro II, doador de 108 000$000 e no dia 19 do mesmo mes e ano foi realizada a primeira sessão, sob a presidência do Marques de Abrantes. O Visconde de Barbacena, o Barão de Mauá – Vice-Presidente, o Barão de São Gonçalo e o Dr. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui – Secretário, compunham a mesa.

Na ocasião, entre outras propostas foi apresentada uma, para que fosse pedido ao Governo Imperial a cessão da administração do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, a fim de nele estabelecer o Imperial Instituto uma escola experimental de máquinas, aparelhos e processos agrícolas, e um depósito de animais e plantas úteis.

Foi aprovada esta proposta e resolvido seu envio ao Conselho Fiscal, a fim de obter a sua sanção, o que aconteceu após algum tempo sendo remetida pelo Sr. Presidente da Diretoria ao Governo Imperial.

Em 31 de janeiro de 1861, através de um aviso do Ministério dos Negócios do Império foi comunicado que o Governo Imperial tomando em consideração a proposta da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura tinha resolvido sua aprovação, a fim de que o Instituto começasse a executar a série de medidas que julgava necessárias para o melhoramento da agricultura do país aceitando nos seguintes termos as condições apresentadas:

"1º — O Jardim Botânico continuaria a servir de passeio público;
2º — Continuariam a ser distribuídas, no Estabelecimento, sementes e plantas, mediante razoável retribuição, fixada em tabela, aprovada pelo Governo;
3º — Seriam retirados do Estabelecimento todos os empregados e escravos da nação;
4º — O Imperial Instituto conservaria no melhor estado possível todos os edifícios do Estabelecimento, sendo indenizado segundo a avaliação dos peritos nomeados pelo Governo e pelo Instituto, das benfeitorias que fizesse nos mesmos edifícios para sua conservação e segurança, no caso de reassumir o Governo a administração do Jardim por motivo que não fosse o da dissolução do Instituto ou de abandono do Estabelecimento pela Administração do mesmo Instituto;
5º — O Governo concederia ao Imperial Instituto uma subvenção anual de nove contos de réis."

Para ser levada à efeito a referida substituição da administração do Jardim Botânico, na forma indicada, devia a Diretoria habilitar um dos seus membros com os poderes necessários para firmar o respectivo contrato.

O aviso de 8 de junho de 1861, em resposta ao ofício da Diretoria, e em aditamento ao aviso de 31 de janeiro comunicou a aprovação das seguintes modificações:

"1º — O subsídio seria de 12 000$000 anuais;
2º — Proceder-se-ia ao inventário e avaliação dos edifícios e mais objetos existentes no estabelecimento, antes de serem entregues ao Instituto;
3º — A indenização teria sempre lugar por parte do Governo, salvo no caso de dissolução do Instituto."

O mesmo aviso comunicava ter sido nomeado o Capitão do Corpo de Engenheiros José Maria Jacintho Rebello para de comum acordo com o que seria nomeado por parte do Instituto, proceder ao inventário e avaliação dos já referidos edifícios e objetos.

Por proposta do Sr. Secretário do Instituto, foi solicitado ao Governo da província do Rio de Janeiro uma ajuda de 10 000$000 anuais obrigando-se o Imperial

instituto a sustentar, vestir e curar, a jovens maiores de 12 anos ensinando não apenas as primeiras letras e rudimentos da ciência que pudessem interessar à agricultura, como também aos processos de prática agrícola que pudessem ser ensinados no Jardim Botânico.

Como já havia dito quando tratei da Fábrica da Pólvora, a subordinação efetiva do Jardim Botânico ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura aconteceu em 18 de agosto de 1861 e estando próxima a tomada de posse do Jardim, foi nomeado jardineiro chefe o Sr. Herman Herbst, que assumiu o cargo em 4 de setembro do mesmo ano.

Nessa época os trabalhadores eram pagos de acordo com suas habilitações e recebiam alimentação.

O Instituto instado a declarar quais os terrenos e edifícios que não precisava, informou não necessitar nem da chácara do Algodão, nem da nesga de terreno e dos edifícios, que ficariam interceptados pela nova estrada, do lado da Lagoa, mas caso viesse necessitar de maior superfície cultivável e de casas próprias para o estabelecimento de escolas, requereria a anexação ao Jardim das chácaras nºs 14 e 15.

Como colaboração do horticultor B. Binot, radicado em Petrópolis, receberam no Jardim Botânico, espigas de trigo, cevada e centeio e 8 variedades de batatas já por ele cultivadas com grande êxito.

Nessa época, atendendo solicitação do Visconde de Barbacena visando uma conferência da planta do Jardim Botânico foram verificados vários pontos incorretos.

Pretendendo economizar tempo e dinheiro com os aterros e desaterros necessários para a boa cultura, foram feitos contactos objetivando colocação de trilhos de ferro e de alguns carros para o transporte do que fosse necessário. Em outubro do mesmo ano já se achavam 300 braças de trilhos no Jardim Botânico, faltando os carros.

Nessa época os terrenos do Jardim propriamente ditos, assim como os que se destinavam as culturas experimentais eram tão baixos que necessitavam de muito aterro para ficarem em condições de cultivo sem o que a vegetação não poderia prosperar e mesmo os terrenos, sem serem elevados, não podiam ser dragados.

A extensão a ser aterrada correspondia a 3/4 partes da superfície total, o que totalizava 34 200 jardas cúbicas sendo necessários 6 meses para sua conclusão.

Em 12 de fevereiro de 1862, através de um aviso, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas resolveu fundar uma escola prática de agricultura.

Em março do mesmo ano, compraram ao jardineiro Hermann Herbst sua coleção composta de 3282 plantas, tais como: palmeiras, árvores frutíferas, econômicas e plantas de ornamento, além de 3000 mudas de baunilha e 1500 mudas de ananazes Vitoria, pela quantia de 2$500; além das aquisições, muitas vezes o Jardim recebeu doações e entre outras, 10 barricas de guano artificial para adubações de suas terras.

Diante das dificuldades iniciais para a criação de um internato agrícola e da impossibilidade de se realizarem experiências visando o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas começou a amadurecer a idéia de solicitar ao governo a rescisão do contrato com o Jardim Botânico reassumindo o Governo a administração do Jardim.

Os argumentos eram que não se prestava para culturas proveitosas e a dragagem, ou mesmo os aterros, consumiriam todo o capital do Imperial Instituto Flumi-

nense de Agricultura. Antes da decisão final quanto à rescisão, o Visconde de Barbacena ficou encarregado de procurar um local adequado para instalação de uma fazenda modelo que veio a ser conhecida como Fazenda Normal.

II.08 — A FAZENDA NORMAL NA ÁREA DO JARDIM BOTÂNICO

Visando a instalação de uma fazenda normal onde fossem experimentadas as máquinas e instrumentos utilizados na lavoura, assim como os sistemas para culturas e os métodos para fabrico, perfeição e conservação dos produtos agrícolas, o Visconde de Barbacena encontrou no município da Estrela, uma fazenda, 2 sítios perto da estação da Maxambomba, informando que o Barão de Mauá oferecia ao Instituto uma parte de sua fazenda de Sapopemba para o estabelecimento de uma fazenda normal, sem qualquer ônus para o Instituto.

Em 1 de julho de 1862, com a presença do Imperador, do Visconde de Barbacena, dos Barões de Nova Friburgo e São Gonçalo, e outras pessoas, foi examinada na sala de reuniões do Instituto, planta dessa fazenda e iniciados os estudos comparativos com a de Maxambomba, ocasião em que tiveram também início os debates para rescisão do contrato com o Jardim Botânico.

Após a escolha ter sido praticamente dicidida pela fazenda Sapopemba, a situação foi modificada, graças à chegada do Dr. Karl Glasl, em 18 de outubro de 1863. Depois de examinar as terras do Jardim e da fazenda Sapopemba, aquele que viria a ser Diretor do Jardim Botânico, optou pelas primeiras, por sua melhor qualidade e pela maior abundância de água imprescindível para funcionamento de determinadas máquinas.

Sugeriu ainda anexação de algumas chácaras adjacentes.

O assunto passou a ser examinado por uma comissão cuja opinião era que, independentemente de ser escolhido o Jardim Botânico como local para estabelecimento da Fazenda Normal, as chácaras que no mapa da Fazenda da Lagoa, apareciam com os n.os 14, 15, 21 e 22 deveriam ser anexadas, porquanto, desde 1858 já haviam sido avaliadas e seus arrendatários intimados para receberem as benfeitorias.

O Conselho Fiscal do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ponderou por unanimidade que muito mais conveniente seria se o Instituto pudesse despender 50 ou 80 contos de réis, a fim de comprar uma fazenda próxima à Estrada de Ferro D. Pedro II ou à União e Indústria para nela ser estabelecida a Fazenda Normal e a Escola Agrícola, do que se utilizar das terras do Jardim.

Assim as experiências quanto aos vários plantíos poderiam ser feitas em local mais próximo de outras fazendas, possibilitando maior facilidade de aprendizagem aos lavradores. Para não onerar o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura o Conselho Fiscal, em 29 de março de 1864, decidiu opinar pelo estabelecimento da Fazenda Normal e Escola Agrícola nas terra do Jardim Botânico, esta última, na Casa do Salitre, sugerindo ainda a anexação a este Órgão, do maior número de terras possíveis, para que no futuro a fazenda não tivesse falta de espaço.

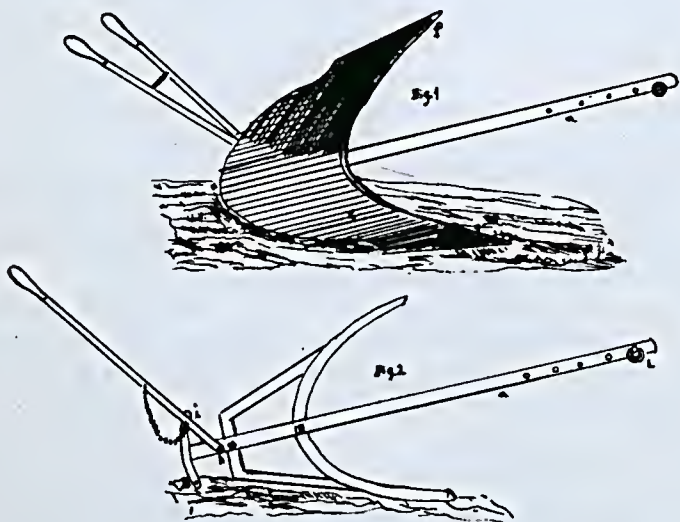
Como as anexações dependiam de decisões, ficou resolvido que até isto ser concretizado deveriam cuidar da melhoria da terra do Jardim e da fabricação de algumas máquinas.

O Dr. Karl Glasl iniciou na mesma época as obras de ampliação da casa da Chácara dos Pilões, hoje Museu Botânico Kuhlmann, visando criar condições de aí instalar uma roda hidráulica, movida pela água da levada para movimentar diversas máquinas e também servir de depósito para instrumentos agrícolas pertencentes à Fazenda Normal.

Apesar dos poucos recursos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, existiam na Fazenda Normal em 1874, um laboratório para análises químicas agrícolas, viveiros de plantas, cultura de bichos da seda, oficinas de serralheria e carpintaria e fábrica de chapéus de palha, conhecidos como chapéu-chile. Faziam farinha, fubá de milho, aguardente, descaroçavam algodão e cultivavam araruta, anil, cacau, juta, cana de açúcar, algodão, fumo, mandioca, aipim, café, baunilha, batatas inglesa e doce, arroz, feijão, sendo que alguns destes em diversas variedades.

Além disto atendiam aos pedidos de sementes, fabricavam ferramentas nas oficinas, inclusive uma para extração de tocos chamada Tenaz idealizada pelo Dr. Karl Glasl, que inventou também um arado de aiveca móvel ou de volta-orelhas, que girava para um e outro lado e que era o único que se prestava para lavrar terrenos montanhosos.

Era simples, sólido, as peças unidas com parafusos permitindo desmontá-lo com facilidade, facilitando seu transporte.

Seu peso permitia que um homem o levasse às costas; para seu uso, bastava um ou dois animais dependendo da natureza do terreno; nos argilosos e obstruídos com pedras e raízes eram necessários quatro ou seis bois para puxá-lo. Quando as peças quebravam podiam facilmente serem consertadas por qualquer ferreiro e seu custo não ultrapassava a 20$000 preço muito inferior aos mais baratos da época, quando praticamente tudo era importado.

AIVECA MÓVEL – Idealizada pelo Dr. Karl Glasl.

A máquina funcionava da seguinte maneira: a lança ou timão *a*, forte, de ferro, media 5 pés de comprimento. Duas aivecas fixas, *b*, *c*, com suas extremidades, *f*, *g*, de aço, situadas no lugar da relha efetuavam alternadamente o trabalho de cortar e virar a terra.

A rabiça do arado apresentava meia volta em redor da cavilha ou prego rebatido, *h* e era fixa em *i* por outra cavilha.

Para voltar o arado no final de cada sulco, tiravam a cavilha *i*, mudavam a rabiça para *k*, fixando-a nesse ponto por meio de uma cavilha, e logo após viravam o arado para o outro sentido.

A corrente transmissora da tração era presa à lança no gancho, ou anel de ferro *l* que seria também para regular a largura dos sulcos e para este fim, quando o anel achava-se para o lado da aiveca que estava trabalhando, o sulco obtido era mais largo do que no caso contrário. Tanto mais profundos eram os sulcos quanto mais afastados do extremo da lança estivesse o anel que prendia a corrente de tração.

A imaginação de Karl Glasl era tão fértil que idealizou e pôs em prática um processo de secagem de pântanos no Jardim Botânico, em local conhecido como pântano do Jacaré que cobria vasta extensão, distando 150 metros do rio Macaco, no ponto mais setentrional.

A Fazenda Normal prosseguia no seu objetivo. Sua área chegou a 875 669 metros quadrados tendo em seu interior 250 000 plantas, e os seguintes prédios nacionais: Casa do Castro, Chalet do Castro, Armazém da Margarida, Casa das Loureiras, Casa da Magarida, Casa da antiga fábrica, Casa da Pedra Santa, Casa do Soares, Casa do João Tavares, Casa do Chapéu-de-Chile, Palacete, Ferraria e Carpintaria, Casa da Caixa d'Água, Casa do Salitre.

O desligamento do Jardim Botânico do Instituto Fluminense de Agricultura ocorreu no final da administração do Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme com a portaria de 25 de março de 1890 do Ministro da Agricultura. Nesta data foi nomeado João Barbosa Rodrigues, mas que só entrou em exercício em 1 de junho de 1890.

II.09 – OS TERRENOS DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS EM 1869

A escritura pública, de 1869, dos Terrenos da Lagoa Rodrigo de Freitas, está arquivada no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob o nº 344 do Livro 4, fls. 346, nº de ordem – 344, diz:

Data – 1º de Dezembro de 1869
Freguesia do Imóvel – Terrenos da Lagoa Rodrigo de Freitas
Confrontações e características do imóvel – Limitando-se ao Norte com as vertentes do Corcovado e Paineiras, ao Sul com o mar, à Leste com terras de D. Isabel, ao Oeste com terrenos do Visconde de Asseca, partindo da pedra de Nossa Senhora da Copacabana, isto é, não da altura em que se acha a Capela na chamada Pedra do Arpoador, onde estão gravadas as Letras F, N, seguindo rumo de 36° 30' N.O. com 276 braças, passa pelas águas vertentes do Morro Cantagalo onde existe marco com as referidas letras F.N., segue pelas vertentes e passa pelas ruínas visí-

veis da casa do respectivo sítio, atravessa o morro com 145 braças e segue depois o rumo de 21° N.O. com 50 braças e passa por uma pedra onde se vê as letras F.N. no lugar denominado Praia Funda; daqui no rumo de 25° N.O. atravessa a Lagoa com 230 braças até a fralda do Morro da Urca com 435 braças e segue a direção das vertentes até encontrar o Caminho de São Clemente no antigo Forte da Piassaba onde se reconhece o lugar de um marco que ali existiu e que foi estabelecido; atravessa o dito caminho, com 15 braças, onde se colocou o marco; daqui, no rumo de 70° N.E. com 90 braças e dali segue a linha a direção das vertentes do Corcovado, das Paineiras, Morro da Tijuca e Boa Vista atravessando a estrada desse nome — Dois Irmãos. Sítio do Céu, não compreendendo a casa deste sítio; passa pela rampa do antigo Forte do Vidigal, chega ao mar, e seguindo pela praia para o lado de Copacabana com 1655 braças; segue depois no rumo de 60° — 30' com 65 braças até a pedra já mencionada, ficando por esta forma fechado o perímetro destes mencionados terrenos, que contém, incluindo as curvas das vertentes, 10 100 braças sendo o maior comprimento desta fazenda 2 700 braças, com uma superfície aproximadamente igual a 4 500.000 braças quadradas compreendendo a Lagoa.

AREA DA FAZENDA DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS EM 1869.
Desenho do Dr. Carlos Fernando de Moura Delphim

Nome e domicílio do adquirente — A Fazenda Nacional da Corte.
Nome e domicílio do transmitente — A Ilma. Camara Municipal da Corte.
Título — Cessão.
Forma do título — Escritura pública do Tabelião Vicente Esteves.
Valor do Contrato — 50 apólices da dívida pública do valor nominal de R.S. 1 000$000 cada uma, e juros de 5%.
Condição de Contrato — Não tem.
Averbações — Não tem.
Assinado — O Oficial José Soares de Oliveira.

ÁREA ATUAL DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

II.10 — INSALUBRIDADE DA LAGOA

A propósito de insalubridade já tinha se ocupado José Martins da Cruz Jobim, Conselheiro-Médico da monarquia em carta endereçada ao Imperador, datada de 12 de março de 1850, na qual chamando atenção para o estado sanitário da capital do Império, aconselhava D. Pedro a permanecer em Petrópolis, dizia ele:

"Meu Senhor

As febres cada vez se tornam mais furiosas, os estrangeiros morrem em grande quantidade todos os dias, tem havido muitos casos de morte quase repentina neles: da companhia dos cavalinhos do Lavradio já morreram dez pessoas, na rua do Ouvidor a mortandade é grande os mascates italianos ou tem morrido todos ou tem fugido para fora, enfim a desgraça é extraordinária, e vai a mais. Vossa Magestade habita hoje um clima diverso deste, tem de passar um foco de infecção, qual o porto da estrela, e esta bahia, onde alguns estrangeiros

apenas chegam morrem em poucas horas; para que há de V.M. vir cá? por causa de uma festa? peço a V.M. que faça ver a S.M.A. Imperatriz a quanto se expõe, que não se comprometa, nem dê causa a desgraças, e Ela com o seu grande discernimento impedirá a V.M. de cá vir desculpando-se como fôr. Sou de V.M.I. Súdito e criado humilíssimo Jobim".

Cinqüenta e três anos após esta carta a insalubridade ainda existia no Rio de Janeiro e a Lagoa Rodrigo de Freitas era um desses locais.

No ofício 1744, de 5 de maio de 1903, a que já me referi quando tratei da criação da Fábrida da Pólvora, o Barão de Capanema sugere o salvamento e aproveitamento da região entre a rua Jardim Botânico e a Lagoa como área de recreio para o público, pois devido à sua extensão poderia ser criado um esplêndido parque para passeios e desta forma concorrer para enxugar poças e locais alagadiços em que se originavam as febres e, o que era mais importante, manter uma atmosfera sempre pura, com ventos oceânicos, gozando-se magnífica vista e o admirável panorama da lagoa cercada de montanhas.

Diz ele ainda que tempo houve em que se atribuiu as febres às algas da lagoa que nele abundavam e para solucionar o problema foram colocadas barcaças a vapor para pescar e afastá-las.

O documento se refere às avultadas despesas com estas barcaças visando a limpeza da lagoa, para ele prova de ignorância, pois o que denominavam algas, plantas criptogâmicas, na verdade, nada mais eram do que monocotiledôneas que floresciam em certas épocas na superfície das águas, frutificando e mergulhando a semente para germinar no fundo.

Essa monocotiledônea chamada Ruppia cosmopólita, existia segundo ele, em todos os litorais da zona tórrida e temperada. Devido a esse erro diziam que a Lagoa Rodrigo de Freitas era foco de epidemia, porém isto se devia à água doce estagnada, principalmente devido ao transbordamento do Rio Macaco, nos terrenos entre a Lagoa e a estrada, hoje Jóquei Clube e rua Jardim Botânico, respectivamente.

Em pesquisa sobre esta espécie botânica, verifiquei que a revista Planzenreich de 1907 — Volumes IV, II de autoria de A. Engler, não se refere ao nome Ruppia cosmopolita e sim Ruppia marítima.

F.C. Hoehne, na revista do Instituto de Botânica de São Paulo, datada de 1948, falando sobre Plantas Aquáticas, diz que encontrou uma única espécie de Ruppia, que foi a marítima freqüente nas águas salobras e em 1911 coletou-a na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro quando estudava a flora da mesma.

Menciona ele que é um capim rijo da água, que se ramifica e infesta largas porções do fundo dos mares, crescendo até um metro de altura. Diz que na lagoa teve início mais tarde a exploração desta planta como adubo para hortas, com magníficos resultados, visto estar sempre coberto ainda, de algas marinhas pequenas.

É interessante comparar a data mencionada pelo Barão de Capanema, quando fez alusão à Ruppia cosmopolita, 1903 e o ano em que Hoehne coletou a espécie Ruppia marítima, 1911, diferença de apenas 8 anos.

Após ler os dados de Engler e Hoenhe, consultei o Index Kewensis, que não registra a espécie Ruppia cosmopolita.

Ruppia marítima.

II.11 – O SERVIÇO FLORESTAL, O INSTITUTO DE BIOLOGIA VEGETAL E O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

O Serviço Florestal do Brasil teve como primeiro dirigente o Agrônomo Francisco de Assis Iglesias, autor do anteprojeto para criação deste serviço, possuidor de larga experiência, pois desde 1920 havia dirigido o serviço de sementeiras do Ministério da Agricultura. Permaneceu até 1932, no Serviço Florestal, época da reforma daquele Ministério, voltando depois para São Paulo, a fim de assumir a chefia da Seção de Sericultura da Secretaria de Agricultura.

Em 1932 foi criado o Instituto de Biologia Vegetal, (I.B.V.) que perdurou até 1938. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro nessa época passou a ser superintendência do I.B.V., dirigido por Paulo de Campos Porto.

Pelo Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938, foi criado o Serviço Florestal, com sede no Jardim Botânico do Rio de Janeiro que iniciou suas atividades em janeiro de 1939.

Do seu programa constavam os trabalhos de proteção às florestas, o estudo das essenciais florestais brasileiras, a criação e conservação das estações biológicas, de parques nacionais, reservas florestais, o incentivo ao reflorestamento e estudo de nossa flora.

Compunham-no a antiga Seção de Botânica, a Estação Biológica, depois Parque Nacional de Itatiaia e os Hortos Florestais da Gávea, de Santa Cruz, atual Estação Florestal de Experimentação Mario Xavier e os de Lorena, Ibura, Ubajára e ainda o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Com a restauração deste Serviço, seu dirigente voltou a ser o agrônomo Francisco de Assis Iglesias, ex-diretor do primitivo Serviço Florestal.

Em 28 de abril de 1942 foi nomeado Diretor do Serviço Florestal o Dr. Alpheu Domingues, em substituição de Francisco de Assis Iglesias que reassumiu o posto de Diretor do Serviço de Sericultura de São Paulo; no mesmo ano foram criadas duas novas seções técnicas, a saber: a de Biologia e a de Proteção de Florestas.

Por Decreto de 28 de abril de 1943, assumiu a direção do Serviço Florestal, o agrônomo João Augusto Falcão de Almeida e Silva que por força do que determinava o art. 4º do Decreto nº 6 735, de 21 de janeiro de 1941, passou a ser Presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

Com a reorganização do Serviço Florestal consolidada com o novo Regimento de 29 de setembro de 1944, a área do Jardim Botânico foi aumentada e o cargo de Diretor voltou a existir, permanecendo no entanto subordinado àquele Serviço.

Nessa nova fase, assumiu a direção do Jardim, em 30 de outubro de 1944, o naturalista João Geraldo Kuhlmann e sua organização passou a ser a seguinte:

Diretor — João Geraldo Kuhlmann
Seção de Botânica Geral — Fernando Romano Milanez
Seção de Botânica Sistemática — Liberato Joaquim Barroso
Seção de Botânica Aplicada — Alexandre Curt Brade
Superintendência do Jardim — Claudio Cecil Poland
Biblioteca em comum com o Serviço Florestal — Nearch S. Azevedo
Seção Administrativa — Anibal F. Amaral

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado pela extinção do Instituto Nacional do Pinho, Instituto Nacional do Mate e a incorporação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura.

A incorporação do Horto da Gávea a ele aconteceu com a extinção deste mesmo Departamento.

II.12 — O MUSEU INDUSTRIAL

Após a visita que fez à Europa, especialmente ao Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, o Visconde de Bom Retiro, na reunião realizada no Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a 23 de setembro de 1874, deu a idéia de ser feito um museu industrial que contaria com amostras de madeiras, sementes, diversas plantas, algumas raras, artefatos da nossa indústria, coleção de frutos e uma biblioteca.

A área escolhida de 3 hectares para os jardins e o prédio, ficava na parte fronteiriça ao Jardim Botânico. O edifício com 52 metros de comprimento e 11 de largura, contendo 1 vestíbulo, 4 salas com área de 90 metros quadrados cada uma e capaz de suportar 1 sobrado, segundo afirmava o Dr. Karl Glasl, já existia, necessi-

tando apenas de reformas que para isto contaram com a ajuda de 10 500$000 oferecidos pelo Ministro da Agricultura.

Por coincidência, a companhia de bondes Botanical Garden, nessa época desejava edificar em local próximo uma estação de bondes, mas conseguiu apenas aterrar os terrenos fronteiriços para assentar seus trilhos que iriam inclusive beneficiar o Jardim Botânico e o futuro museu.

Infelizmente, entre 1884 e 1885 o teto deste ruiu pelo apodrecimento das madeiras, antes mesmo da sua inauguração.

Em relatório de 23 de março de 1887, o dirigente do Jardim Botânico, Dr. Nicolão Joaquim Moreira comunicou ao Presidente Interino do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Dr. Pedro Gordilho Paes Leme que o prédio fora dado como perdido. Em junho do mesmo ano foi feita ainda uma tentativa junto à Inspetoria Geral de Obras Públicas da Corte, para sua recuperação.

O Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, em relatório encaminhado em 13 de março de 1889 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e interinamente dos Negócios da Agricultura, comunicou ter feito a reconstrução completa do prédio aproveitando apenas algumas de suas paredes, pois estava para desabar e tinha sido destinado ao Museu Industrial. O mesmo documento informou haver sido demolido uma grande parte conforme autorização do Ministério, utilizando o material que foi possível na reconstrução, sendo colocado madeiramento todo novo para o funcionamento de espaçosas salas onde instalou um bom laboratório analítico e pretendia aproveitar outras para coleções, almoxarifado, etc.

A estimativa com os gastos para reconstrução era de 34 000$000, segundo os orçamentos, mas foi feita às expensas do Instituto com economia de mais de cinqüenta por cento.

Apesar de ter feito várias pesquisas, não encontrei qualquer documento que esclarecesse se o museu chegou a funcionar.

II.13 – O JARDIM ZOOLÓGICO E O AQUÁRIO

Em 1873 pensaram fazer entre o Jardim Botânico e a Fazenda Normal, em terreno do governo, um Jardim Zoológico e um aquário que serviriam como fontes de atrações.

Para suas concretizações vários animais e pássaros foram presenteados, D. Pedro II e o Visconde de Inhomerim figuram entre os doadores e o Comendador Boaventura Gonçalves Roque, enviou ao Jardim Botânico um peixe elétrico, bem desenvolvido que foi colocado no tanque existente na parte central da rua de palmeiras até a inauguração do aquário.

Karl Glasl, por sua vez, apresentou a planta arquitetônica compreendendo edifícios, currais, viveiros e tanques, mas suas inaugurações não ocorreram.

II.14 – O JÓQUEI CLUBE

A primeira corrida de cavalos no Rio realizou-se em Botafogo, no dia 12 de junho de 1825 e em 1849 foi inaugurado na atual rua Paissandú um clube de corridas

organizado pelo General, Conde de Caxias, no mesmo lugar onde funcionou o Clube Brasileiro de Cricket e mais tarde o Fluminense Futebol Clube.

Aos poucos as corridas de cavalos passaram a ser vistas não apenas como acontecimento esportivo, mas também social, prestigiado pelo Imperador, tanto assim que Maria Graham nos fala da realização de uma corrida em Botafogo, presenciada por D. Pedro I, a Princesa Leopoldina e a corte.

Dois dos maiores entusiastas destas corridas no século XIX, foram: João Guilherme Suckow e Luiz Jácome de Abreu e Souza que promoveram em 1865 em vasta área do campo de São Cristóvão, em trecho com fundos para a praia do mesmo nome a primeira corrida do clube Jacomé.

Em 16 de julho de 1868 era inaugurado o prado de corridas Jóquei Clube tendo como Diretor João Guilherme Suckow.

Outro apaixonado pelo turfe no século XIX, foi o Dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama, proprietário dos primeiros animais puro sangue importados que foram: o inglês Zephiro, corredor no Jóquei Clube Fluminense em 1871 e o francês Mobilisée, estreante também no mesmo prado em maio de 1873.

Deve-se a este turfista o primeiro puro sangue nacional que foi a égua Moema, nascida em Minas Gerais em 1872 e que correu pela primeira vez aos 4 anos, no dia 25 de maio de 1876.

O desenvolvimento do turf no Rio de Janeiro prosseguia, tanto assim que os clubes continuavam a surgir, como o Derby Clube, o Hipódromo Nacional e o Clubes de Vila Isabel e Sport.

As localizações desses clubes não eram a do atual Jóquei Clube Brasileiro edificado em parte dos terrenos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em área perdida em 1922, para sua construção e que para isto teve trechos aterrados e outros desmatados onde existia a coleção de plantas amazônicas.

Apesar da ferrenha oposição do Diretor do Jardim Botânico, Antônio Pacheco Leão, contra sua construção, tendo mesmo se insubordinado contra ordem do Ministro da Agricultura, sendo por ele advertido, foi inaugurado em 1926, lá estando até hoje.

Vista da Rua Jardim Botânico em setembro de 1912, ao fundo um dos morros da Gávea e na parte fronteiriça do Jardim, trecho de plantas da região amazônica. (Foto dos arquivos do Jardim Botânico)

Rua Jardim Botânico em obras, vendo-se do lado esquerdo, parte de vegetação amazônica posteriormente destruída para construção do Jóquei Clube. Aparecem ainda antigos lampiões. Foto de setembro de 1912, dos arquivos do Jardim Botânico.

Área do Jóquei Clube em outubro de 1923, na fase de preparação do Clube, vendo-se ao fundo a Lagoa Rodrigo de Freitas.
Montagem aproximada que fiz com fotos dos arquivos do Jardim Botânico.

Aspecto atual da pista de corridas do Jóquei Clube Brasileiro. Área outrora pertencente ao Jardim Botânico. (Foto de 1983)

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACCLIMAÇÃO. Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior. *Rev. Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 89-96, jun 1874.

BARBOSA, Francisco de Assis. D. João VI o prelúdio da independência. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 33: 23-35. 1972.

BOM-RETIRO. Relatório do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. *Rev. Agricola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (17): 15-24, set. 1873.

BRASIL Leis e Decretos. *Legislação sobre patrimônio imobiliário da união*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1970. 885 p.

CALMON, Pedro. O *Rei do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1943, 324 p. il.

CARRAZONI, Maria Elisa. coord. *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1980. 517 p. il.

COLORAMA; enciclopédia universal ilustrada. São Paulo, Cia Melhoramentos, 1973. v. 7. il.

COSTA, Cassio. *História dos suburbios da Gávea*. S.n.t. 74 p. il. Fotocópia.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1965. 2v. il.

D'AZEVEDO Joaquim Antônio. Relatório do Asylo Agrícola. *Rev. Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (17): 25-39, set. 1873.

D'AZEVEDO, Joaquim Antônio. Relatório da Associação Brazileira de Acclimação. *Rev. Agrícola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (1): 47-60, abr. 1875.

ENGLER, A. Potamogetonaceae — *Planzenreich*, Leipzig 4 (2 Heft. 31): 142-145, 1907, il.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, 1499 p.

FLEURY, A.A. de Pádua. Moléstia da Cana. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 13 (1): 195, mar. 1882.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro, Liv. Brasileira, 1965. 580 p. il.

GLASL, Carlos. Cultura das batatas inglesas. *Revista Agrícola do Imperial Inst. Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 36-7, 1870.

GLASL, Carlos. Arado de aiveca móvel, do Dr. C. Glasl. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 41-2, 1870.

GLASL, Carlos. Extirpação de tocos pelo Dr. C. Glasl. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 42, 1870.

GLASL, Carlos. Processo para secar pântanos, empregado pelo Dr. C. Glasl, no Jardim Botânico. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (2): 58, 1870.

GLASL, Carlos. Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): 35-45, dez. 1873.

GLASL, Carlos. Relatório do Jardim Botânico e da Fazenda Normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 78-86, jun. 1874.

GRAHAM, MARIA. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. 403 p. il.

HOEHNE, F.C. *Plantas aquáticas*. São Paulo, Instituto de Botânica, 1948, p. 41-5, il.

HOUAISS, Antônio. *Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro. Larousse do Brasil, 1980. 1635 p. il.

IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 1ª sessão em 19 de novembro de 1860. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): I, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 3ª sessão em 8 de fevereiro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): II-III, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 6ª sessão em 18 de maio de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): VI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 7ª sessão em 17 de junho de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): VI-VII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 8ª sessão em 19 de agosto de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): IX-X-XI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 9ª sessão em 30 de agosto de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): X-XI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 10ª sessão em 12 de setembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XI-XII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 11ª sessão em 25 de setembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 12ª sessão em 23 de outubro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 13ª sessão em 11 de novembro de 1861. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIV, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 14ª sessão em 12 de fevereiro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XV, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 15ª sessão, em 11 de março de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 16ª sessão, em 14 de abril de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 17ª sessão, em 12 de maio de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVII-XVIII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 18ª sessão, em 31 de maio de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XVIII-XIX, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 19ª sessão, em 1º de julho de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XIX-XX, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 20ª sessão, em 1º de agosto de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 21ª sessão, em 1º de setembro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXII, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 22ª sessão, em 1º de outubro de 1862. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXII-XXV, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 28ª sessão, em 25 de maio de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXX-XXXI, set. 1871.

— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 32ª sessão, em 20 de outubro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVI-XXXVII, set. 1871.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 33ª sessão, em 9 de novembro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVII-XXXVIII, set. 1871.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 34ª sessão, em 18 de dezembro de 1863. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (9): XXXVIII-XXXIX, set. 1871.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 35ª sessão, em 11 de janeiro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XL-XLI, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 36ª sessão, em 29 de março de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLII-XLIII, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 37ª sessão, em 10 de maio de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLIV-XLV, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 39ª sessão, em 16 de agosto de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLVII-XLIX, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 40ª sessão, em 1 de setembro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): XLIX-L, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 41ª sessão, em 1º de novembro de 1864. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): LI-LII, dez. 1873.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 49ª sessão, em 30 de julho de 1867. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXIII-LXVIII, dez. 1875.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 50ª sessão, em 23 de setembro de 1867. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agriculture*. Rio de Janeiro 6 (4): LXVIII-LXX, dez. 1875.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 51ª sessão, em 10 de março de 1868. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4): LXXI-LXXVI, dez. 1875.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 52ª sessão, em 17 de março de 1868. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 6 (4) LXXVII-LXXX, dez. 1875.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 63ª sessão, em 23 de setembro de 1874. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio dde Janeiro 9 (1): XXXIII-XL, mar. 1878.

—— INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA. Acta da 64ª sessão Ordinária da Diretoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 17 de agosto de 1876. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 9 (4): 161-162, dez. 1878.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. org. *Memória da independência, 1808/1825*; exposição histórica no Museu Nacional de Belas Artes de 9-11-72 a 31-1-73, ano do sesquicentenário da Independência. Rio de Janeiro, MEC, 1972. 266 p. il.

JACKSON, B. Daydon comp. *Index Kewensis*. Oxford, Claredon Press, 1895. v. 2.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório do Director do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, 17: 139-150, 1886.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório do Director do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal apresentado ao Presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro, 18: 72-92, 1887.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Directoria do Jardim Botânico, Asylo Agrícola e Fazenda Normal. In: Parte Oficial. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro, 18: 126, 1887.

NIEMEYER DE LAVÔR, J.C.; SCHULTZ, A.S.; e COELHO, M.P.A. *Acervo Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1977. 31 p. il.

NIEMEYER DE LAVÔR, JC. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do seu início aos nossos dias. *Rodriguésia*. Rio de Janeiro, 31 (50): 275-295, 1979. il.

NIEMEYER DE LAVÔR, J.C. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Histórico de seus prédios, dos homenageados, das obras de arte e dos artistas quee as criaram *Rodriguésia*. Rio de Janeiro, 32 (54): 369-406, 1980. il.

NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (18): 51, dez. 1873.

NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro (1): 50-51, mar. 1874.

NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 5 (2): 106-107, jun. 1874.

NOTICIÁRIO Agrícola. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 10 (1): 35-38, mar. 1879.

NOTÍCIAS Agrícolas. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* 10 (4): 155-159, dez. 1879.

PAES LEME, Pedro Dias Gordilho. Imperial Instituto Fluminense de Agricultura In. Parte Oficial. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 18: 125, 1887.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Liv. Martins Ed. 355 p. il.

RODRIGUES, J.B. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894. 307 p. il.

SANTOS, Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio. 1934. 503 p. il.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, 223 p. il.

SCHIAVO, José. *A Família Real Portuguêsa e Imperial Brasileira* (Efemérides) *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 14: 111-244, 1953.

SILVA, Miguel Antônio da Agricultura Nacional. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 9 (1): 3-20, mar. 1878.

SODRÉ, Alcindo. A ação política do Conselheiro Jobim. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, 14: 23-35, 1953,

UTILIDADE dos Jardins Botânicos. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro 10 (2): 55-58, maio 1879.

VIANNA, Hélio. *História da Viação Brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1949. 2v. (Biblioteca Militar, v. 139 e 140).

FREI LEANDRO DO SACRAMENTO
★ 1778 – † 1.7.1829

Luiz Edmundo Paes*

Frei Leandro do Sacramento foi Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, seu primeiro Diretor Botânico, nomeado por S.M.I. o Imperador Dom Pedro I, a 13 de novembro de 1823.

Nasceu em Pernambuco, em 1778, filho de Jorge Ferreira da Silva e Tereza de Jesus, tendo recebido o Hábito de Carmelita, a 5 de maio de 1798. Posteriormente, estudou na famosa Universidade de Coimbra, tendo defendido brilhante tese em 1806, obtendo o honrosíssimo título de Doutor em Ciências Naturais. Em Coimbra, foi aluno de Botânica do Professor Félix de Avelar Brotero.

Foi o primeiro Professor de Botânica do Brasil e dava aulas no Passeio Público, a ilustres personagens da Corte. Foi também Professor da Real Academia de Medicina.

Como Diretor do Jardim Botânico, deu-lhe as características de uma verdadeira instituição científica. Identificou as plantas do Parque, deu início ao seu primeiro Herbário, introduziu muitas plantas indígenas e exóticas. Até hoje ali encontramos por ele plantadas um exemplar de eucalipto (*Eucalyptus robusta* Smith) e "olho de boi" (*Euphoria longana* Lam) e mangueiras (*Mangifera indica* L.). Construiu o Lago que tem o seu nome. Assistia debaixo de uma velha jaqueira, que ainda existe, os escravos cavarem o solo para construir o Lago. A terra retirada formou um cômoro sobre o qual existe o monumento em sua honra, mandado construir por Barbosa Rodrigues.

Era membro da Real Academia de Munique, em cujas *Memórias*, publicou muitos trabalhos sobre sistemática. Da mesma forma publicou trabalhos na Universidade de S. Petersburgo. Estudou as Balanoforaceas do Brasil e recebeu grandes elogios de Saint-Hilaire e B. Rodrigues. Era da Sociedade Horticola de Londres e

---

* Há 40 anos, trabalhando neste Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado pelo Príncipe Regente Dom João, em 1808, secular Instituição Cinetífica de elevado conceito nacional e internacional, como Pesquisador e, posteriormente, como Diretor, ocorreu-me a idéia de elaborar um esboço histórico sobre a vida de seus grandes Botânicos e de seus ex-Diretores, a partir do 1º, Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça, Marques de Sabará, até os nossos dias. Comecei pelo sábio Carmelita, Frei Leandro do Sacramento, por ter sido o nosso 1º Diretor Botânico.

Sociedade Real de Agricultura de Gand. O gênero *Leandra*, um dos mais importantes da família das Melastomataceas, foi criado por Raddi, grande Botânico Italiano, em sua homenagem.

Na flora típica do Rio de Janeiro, encontramos uma linda espécie sua, *Augusta grandeflora* Leandro. Pena que muitos de seus trabalhos tenham sido destruídos em conseqüência de um incêndio no Convento do Carmo do Rio de Janeiro.

Foi Diretor do Jardim Botânico de 1823 a 1829. Faleceu a 1º de julho de 1829. Seu retrato está no Salão Dom João VI, na Galeria de Honra, dos ex-Diretores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO DO INTERESSE DO JARDIM BOTÂNICO

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe confere o item II, do artigo 23, do Decreto nº 62.018, de 29 de dezembro de 1967, e tendo em vista o que dispõe o Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.

RESOLVE:

Nº 2175, de 11.5-71 — Art. 1º — Reconhecer que a parcela de 83 Hectares constitutiva do denominado Horto Florestal da Gávea, integra a área patrimonial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao qual sempre pertenceu desde sua criação, não tendo sido baixado, posteriormente, qualquer ato ou disposição que a destacasse do referido órgão.

Art. 2º — Fica o Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro responsável pelos encargos de administração da referida área, devendo promover todos os atos relativos à sua recuperação e reintegração definitiva ao patrimônio da Instituição.

Art. 3º — O Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro promoverá e apresentará à Presidência, no prazo de 30 (trinta) dias, um estudo detalhado para o aproveitamento e a expansão das áreas edificadas e das áreas plantadas, com o escalonamento em que serão ultimados os serviços.

Art. 4º — Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Maurício Nabuco
Presidente

D.O. de 28.5.71

RODRIGUÉSIA

Instruções aos Autores

1 — Rodriguésia publica trabalhos em Botânica e ciências correlatas, originais, inéditos ou transcritos.

2 — Em casos específicos, a redação da Revista poderá sugerir ou solicitar modificações nos artigos recebidos.

3 — Informações necessárias sobre o trabalho, qualificação e endereço profissional do(s) autor(es) devem ser colocados no rodapé da página, sob chamada de asterísticos.

4 — Os trabalhos devem obedecer às normas da Revista. Assim, o original será enviado datilografado em uma só face de papel não transparente, em espaço duplo e com não menos de 2,5cm de margens (superior, inferior, laterais) e, sempre que possível, acompanhado de uma cópia.

5 — As figuras e ilustrações devem apresentar, com clareza, seus textos de legenda, sendo que gráficos, desenhos e mapas devem ser preparados em tamanho adequado para redução ao tamanho da página impressa (18 X 11,5) e elaborados com tinta nanquim preta, de preferência em papel vegetal e não devem conter letras ou números datilografados.

6 — Os trabalhos devem obedecer à seguinte ordem de elaboração: Título, Resumo, Introdução, Material e Métodos, Resultados, Conclusões, Agradecimentos, Referências, Abstract.

7 — Referência: Sobrenome, inicial(is) do nome(s), título do artigo, *nome da revista* (ou Instituição), volume (ou número), páginas, ano da publicação.

Hitchcock, A.S. — The Grasses of Ecuador, Peru and Bolivia. *Contrib. U.S. Nat. Herbarium*, Washington, 24(8): 241-556, 1927.

Até três autores, são citados; quatro ou mais, usa-se o primeiro e o complemento, assim:

Rizzini et alii (1973).

8 — A lista de referência deve ser ordenada alfabeticamente e com número remissivo. As abreviações dos títulos da revista devem ser as utilizadas pelos "abstracting journals". Em caso de dúvida na abreviação, escrever a referência por extenso, cabendo à Comissão de Redação fazê-la.

9 — Quando da entrega do original, o autor deve indicar o número de separatas que deseja, pagando o que exceder das 25 separadas gratuitas que a Rodriguésia lhe fornece.

10 — Os trabalhos que não estiverem de acordo, serão devolvidos aos seus autores para a devida correção.

Composto e impresso pela Dominante Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Arroz, 73 — Tels. 260-6003 e 290-7748 — Rio-RJ.